



BRUNO GUALBERTO PROCÓPIO LAGE

**ACESSO E INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA DE LAVRAS-MG EM MERCADOS DE
CADEIAS CURTAS**

**LAVRAS - MG
2019**

BRUNO GUALBERTO PROCÓPIO LAGE

**ACESSO E INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA DE
LAVRAS-MG EM MERCADOS DE CADEIAS CURTAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis
Orientador

Profa. Dra. Nathalia de Fátima Joaquim
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lage, Bruno Gualberto Procópio.

Acesso e Inserção da Agricultura Familiar Camponesa de
Lavras-MG em Mercados de Cadeias Curtas / Bruno Gualberto
Procópio Lage. - 2019.

139 p.

Orientador(a): Thiago Rodrigo de Paula Assis.

Coorientador(a): Nathalia de Fátima Joaquim.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar camponesa. 2. Cadeias curtas de
comercialização. 3. Desenvolvimento local sustentável. I. Assis,
Thiago Rodrigo de Paula. II. Joaquim, Nathalia de Fátima. III. Título.

BRUNO GUALBERTO PROCÓPIO LAGE

**ACESSO E INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA DE
LAVRAS-MG EM MERCADOS DE CADEIAS CURTAS**

**ACCESS AND INSERTION OF PEASANT FAMILY FARMING OF LAVRAS-
MG IN SHORT CHAIN MARKETS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 30 de abril de 2019.

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis	UFLA
Dra. Nathalia de Fátima Joaquim	UFLA
Dr. Rafael Eduardo Chiodi	UFLA
Dr. Luiz Antonio Staub Mafra	UNIFAL

Prof. Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis
Orientador

Profa. Dra. Nathalia de Fátima Joaquim
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2019**

AGRADECIMENTOS

Aos educadores-educandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, da Universidade Federal de Lavras, que a partir de lutas antigas conseguiram criar esse Programa bonito do jeito que é.

Ao orientador, Thiago Rodrigo de Paula Assis, e à coorientadora, Nathalia de Fátima Joaquim, pela paciência que tiveram comigo, sabendo propor o diálogo para acertar as “arestas”. Sou grato!

Aos amigos do mestrado, que estiveram presentes em presenças e lembranças, sou grato por conhecer cada um de vocês.

Aos amigos da agroecologia, residentes da nossa comunidade Baunilha, que cresceram em reflexão e atitudes ao longo do tempo, progressistas do desenvolvimento local sustentável. Também sou grato aos membros atuais e antigos do Núcleo de Estudos Multidisciplinar em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEMAAF), por terem colaborado com a pesquisa, e pela troca de ideias.

Agradeço aos agricultores familiares e camponeses de Lavras, que nos receberam tão bem, com todo o amor que é típico do “povo” da roça. A pesquisa é para vocês!

A minha família, base para construção do meu conhecimento, conseqüentemente, colaboradora com a sociedade. Sou “gradicado” a vocês.

A minha querida companheira, Stephanie (Tequinha), colaboradora da minha caminhada rumo ao infinito!

A egrégora do Yoga pelos ensinamentos!

RESUMO

Na presente pesquisa teve-se como objetivo geral identificar e analisar os diferentes mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. Os objetivos específicos possuíram o propósito de identificar quais são os principais mercados acessados pelos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG; discutir sobre as vantagens e desvantagens das cadeias curtas e longas para a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG; problematizar o acesso pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG a uma cadeia curta de comercialização, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O presente trabalho foi relacionado à tentativa de conhecer a realidade desses atores locais por meio do levantamento de dados que podem ser úteis no que tange a ações que visem melhorar suas condições de vida por meio do aumento de sua renda, preservação do meio ambiente e diversificação produtiva em bases agroecológicas, preservação e valorização dos saberes tradicionais de sua cultura rural local. Optou-se por uma pesquisa do tipo quali-quantitativa, utilizando-se da amostragem não probabilística por acessibilidade ou conveniência, dado o caráter exploratório deste estudo de caso com quatro comunidade rurais (Taboões, Pimentas, Cachoeirinha e Tomba) e uma Associação de Camponeses e Camponesas Agroecológicos de Lavras - ACCAL. Foram realizadas 55 entrevistas semiestruturadas. Com os resultados obtidos foram realizadas a distribuição de frequência por meio de gráficos em formatos de pizza no programa Excel e apresentação qualitativa dos resultados. Foram levantados muitos dados e, posteriormente, problematizados sobre características gerais da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG; constatou-se as vantagens e desvantagens dos diversos mercados acessados pelos(as) pelos agricultores, por meio da divisão entre cadeias curtas e longas de comercialização; e, foi demonstrado e problematizado o acesso ao PNAE e os principais motivos das baixas adesões dos agricultores familiares camponeses locais, podendo estar relacionados à forte cultura do leite no município, em que muitos produtores entrevistados trabalham com esse produto e já possuem mercados para tal; ao fato de que os produtos produzidos nas propriedades, normalmente, já são vendidos em sua totalidade para outros mercados; à falta de conhecimentos básicos sobre o Programa, que dificulta a participação e; às deficiências básicas de operacionalização da política pública pela gestão pública municipal. Conclusão, a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG está inserida em cadeias curtas e cadeias longas de comercialização, com maior representação nas cadeias longas. Cada uma dessas cadeias possui mercados com vantagens e desvantagens. Porém, as cadeias curtas merecem destaque devido a sua proposta de desenvolvimento local sustentável, tendo o mercado emergente da Comunidade Sendo Agricultura (CSA) como mercado promissor por estar consciente das necessidades da agricultura família camponesa e os consumidores. Outra cadeia curta com potencialidades para promoção do desenvolvimento local sustentável é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas esse ainda se encontra como potencial promessa, apesar de já conseguir comercializar com alguns agricultores familiares locais. A identificação e trabalho com os interessados em receber capacitações e participar de diálogos pode colaborar com a compreensão sobre as características fundamentais de acesso às cadeias curtas como um todo.

Palavras-chave: Agricultura familiar camponesa. Cadeias de comercialização. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Agroecologia. Desenvolvimento local sustentável.

ABSTRACT

The present research aimed to identify and analyze the different markets accessed by the peasant family farming of Lavras-MG. The specific objectives had the purpose of identifying which are the main markets accessed; discuss the advantages and disadvantages of short and long chains; question the access to a short supply chain, the National School Feeding Program (PNAE), by the peasant family farmers of Lavras-MG. The present study was related to the attempt to know the reality of these local actors by collecting data that may be useful regarding actions that aim to improve their living conditions by increasing their income, environmental preservation and productive diversification in agroecological bases, preservation and valorization of the traditional knowledge of its local rural culture. A qualitative and quantitative research was chosen, using non-probabilistic accessibility or convenience sampling, given the exploratory character of this case study with four rural communities (Taboões, Pimentas, Cachoeirinha and Tomba) and an Agroecological Peasant Association - ACCAL - located in Lavras – MG. Fifty-five semi-structured interviews were conducted. With the obtained results, frequency distribution was performed through pie charts in Excel and qualitative presentation of the results. Many data were collected and later questioned about general characteristics of the peasant family farming of Lavras-MG. It was found the advantages and disadvantages of the various markets accessed by farmers through the division between short and long marketing chains and it was demonstrated and questioned the access to PNAE and the main reasons for the low adhesion of local peasant family farmers, which may be related to the strong milk culture in the county where many interviewed producers work with this product and already have markets for it; by the fact that products produced on the properties are usually already sold in to other markets, the lack of basic knowledge about the Program, which makes participation difficult, and basic deficiencies in the operationalization of public policy by the county public management. In conclusion, the peasant family farming of Lavras-MG is inserted in short and long marketing chains, with greater representation in long chains. Each of these chains has markets with advantages and disadvantages. However, short chains deserve attention because of their proposal for sustainable local development, with the emerging market Community Being Agriculture (CSA) as a promising market for being aware of the needs of peasant family agriculture and consumers. Another short chain with potential to promote sustainable local development is the National School Feeding Program (PNAE), but this is still a potential promise, despite already being able to negotiate with some local family farmers. Identifying and working with those interested in receiving training and engaging in dialogue can help to understand the fundamental characteristics of access to short chains as a whole.

Keywords: Peasant family farming. Marketing chains. National School Feeding Program (PNAE). Agroecology, Sustainable local development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cadeias integradas nacionalmente-internacionalmente e as cadeias regionais.	34
Figura 2 - Circuitos curtos de comercialização.	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de recursos financeiros repassados pelo FNDE para as Entidades Executoras no Brasil e alunos atendidos.	50
Tabela 2 - Recursos totais repassados pelo FNDE para o PNAE em Lavras; quantidade de recursos que deveriam ir para agricultura familiar; valor real comprado dos agricultores familiares e; porcentagem dos recursos destinados aos AF.	59
Tabela 3 - Critérios de Avaliação para Seleção de 5 comunidades rurais de Lavras-MG.	66
Tabela 4 - Cadeias longas acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. ..	87
Tabela 5 - Vantagens e desvantagens das cadeias curtas de comercialização acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG.	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos(as) entrevistados(as).	71
Gráfico 2 - Tamanho da propriedade.	72
Gráfico 3 - Parentes moram com a família.	73
Gráfico 4 - Contratação de mão de obra.	74
Gráfico 5 - Renda advinda de fora da propriedade.	75
Gráfico 6 - A renda.	76
Gráfico 7 - Parte da renda gasta com compra de insumos.	76
Gráfico 8 - Possui ou conhece alguém que possua as sementes crioulas.	78
Gráfico 9 - Tipos de adubos utilizados.	79
Gráfico 10 - Faz parte de associação e/ou cooperativa.	80
Gráfico 11 - Distância da propriedade até o centro da cidade.	82
Gráfico 12 - Possuem transporte próprio.	82
Gráfico 13 - Economiza (R\$) devido ao autoconsumo.	83
Gráfico 14 - Renda bruta anual advinda dos principais produtos vendidos.	84
Gráfico 15 - Principais locais de venda da agricultura familiar camponesa de Lavras.	85
Gráfico 16 - Transformação dos produtos primários.	93
Gráfico 17 - Tipo de transformação.	94
Gráfico 18 - Acesso a cadeias curtas e/ou longas.	99
Gráfico 19 - Capacidade de escoamento de toda produção.	100
Gráfico 20 - Capacidade de aumento da produção de hortifrutigranjeiros.	102
Gráfico 21 - Conhecimento sobre o PNAE.	103
Gráfico 22 - Entende o funcionamento do PNAE.	103
Gráfico 23 - Se conhece o que é a chamada pública.	104
Gráfico 24 - Fica sabendo quando acontece a chamada pública do município.	105
Gráfico 25 - Interesse em participar de diálogos e capacitações.	106
Gráfico 26 - Diálogo entre agricultores familiares, camponeses e gestores públicos do PNAE.	107
Gráfico 27 - Produção agroecológica para o PNAE.	108

LISTA DE SIGLAS

ACCAL	Associação de Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras
AF	Agricultura Familiar
AFN	<i>Alternatives foods network</i>
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEASA	Centrais de Abastecimento
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EEx	Entidade Executora
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
MG	Minas Gerais
ONG	Organização Não-Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Agricultura brasileira e seus distintos vieses de desenvolvimento: agricultura patronal x agricultura familiar	19
2.2	Características gerais acerca da agricultura familiar camponesa no Brasil	22
2.3	Modelo baseado no desenvolvimento econômico	25
2.4	Modelo de desenvolvimento local sustentável	27
2.5	Algumas características gerais acerca dos mercados	30
2.6	Mercados agroalimentares e construção social dos mercados	32
2.7	Canais de comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa: cadeias curtas x cadeias longas	35
2.8	Cadeias longas de comercialização.....	37
2.9	Cadeias curtas de comercialização e movimentos sociais econômicos.....	40
2.10	Encurtando distâncias através dos mercados institucionais.....	46
2.11	Mercados institucionais para agricultura familiar e camponesa	48
2.12	Dificuldades para atingir o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar no PNAE	53
2.13	Aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa em Lavras-MG para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	58
2.14	Compra da agricultura familiar camponesa para a promoção do desenvolvimento local sustentável	61
3	METODOLOGIA.....	64
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	71
4.1	Características gerais sobre a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG...71	
4.2	Cadeias longas e curtas da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG	85
4.3	Conhecendo os motivos, ou possíveis motivos, da baixa adesão da agricultura familiar e camponesa de Lavras-MG à venda direta de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	95
4.4	A inserção de produtos agroecológicos no PNAE em Lavras-MG como fonte de promoção do desenvolvimento local sustentável.....	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS.....	115
	ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

Alguns paradigmas de desenvolvimento rural para agricultura brasileira foram colocados frente a frente. Inicialmente, um desenvolvimento voltado para os grandes proprietários de terra produtores de “*commodities*” para exportação. Outro voltado para os pequenos proprietários de terra, sendo os agricultores familiares camponeses seus representantes, produtores de alimentos para o abastecimento do mercado interno (WANDERLEY, 2017). Para este último serão detalhadas algumas de suas características e os distintos modelos de desenvolvimento em diálogo com os mercados acessados para venda de seus produtos, com foco na comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa para as cadeias curtas de comercialização.

O primeiro ponto merecedor de destaque é: quem são esses agricultores familiares camponeses? Para a Lei nº 11.326/2006, os (as) agricultores (as) familiares são as pessoas do meio rural que utilizam, predominantemente, a mão de obra familiar nas atividades econômicas do seu empreendimento; possuam até 4 módulos fiscais de terra; possuam percentual mínimo de renda originada do trabalho na propriedade familiar e; dirijam seu estabelecimento com sua família. Também são considerados como agricultores familiares perante a mesma Lei: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e remanescentes quilombolas (BRASIL, 2006). Esse foi um grande esforço do Governo brasileiro para criar um padrão normativo do que seria a agricultura familiar para finalidades de políticas públicas, lógico que houve certas distorções a respeito da capacidade desse termo conseguir suprir a grande diversidade característica do rural brasileiro.

Os agricultores são grandes responsáveis pela alimentação humana e abastecimento do mercado interno de alimentos da população em geral, por isso estão diretamente relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional dos brasileiros (LEMOS; LIMA, 2014). Sua produção representa valor importante para a economia brasileira (MACHADO, 2013). Representando boa parte da geração de “ocupação” (VILELA, 2017). Mesmo assim, essa agricultura de base familiar foi prejudicada desde tempos muito remotos no início da construção do Brasil, onde foi priorizada a repartição de grandes proporções de terras para poucas famílias incluídas em um plano de desenvolvimento baseado no latifúndio (MACHADO, 2013), onde aquela foi excluída dos planos do Governo a não ser naqueles locais onde havia intensos combates e reivindicações camponesas pela posse da terra (MARTINS, 1981).

Fato que não se alterou por muito tempo já que essas pessoas precisaram e precisam continuar lutando para ter seus direitos minimamente assegurados. Schneider e Cassol (2017)

identificaram quais foram os pontos importantes para reconhecer a agricultura familiar camponesa como categoria analítica: 1) retomada da força do movimento sindical após a ditadura militar; 2) o papel dos mediadores e intelectuais que começaram a discutir a temática das políticas públicas para essa categoria; 3) o estabelecimento no interior do país de um clima propício para esse grupo, principalmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF); 4) estabilização da moeda e; 5) maior participação dos movimentos sociais nas decisões políticas.

Esses(as) mesmos(as) agricultores(as) familiares camponeses(as), simultaneamente a tudo isso, sempre estiveram inseridos em mercados para comercialização dos seus produtos produzidos na propriedade. Os mercados segundo Schneider (2016), são espaços de interações sociais, econômicas e culturais, onde são trocados os produtos por moedas vigentes. Wilkinson (2016) aponta que os mercados são o fruto dos atores envolvidos diretamente em sua construção, dos produtores até formadores(as) de opinião, podem ser vistas como arenas concorridas, produtos de poder, em que atores podem ser incluídos ou excluídos. Van der Ploeg (2016) afirma que os mercados são locais ou estruturas onde produtores e consumidores, direta ou indiretamente, trocam bens e serviços, de maneira simples ou altamente complexas, tal como sistemas que organizam tais fluxos, de um ponto a outro, no espaço-tempo, por meio de transações complexas e inter-relacionadas.

Para agricultura familiar camponesa existem duas possibilidades de mercados, venda para as cadeias longas de comercialização e venda para as cadeias curtas de comercialização. Nas cadeias longas de comercialização o que vale é a homogeneização, a padronização dos produtos, a grande quantidade de intermediários na linha que une os produtores aos consumidores, normalmente, os produtos percorrem grandes distâncias (DAROLT et al., 2016), quem recebe as maiores fatias dos lucros pelos produtos vendidos são os intermediários, deixando produtores e consumidores com o ônus (REIS, 1997), são exemplos: os supermercados, os “atravessadores”, os CEASAS, atacados e varejos.

Por outro lado, indo na direção contrária das cadeias longas, as cadeias curtas de comercialização visam socializar e localizar os produtos alimentares produzidos com vínculos locais e com a unidade familiar de produção, a redefinição das relações entre produtores e consumidores, dando sinais da origem do alimento, a evolução de novas relações considerando um preço justo e a qualidade (ecológica), a conexão entre o consumidor e o produto alimentar, saúde, qualidade, sabor e segurança alimentar (DAROLT et al., 2016). Isso possibilita a reorganização do espaço rural por meio da valorização dos recursos locais, gerando novos modelos de produção, distribuição e consumo alimentar (NIEDERLE, 2014).

São expressões desse mercado: feira do agricultor, feira agroecológica, mercados institucionais (PNAE e PAA), Comunidade Sendo Agricultura (CSA), entre outros.

Os programas de compras de alimentos da agricultura familiar camponesa pelo governo são considerados cadeias curtas de comercialização. São exemplos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (NIEDERLE, 2017), chamados de mercados institucionais. Ambos visando suprir carências históricas no que tange a dificuldade de comercialização pela categoria em questão.

Essa última cadeia curta de comercialização merece destaque por se tratar do principal Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar camponesa pelo governo. O PNAE possui o intuito de oferecer uma alimentação de qualidade, fresca e nutricionalmente equilibrada para os alunos da rede pública de ensino, estabelecendo um elo direto entre produtor-consumidor, característica fundamental nas cadeias curtas de comercialização. A partir da aquisição de produtos locais, preferencialmente, os orgânicos e/ou agroecológicos, a Entidade Executora (EEx) do município deve comprar, de acordo com a Lei nº11.947/2009 (BRASIL, 2009), minimamente 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse montante pode chegar até 100% dos recursos do FNDE destinados à compra de alimentos dos agricultores familiares camponeses para alimentação escolar da rede pública de ensino básico. E, ao dar preferência à compra de produtos com viés agroecológico o Programa atua em direção ao desenvolvimento local sustentável. Porém, alguns autores (BELIK, 2016; CECANE/SC, 2014; LAGE, 2016; TRICHES; SCHNEIDER, 2012) apontam os entraves para a plena consecução desses objetivos.

Conforme Lage (2016), em pesquisa realizada no município de Lavras-Minas Gerais (MG), constata-se a baixa adesão pela categoria na política pública ao ser verificado que durante o período de 2011 e 2016, não foi adquirido o percentual mínimo de 30% de compra de produtos da agricultura familiar camponesa para a alimentação escolar, estabelecido na Lei nº11.947/2009 (BRASIL, 2009). Quando foi adquirido o maior percentual de compras nesse período chegou a, no máximo, 22% dos recursos destinados a alimentação escolar. Inclusive, nessa época, quem fornecia produtos para alimentação escolar de Lavras-MG era uma cooperativa de agricultores familiares de outro município, não cumprindo o objetivo de fomento à produção local que a política se propõe.

As justificativas pertinentes para a realização da pesquisa foram: a busca por maior conhecimento sobre a agricultura familiar camponesa do município de Lavras-MG, haja vista a pouca informação disponível sobre ela; assim como conhecer melhor sua realidade

colaborou acerca do entendimento sobre quais e como são os mercados acessados e a qualidade deles; permitiu entender sobre como são realizadas as produções individuais para os múltiplos mercados, se existe uma forma mais específica para acessar determinados mercados ou não.

A partir disso foram observados quais os canais de comercialização, curtos ou longos, são mais acessados pelos agricultores familiares e camponeses de Lavras-MG.

Os dados obtidos através da pesquisa contribuíram para que pesquisadores, extensionistas e agricultores compreendam melhor as estratégias para a melhoria da inserção da agricultura familiar nas cadeias curtas de comercialização já que nessas cadeias podem ser melhor trabalhadas questões sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas da agricultura familiar camponesa em associação aos atores sociais ligados à agroecologia, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e gestores públicos do município de Lavras-MG.

A ênfase dada ao PNAE, cadeia curta de comercialização, diz respeito à continuação de uma pesquisa realizada no ano de 2016, pelo mesmo autor, onde foi constatada a possibilidade de melhoria de eficiência desse mercado. Pois, após a aprovação da Lei nº11.947/2009, entre os anos de 2011 e 2016, o município somou uma quantia de R\$5.212.426,00 de recursos financeiros provenientes do FNDE, destinados ao PNAE, sendo que dentre os recursos somados nesse período, minimamente R\$1.563.727,8, ou seja, 30% dos recursos financeiros deveriam ir diretamente para os agricultores familiares, principalmente os locais, mas não foram. A quantia de recursos financeiros somados (exceto 2016) que de fato foram destinados são relativos a apenas R\$414.346,84. Isso demonstra a dificuldade de os gestores públicos colaborarem com a agricultura familiar camponesa de acessar o PNAE e, por outro lado, que existem limitações dos agricultores familiares camponeses para acessar esse mercado.

Outro ponto importante para realização desta pesquisa/extensão ainda está relacionado ao baixo acesso da agricultura familiar local no fornecimento de produtos para essa cadeia curta de comercialização. Pois, através dessa cadeia curta de comercialização a agricultura familiar pode fornecer produtos locais, frescos e de qualidade, para pessoas em condições de insegurança alimentar, promovendo assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dessas pessoas, principalmente se o alimento for produzido de maneira agroecológica, constituindo como elemento-chave para promoção da SAN (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Sobre o aspecto ambiental e cultural, a produção agroecológica fornece ferramentas que valorizam esses potenciais, já que os alimentos são produzidos levando em consideração

o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes em diálogo com a racionalidade camponesa, detentoras dos conhecimentos dos cultivos tradicionais, transmitidos culturalmente de geração para geração, conseguem sintonizar suas práticas de fazer agricultura com a dinâmica da natureza, respeitando assim seu tempo.

Sobre o aspecto político este trabalho possui relevância para subsidiar, por meio de informações relevantes quais os mercados de cadeias curtas que a agricultura familiar camponesa está acessando, e como os gestores públicos podem tomar consciência dos problemas enfrentados pela agricultura familiar camponesa local e possam atuar na melhoria das condições de vida e trabalho delas. Para que o fornecimento de gêneros alimentícios para as cadeias curtas de comercialização aconteça, mudanças de atitudes são necessárias pelos agricultores familiares camponeses, gestores públicos e pelas instituições. Assim como a revisão de suas posições, atitudes e práticas como atores sociais. Em contrapartida, é necessário que a estrutura das compras públicas, das regulamentações sanitárias e de outras exigências para fornecimento de produtos para as cadeias curtas sejam revistas e adaptadas, se o objetivo é integrar o agricultor familiar como potencial fornecedor de alimentos.

As informações obtidas por meio da pesquisa trazem contribuições, de maneira inter-relacionada para academia, aos agricultores familiares, poder público e extensão do município.

Para a academia essas informações são relevantes dado seu ineditismo em relação ao assunto, ou seja, sobre os mercados acessados pelos agricultores familiares de Lavras-MG, principalmente sobre as cadeias curtas de comercialização.

Para os agricultores familiares do município é interessante devido ao fato de se ter poucos estudos disponíveis sobre eles e seus desafios de acesso a esses mercados, o que acaba prejudicando, pela falta de informação, políticas, trabalhos e projetos que poderiam trazer benefícios a essa população.

O poder público, em posse de informações relevantes sobre as comunidades rurais escolhidas e de seus agricultores familiares, relativos às dificuldades, pode pensar em possibilidades de colaborar para o desenvolvimento local sustentável. Bem como essas informações permitem rever alguns posicionamentos e atitudes, que podem estar atrapalhando o desenvolvimento da agricultura familiar local e pensar alternativas que possam promovê-la.

Por fim, para a empresa extensionista (EMATER-Lavras) do município, esses dados também ajudam a pensar quais atitudes e medidas podem ser necessárias em conjunto com o público-alvo, poder público e instituições, para solucionar algumas dificuldades encontradas

em relação aos mercados de forma geral e viabilizar a inserção dos agricultores familiares locais nas cadeias curtas de comercialização.

Para conhecer as cadeias curtas de comercialização da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG o problema de pesquisa visa compreender:

- quais são os mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG?

Como objetivo geral foi definido: identificar e analisar os diferentes mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG.

Os objetivos específicos possuem o propósito de: identificar quais são os principais mercados acessados pelos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG; discutir sobre as vantagens e desvantagens das cadeias curtas e longas para a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG; problematizar o acesso pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG a uma cadeia curta de comercialização, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O texto está dividido em Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussões, e Conclusão. No Referencial Teórico são tratados assuntos ligados aos distintos modelos de agricultura existente no país; algumas características gerais acerca da agricultura familiar e sua importância para o contexto brasileiro; os distintos modelos de desenvolvimento brasileiro foram colocados em pauta; algumas características gerais acerca do que são o mercado também foram abordadas; posteriormente, foram demonstrados alguns tipos de mercados que a agricultura familiar camponesa brasileira ligando as cadeias longas de comercialização e cadeias curtas de comercialização; cada uma dessas cadeias estão ligadas a um tipo de desenvolvimento: cadeias curtas de comercialização/desenvolvimento local sustentável e cadeias longas de comercialização/desenvolvimento econômico de alguns grupos; os mercados institucionais do governo estão ligados às cadeias curtas de comercialização; em relação ao mercado institucional PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é demonstrado o exemplo de Lavras-MG, suas dificuldades em comprar os produtos da agricultura familiar local e suas possibilidades/potencialidades de conseguir.

Na Metodologia foram traçados os caminhos percorridos pelo pesquisador para a realização da presente pesquisa. Foram entrevistadas 55 famílias em um estudo de caso de 4 comunidades rurais de Lavras e uma associação de camponeses e camponesas agroecológicos em um estudo quanti-qualitativo.

Nos Resultados e Discussões foram apresentadas as características gerais acerca da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. Quais são os mercados acessados por elas, demonstrando, segundo elas próprias, as vantagens e desvantagens de cada um desses

mercados separados em cadeias longas de comercialização e cadeias curtas, e a implicação de cada uma dessas escolhas para os distintos modelos de desenvolvimento.

O PNAE em Lavras-MG é focalizado sob a lente dos entrevistados e entrevistadas para entender os possíveis motivos da sua baixa adesão. A venda de produtos orgânicos e/ou agroecológicos como ferramentas importantes para a inserção de produtos nas cadeias curtas de comercialização para promoção do desenvolvimento local sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura brasileira e seus distintos vieses de desenvolvimento: agricultura patronal x agricultura familiar

No que se refere ao desenvolvimento rural brasileiro dois projetos de sociedade estão polarizados em distintos paradigmas. O paradigma hegemônico está direcionando a um projeto de sociedade traduzida por uma “modernização” da agricultura que está centrada na grande empresa agropecuária produtora de *commodities* para exportação, fundamentado pela concentração de terras por meio da propriedade privada e demais recursos produtivos (tecnologia, políticas públicas, créditos, pesquisas, etc.) para qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado. Para esse setor, o desenvolvimento rural deve ser pensado para potencializar a grande empresa agrícola, a fim de competir no mercado externo. Portanto, no que tange ao contexto brasileiro esse paradigma possui um enfoque que privilegia as elites ruralistas excluindo e empobrecendo setores da agricultura familiar que são centrados principalmente em pequenas quantidades de terras, mão de obra e administração familiar. Estes possuem várias nomenclaturas, algumas delas são: “pequenos proprietários de terras”, “agricultura familiar” e “camponês”. Por meio da dominação do paradigma hegemônico e seu “desenvolvimento” alguns traços se tornam “comuns” no que tange ao mundo rural em sua maioria, o que colabora na pobreza de parte das populações do campo, ao êxodo rural de alguns membros das famílias com pequenas propriedades de terra e a concepção do mundo rural como espaços (e populações) periféricos e residuais. (WANDERLEY, 2017).

O governo brasileiro, historicamente, privilegiou uma minoria de famílias que possuem grandes proporções de terras nas quais políticas de créditos e investimentos foram majoritariamente destinados para essa categoria, deixando-a muito à frente da agricultura familiar em termos de investimentos econômicos e tecnologia.

Porém, em contraponto, existe outro modelo de desenvolvimento rural no Brasil, focado, principalmente nesses “periféricos” e “residuais”, assim chamados pela agricultura “dominante”, baseados em outras formas de viver e fazer agricultura. Tendo como base o desenvolvimento dos territórios em que estão localizados os chamados “pequenos proprietários de terra”, “agricultores familiares” e “camponeses”. Este paradigma tem como foco o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa baseados na sua grande sociodiversidade, tais como são as diversas e heterogêneas realidades das “comunidades

tradicionais” espalhadas nas mais diversas regiões territoriais do Brasil, constituindo parcela importante das populações do campo (WANDERLEY, 2017).

Essa parcela peculiar e importante do rural brasileiro precisa de um modelo de desenvolvimento que leve em consideração o reconhecimento da sua história e modos de fazer agricultura, que se remete a tempos remotos, por meio do modo de vida camponês. Esse campesinato está ligado à uma forma específica de vida, organização e relacionamento que leva em conta a unidade familiar, através da ligação dos indivíduos à terra. Os fatores família e terra são aliados ao fator trabalho que garantem a reprodução familiar, suas formas de organização e tradição ao longo do tempo (WANDERLEY, 2003; WOORTMAN, 1990).

Entretanto, segundo Wanderley (2003), essas relações foram se modificando com o passar do tempo, principalmente com a era industrial que produzia novas tecnologias para o trabalho no campo. A inserção dessas novas tecnologias alterou profundamente e para sempre o modo de vida camponês, que necessitava estar cada vez mais adaptado e integrado às mudanças tecnológicas de modo a aumentar sua produtividade para competir e oferecer seus produtos ao mercado. Para Van der Ploeg (2008), alguns agricultores estão mais ou menos integrados e dependentes do mercado.

Ao levar em conta esses aspectos, a agricultura familiar e camponesa é diretamente responsável pela segurança alimentar e nutricional do país (LEMOS; LIMA, 2014). Isso devido à produção de alimentos básicos constituintes da mesa do brasileiro, no qual destacam-se algumas culturas e suas respectivas porcentagens: 70% da produção nacional de feijão, 46% do milho, 87% da produção nacional de mandioca, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% da produção de suínos, 50% da produção de aves e 30% da produção bovinos, 21% do trigo e 16% da soja que foi produzida no país (MACHADO, 2013).

Machado (2013, p. 53) afirma que "em valor de produção gerada, a agricultura familiar é responsável por R\$54 bilhões, enquanto a agricultura não familiar responde por R\$89 bilhões, representando volume importante na economia brasileira". De acordo com os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006, o Brasil possuía um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários em que 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares, significando que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil e ocupa uma área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros (SCHNEIDER; CASSOL, 2017). Pode-se perceber, ao comparar a agricultura familiar aos grandes produtores, que apesar da agricultura familiar ocupar uma área incrivelmente menor do que a dos grandes produtores, a quantidade

de produção dos agricultores familiares é muito alta (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006).

Outro ponto diz respeito à quantidade de “ocupações” que a agricultura familiar gera para as pessoas do meio rural, ou seja, as pessoas da própria família trabalham na propriedade, Embrapa (2014) apud Vilela (2017) indica que 14 milhões de pessoas estão ocupadas por ela, o que representa em torno de 74% das ocupações no campo, apesar de sua área ocupada ser bem inferior ao da agricultura não familiar, como demonstrado anteriormente.

Essa questão fundamental da desigualdade das posses de terra no Brasil tem relação com o seu passado. Desde o período colonial a divisão das posses da terra foi desigual, em que as terras eram divididas em grandes porções para produção de monoculturas voltadas para o mercado externo, chamados de latifúndios. Os latifúndios ficaram concentrados nas mãos das pessoas mais abastadas (MACHADO, 2013).

Assim, o governo entre 1888 (período da abolição da escravatura) até o golpe militar de 1964, por meio do Estatuto da Terra, possibilitou o enquadramento e a administração institucional das reivindicações camponesas da época. Possibilitando reforma agrária em áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descartou a possibilidade de reforma agrária em âmbito nacional; por outro lado, o governo militar possibilitou uma política deliberada de concentração fundiária e de criação de grandes empresas no campo. Desse modo, ele minimizou as tensões sociais que podiam ser definidas como um perigo à segurança nacional e estabilidade militar (MARTINS, 1981).

Até os dias de hoje é possível perceber a grande concentração de terra nas mãos de poucos. Através do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006, foram levantadas algumas questões sobre a “evolução” da estrutura agrária no país, ou seja, muito pouco se alterou em relação a concentração fundiária.

Ainda, segundo o IBGE (2006, p. 109), ao se analisar o Índice de Gini,

utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, percebe-se que, no período intercensitário 1995-1996 a 2006, o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração, expresso por 0,856, em 1995, e por 0,872, em 2006. A distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras [...].

Os dados apresentados anteriormente nos permitem observar a alta concentração fundiária no Brasil.

2.2 Características gerais acerca da agricultura familiar camponesa no Brasil

No campo da esfera pública e da iniciativa privada, em muitos casos, os pequenos proprietários de terras eram/são vistos com a lente do tamanho de sua propriedade e quantidade do valor monetário produzido individualmente, desse modo muitos deles são considerados “periféricos”, baseados numa visão produtivista (WANDERLEY, 2017).

Para essa categoria a fragilidade de seu acesso aos recursos produtivos é o principal objeto de suas lutas sociais, seculares e recentes, precisamente, no sentido de poderem consolidar as bases materiais de sua condição de agricultor (WANDERLEY, 2017). Haja vista que Vilela (2017) afirma que 3,9% dos agricultores familiares possuem receitas maior ou igual a 10 salários mínimos por mês; 25,3% não possuem receita e; 34,6% tem receitas menor ou igual a 1 salário mínimo. Esses dados demonstram a fragilidade que a categoria se encontra. Inclusive o mesmo autor destaca a partir da interpretação do Censo Agropecuário de 2006, e em menor medida o Censo Demográfico de 2010, que a maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros ainda passa por um processo de marginalização econômica-social, em que o *squeeze* para Van der Ploeg (2016) traz a perspectiva de que a diferença entre os custos de produção e o preço recebido pela venda de seus produtos são muito pequenas, deixando o produtor “apertado”.

Visando minimizar esses impactos, esse grupo possui estratégias de sobrevivência própria como tentativa de superar os obstáculos que lhes são interpostos com o intuito de garantir a reprodução da sua unidade familiar. Os vínculos com os mercados, as práticas de autoconsumo (produzir e se alimentar da produção da propriedade) e a prestação de serviços para terceiros é condição importante para sua permanência no campo (WANDERLEY, 2017). Schneider e Cassol (2017) escrevem que de acordo com a peculiaridade de cada família varia o grau de dependência a cada uma dessas estratégias.

A diversidade existente no rural brasileiro é muito grande, mas a utilização principalmente da mão de obra familiar para executar o trabalho na sua unidade produtiva é comum (SCHNEIDER; CASSOL, 2017), sendo que a Lei nº11.326/2006 utiliza-se desse conceito para definir a “agricultura familiar” brasileira (BRASIL, 2006), incluindo a diversidade de categorias analíticas existentes, tais como: agricultor familiar, camponês, pequeno produtor, sem-terra, quilombolas, indígenas, povos da floresta, povos das águas, povos dos mares, entre outros com perfil sociológico semelhante aos citados e que constroem outros nominalismos a partir de identidades locais (VILELA, 2017).

Essa Lei assegurou que o termo “agricultura familiar” fosse incorporado no discurso como uma categoria política, assim como o termo “camponês” em contraposição aos adjetivos pejorativos de “periféricos” e “pequenos produtores”. Por isso mesmo é importante reconhecer sua grande importância para o desenvolvimento social e econômico do país (SCHNEIDER; CASSOL, 2017), como pode ser observado através dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Esses adjetivos são baseados nos distintos modelos de desenvolvimento antes referidos, sobre a ótica hegemônica. A diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar brasileira eram tidas como um obstáculo a ser superado, e não como elemento importante ao desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural para o país. Pois, a ótica que se queria ver a “agricultura familiar brasileira” era sob do “*farmer* americano”, modelo que não condiz com a realidade brasileira e dos demais países latino americanos (SCHNEIDER; CASSOL, 2017). Para começarmos a entender melhor a realidade que nos é própria da “agricultura familiar brasileira” é necessário conhecer a evolução do seu reconhecimento enquanto categoria social e política.

Para Schneider e Cassol (2017), três pontos foram fundamentais para esse reconhecimento. O primeiro tem a ver com a retomada da força do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo, com o papel dos mediadores e intelectuais, principalmente de cientistas sociais que debateram mais incisivamente o tema no início da década de 90; e o terceiro ponto diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas. Então, foi se estabelecendo no interior do país um contexto propício para esse grupo, um deles foi a criação e institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um marco para o reconhecimento social e político da “agricultura familiar” pelo Estado. Outro ponto foi a criação do Plano Real que propiciou estabilidade econômica para o país. E por fim, a criação da Constituição de 1988 que descentralizou as decisões do Estado e permitiu maior participação dos movimentos sociais na criação de políticas públicas, sendo criado um ambiente institucional, econômico e ideológico para agricultura familiar brasileira em um dado momento histórico (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Porém, nos últimos anos, a agricultura familiar brasileira tem perdido, ainda mais, sua força política e de poder na formulação, implementação, operacionalização e avaliação das políticas públicas sob o maior controle do agronegócio, politicamente hegemônico. O poder na mão desse grupo passa a negligenciar e minar, ainda mais que antes, programas de governo que visavam melhorar os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos que são constitutivos do modo de vida da agricultura familiar camponesa, pois passa a privilegiar

principalmente o acesso as chamadas “tecnologias modernas” pregadas pela “Revolução Verde” como único modo de promover o desenvolvimento (VILELA, 2017).

A adoção das chamadas “tecnologias modernas” passa a atender aos interesses de outros agentes econômicos da cadeia produtiva (vendedores de insumos, indústrias químicas, indústrias agropecuárias) sem necessariamente priorizar a condição dos produtores rurais. Além disso, a incorporação dessas tecnologias vai mudando as características sociais e culturais dos agricultores, transformando-os em meros produtores de mercadorias e elevando seu grau de especialização para selecioná-los para cadeias produtivas de valor especializadas cada vez mais, o que inclui um grupo (os que conseguem se adaptar) e excluindo outra parte (os que não conseguem ou não querem incorporar essas tecnologias) (VILELA, 2017). Esse fato influencia no aumento da marginalização social-econômica de muitas famílias no meio rural devido às famílias mais capitalizadas conseguirem acessar a essas “tecnologias” de produção.

Assim é necessário pensar políticas públicas e mercados para que os estabelecimentos, principalmente os marginalizados, possam ser contemplados, a fim de melhorar sua condição econômica, social e ambiental. Desse modo, as políticas públicas devem ser orientadas para ajudar nas estratégias de sobrevivência e reprodução dos agricultores familiares camponeses, assim como incorporar também estratégias para agricultura familiar camponesa como um todo, por meio da diversificação produtiva e da agroecologia, que visa à “refundamentação” da agricultura com base no tempo e nas características da natureza, e evitando a agricultura baseadas em insumos industriais para monoculturas. Assim como a multifuncionalidade, as novas formas de cooperação, as visões territoriais, entre outras, também devem ser incorporadas e entrelaçadas para criar uma lógica menos excludente e própria da agricultura familiar camponesa (VILELA, 2017).

Pois, a excessiva adoção das chamadas “tecnologias modernas” passa a atender aos interesses de outros agentes econômicos da cadeia produtiva (vendedores de insumos, indústrias químicas, indústrias agropecuárias) sem necessariamente priorizar a condição dos produtores rurais, aliás, em muitos dos casos estes ficam com o ônus. A inclusão ou exclusão da agricultura familiar e camponesa estão ligadas à disputa entre distintos modelos de desenvolvimento. Por um lado, existe o modelo de desenvolvimento baseado quase exclusivamente na economia (desenvolvimento econômico), representados por tecnologias da “Revolução Verde” e cadeias longas de comercialização. Por outro lado, existe outro modelo de desenvolvimento, que possuem diversos adjetivos (“sustentável”, “local”, “local sustentável”, “rural sustentável”), mas basicamente expressam características similares. Essas

características visam incluir a Soberania Alimentar e Nutricional do povo brasileiro, preservação da cultura local, meio ambiente, inclusão social e financeira, com base, principalmente, na agroecologia, utilizando-se das cadeias curtas de comercialização.

2.3 Modelo baseado no desenvolvimento econômico

O “desenvolvimento econômico” propôs resolver problemas como a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o desemprego, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental, porém é visto que essas questões vão se agravando, e os mesmos problemas continuam no mundo em ‘desenvolvimento’ (ALTIERI, 2004). Segundo Perez-Cassarino (2013), o modelo de desenvolvimento econômico – que beneficia alguns grupos – está ligado à forma de organização dos diferentes segmentos da cadeia agroalimentar (insumos, produção, processamento, distribuição e comercialização), ou seja, o sistema agroalimentar pode ser entendido como o conjunto de atividades que se integram visando ao cumprimento da alimentação humana (SOLER, 2009).

No período pós-guerra, as empresas agroalimentares começaram cada vez mais a fazer parte da vida humana, conseguindo maiores fatias do mercado e maior poder para controlar as políticas estatais em seu favor, de modo a desenvolver e adquirir mais poder econômico. Devido sua força, os Estados não conseguiam impor seus limites como antes, e passaram a colaborar com essas grandes empresas, facilitando a comercialização dos produtos por meio de legislações que beneficiassem esses novos arranjos produtivos chamados ‘impérios agroalimentares’ (VAN DER PLOEG, 2008).

Esses impérios começaram a controlar sistemas globais de produção e distribuição de alimentos, aumentando sua dominação e controlando cada vez mais territórios ao redor do mundo (MILONE; VENTURA, 2016; VAN DER PLOEG, 2008). Ao fazer isso passou a estruturar a dinâmica local de produção, processamento e distribuição para que os agricultores familiares e camponeses se adaptassem aos novos comandos do mercado. Esses impérios se apropriaram das dinâmicas locais que já existiam (MILONE; VENTURA, 2016), controlando os fluxos financeiros do território (“periferia”) para o império (“centro”). Em contrapartida, o império com toda sua cadeia e nós ligados a outros territórios ao redor do globo, trouxe consigo custos e riscos para a população local (DELGADO, 2010 apud MILONE; VENTURA, 2016; PEREZ-CASSARINO, 2013).

A incorporação de territórios por meio da reestruturação da produção, processamento, distribuição e comercialização, muda, radicalmente, a dinâmica do modo de vida da

população local, principalmente dos agricultores familiares e camponeses que precisam alterar sua maneira de lidar com a economia, meio ambiente, política e cultura (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Os impérios, por meio de suas fusões e aquisições, passaram a dominar verticalmente o conjunto de sistemas agroalimentares que vão desde a produção de sementes até o supermercado (ou hipermercado), que disponibilizam esses “alimentos” aos consumidores. Toda cadeia passa a ser controlada nessa nova dinâmica de organização da vida humana e de sua alimentação (PEREZ-CASSARINO, 2013), “comodificando” os modos de vida da população através da homogeneização pelos mercados (ALLAIRE, 2016).

É importante destacar também o papel e o poder que as redes de distribuição de alimentos (varejos) possuem em relação aos mercados locais. As 100 maiores corporações, desse ramo, dominam cerca de 35% do mercado mundial e, desse total, 40% são dominados por apenas 10 empresas. No Brasil, entre 1994 e 2005, as três maiores redes de supermercados do país passaram a dominar 18,5% para 38% do mercado varejista. A dominação pode ser vista claramente também sobre o mercado varejista, no qual os mercados locais acabam não conseguindo resistir a forte concorrência das grandes corporações que colocam preços muito abaixo e novos padrões de consumo e acabam por desestabilizar pequenos e médios mercados locais e regionais (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Alguns dados apresentados apontam que entre 2010 e 2011, 70 milhões de pessoas atravessaram a linha da pobreza em direção à miséria absoluta em função da alta e das oscilações dos preços dos alimentos (FAO, 2013 apud NIEDERLE, 2017), esses dados estão ligados ao crescimento desses impérios alimentares.

Segundo Niederle (2017), outra questão diz respeito ao problema do acesso à terra que continua limitando a produção de alimentos, principalmente pelo segmento mais empobrecido da agricultura familiar. Outro problema diz respeito à disputa pela água que tem emergido em toda parte. No mundo, um bilhão de pessoas sofrem com falta de água, enquanto 70% dos recursos hídricos utilizados no planeta são empregados na agricultura (sobretudo empresarial).

Na outra ponta da cadeia, o consumo alimentar moderno resulta em uma catástrofe da saúde pública. Obesidade, diabetes, câncer, hipertensão e uma grande variedade de doenças reforçam os limites dos padrões alimentares contemporâneos, ao mesmo tempo em que suportam os impérios construídos pelas indústrias químicas, as quais foram capazes de unificar o controle da produção de agrotóxicos e remédios, criando uma grande integração de mercados dinâmicos: o maior consumidor mundial de agrotóxicos já se tornou o oitavo maior mercado mundial de medicamentos, no caso o Brasil (NIEDERLE, 2017).

Já em relação à revalorização da biodiversidade, se faz necessária uma medida urgente para diminuir ou acabar com os níveis alarmantes de erosão genética causados pela degradação dos sistemas produtivos locais, como decorrência da homogeneização dos monocultivos agrícolas – problema este que reduz gradativamente a capacidade societária de encontrar soluções para a fome e a insegurança alimentar e nutricional (NIEDERLE, 2017).

Como pode ser observado os opostos vão ficando cada vez mais acentuados. De um lado os impérios agroalimentares através das cadeias longas de produção e comercialização de alimentos industrializados, do outro, a produção e comercialização de alimentos locais e regionais, chamadas de cadeias curtas. Os dois possuem lógicas distintas e trazem consigo implicações distintas para os modos de vida social, ambiental, econômico, político e cultural. Nesse sentido, em contraposição aos impérios alimentares e desenvolvimento econômico (de poucos), é preciso pensar no modelo de desenvolvimento local sustentável tendo como base a agroecologia e a produção local.

2.4 Modelo de desenvolvimento local sustentável

Esse modelo de desenvolvimento possui vários adjetivos “local”, “sustentável”, “rural sustentável”, “local sustentável”, mas com princípios similares, enfoca o pequeno e médio produtor familiar, estes constituindo papel central para o desenvolvimento local sustentável, visando à justiça e inclusão social, utilizando bases sustentáveis de produção. Allaire (2016) evidencia, portanto, a produção de alimentos locais, que está relacionado ao “desenvolvimento sustentável”, pois diz respeito, antes de tudo, ao sistema de abastecimento alimentar, envolvendo princípios como: tradição, economia, saúde, herança cultural, estilos de vida, ecologia e agroecologia.

Esse novo modelo leva em conta a biodiversidade como fator fundamental para o fortalecimento da resiliência contra choques externos, utilizando de técnicas tradicionais e adequação ao território, o que permite o uso mais racional dos recursos e menor dependência externa, principalmente das indústrias de petróleo; o desenvolvimento do capital humano como elemento importante para fortalecer a competitividade da região e de seus produtores locais; baixo custo de transações; certificação de qualidade e sustentabilidade, reconhecidas pelo seu valor ambiental e social e; reconhecimento do produto ou serviço como utilidade social. O desenvolvimento local sustentável é coerente a esses princípios, induzidas, principalmente, por ações coletivas por parte de múltiplos atores mediante a utilização de mecanismos regulatórios e de apoio (MILONE; VENTURA, 2016).

Tudo isso como forma de atingir a SAN. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis (MACHADO, 2017).

Para promover a SAN, a agroecologia se torna elemento-chave (PEREZ-CASSARINO, 2013), pois incentiva a produção para subsistência familiar com o intuito de diminuir ou acabar com a dependência de compras de insumos do mercado, buscando a soberania alimentar (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014). A agroecologia pode ser entendida como modelo de “desenvolvimento local sustentável” em contraposição ao modelo de “desenvolvimento econômico” dominante proposto pelos impérios agroalimentares. A produção sustentável leva em consideração o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (ALTIERI, 2004). Assim sendo, segundo Perez-Cassarino (2013, p. 216)

[...] a agroecologia é uma proposta alternativa da organização das atividades agroalimentares, funda-se a partir de uma racionalidade camponesa que, em diálogo com o saber científico, se propõe a construir alternativas técnicas, organizativas e econômicas que possibilitem a viabilização da agricultura familiar e camponesa, portanto, a garantia de sua reprodução social. Abrem-se, nesse sentido, as possibilidades de a agroecologia constituir-se em um campo de possíveis respostas às atuais crises da modernidade, notadamente as crises alimentares e ambientais.

Portanto, a agroecologia contrasta fortemente com o que vem acontecendo na atual sociedade, em que os impérios agroalimentares vêm redefinindo e redesenhando modos de vida, produção e comercialização de produtos. Nesse sentido a agroecologia possui a proposta de produção e comercialização de produtos baseadas na SAN. Ela conseguirá se fortalecer quando os dois elos principais da cadeia, agricultor familiar/camponês e consumidor estiverem alinhados na proposta de comercialização justa. Apesar de nem sempre acontecer tal fato, já que produtores e consumidores são prejudicados em detrimento do império agroalimentar, ou dos intermediários.

Para que tal fato possa ser viabilizado é necessário haver um consumo consciente. Esses distintos modelos (econômico X sustentável) estão ligados aos símbolos próprios que

cada um representa. É importante considerar que os consumidores estão ligados a algumas visões que podem interferir em sua maneira de consumir. Aspectos ligados à saúde, à qualidade de vida, ao meio ambiente, à qualidade dos produtos, contra os transgênicos, sazonais, *Slow Food* (BRUNORI; MALANDRIN, 2016), produção e consumo de produtos locais (ALLAIRE, 2016; VAN DER PLOEG, 2016), orgânicos e/ou agroecológicos (ALLAIRE, 2016), produtos tradicionais, camponeses, regionais, produção artesanal, alimentos seguros (BRUNORI; MALANDRIN, 2016).

Desse modo o consumo consciente está ligado às preocupações e aos anseios dos consumidores em agir de maneira cidadã, transformando o ato de consumir em ação política e com potencial transformador da sociedade (BRUNORI; MALANDRIN, 2016).

Nesse sentido é importante ir ao encontro da construção de sistemas agroalimentares alternativos que promovam a SAN do povo brasileiro. Aliado a isso o fluxo financeiro deve permanecer na localidade, por meio da construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (cadeias curtas), com o intuito de ter formas mais equitativas e distribuição da riqueza gerada pelo setor agroalimentar, gerando o ‘desenvolvimento rural’ (PEREZ-CASSARINO, 2013). Mesmo assim, deve-se ter um olhar crítico em relação a essa proposta, pois os próprios filhos dos produtores rurais vêm perdendo suas características de alimentação saudável e muitos, da nova geração, não estão herdando a cultura e hábitos de cultivar a terra (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014).

Assim, para fazer frente às dificuldades que a atual sociedade impõe ao consumo e à produção, o trabalho consciente do Estado com seu poder de regulação junto ao diálogo com a sociedade civil organizada é fator fundamental para tentar mudar essas condições tão bem enraizadas (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014). De maneira que aliada à agroecologia possam fornecer ferramentas metodológicas, técnicas e organizacionais que viabilizem iniciativas concretas que liguem a produção ao consumo com princípios de justiça social e sustentabilidade cultural, econômica e ambiental. Assim, algumas dimensões precisam estar ligadas para articular agroecologia e SAN, são elas: diversificação de alimentos e agrobiodiversidade; estabelecimento de novas relações de mercado; resgate de culturas alimentares; educação alimentar e para o consumo e; políticas públicas e mercados institucionais (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Já que está sendo falado sobre modelos de desenvolvimento, os mercados são parte intrínsecas desses modelos, sendo que pode estar mais alinhado a uma forma ou outra de desenvolvimento. Para contextualização, serão explicadas algumas características gerais do mercado e uma breve evolução da sua história.

2.5 Algumas características gerais acerca dos mercados

Antes de falar especificamente dos mercados acessados pela agricultura familiar e camponesa serão traçadas algumas definições sobre o que é o mercado e uma breve contextualização sobre o histórico de seu surgimento e desenvolvimento.

O entendimento acerca dos mercados está relacionado aos espaços de interações sociais, econômicas e culturais, em que são cambiados os produtos por moedas vigentes (SCHNEIDER, 2016). Wilkinson (2016) aponta que o mercado é fruto de atores legitimamente envolvidos em sua formação, desde produtores até formadores de opinião; outro ponto de vista diz respeito aos mercados como arenas concorridas, produtos tanto de disputas quanto de acordos, de inclusões e exclusões; por fim, os mercados não se limitam apenas a avaliações técnicas, como juízos sociais e ambientais, no qual os interesses públicos e de consumidores se tornam centrais nesse processo. Para Van der Ploeg (2016), os mercados são locais ou estruturas onde produtores e consumidores, direta ou indiretamente, trocam bens e serviços, de maneira simples ou altamente complexas, tal como sistemas que organizam tais fluxos, de um ponto a outro, no espaço-tempo, por meio de transações complexas e inter-relacionadas. Desse modo, é importante compreender o sentido e as formas de interação mercantil dos agricultores familiares.

O mercado pode ser caracterizado de três formas. O primeiro diz respeito ao espaço físico determinado que se realizam trocas materiais de mercadorias e produtos. O segundo, como princípio que ordena a sociedade e a economia, como ocorre no capitalismo. O terceiro, não menos importante, se refere à construção social resultante de processos de interação entre diferentes agentes que fazem trocas e intercâmbios por diferentes motivos e estratégias, de acordo com os interesses específicos, seja por interesses econômicos, sociais, ambientais e culturais (SCHNEIDER, 2016).

A primeira forma de mercado como espaço físico teve seu início nos primórdios das sociedades pré-históricas em que diferentes grupos étnicos e tribos que viviam em distintas regiões geográficas trocavam produtos entre si. Mais tarde, na história antiga, tais como as cidades-estados gregas, trocavam-se produtos entre as diferentes classes sociais, no qual o sistema de intercâmbio passou a fazer parte da estrutura social, que com o passar do tempo foi se tornando necessário um conjunto de regras e legislações pertinentes para tais finalidades. Estes eram espaços locais de concentração do público e interação política que atraíam pessoas das mais distintas regiões do globo que visavam comercializar seus produtos. Já na Idade Média, as feiras constituíam um espaço de trocas de produtos. Essas passaram a constituir o

locus onde os camponeses levavam seus excedentes para serem trocados e/ou vendidos. Tais feiras foram se tornando complexas e passaram a exigir dos governos cada vez mais legislações pertinentes para regular as trocas, esses governos, mais tarde, passaram a cobrar impostos relativos à circulação de serviços e mercadorias (SCHNEIDER, 2016).

Dessa evolução começou a surgir uma nova classe social chamada de mercadores ou comerciantes. Os produtores e os camponeses já não vendiam mais seus produtos diretamente aos consumidores, agora eles já vendiam para os intermediários (mercadores). Outro ponto diz respeito ao aumento da demanda por alguns produtos aumentando assim seus preços. Os camponeses passaram a produzir para vender aos mercados ao invés de vender apenas o excedente. O mercantilismo fez o comércio se desenvolver rapidamente, desenvolvendo condições favoráveis ao surgimento do capitalismo, que regulava por meio do mercado as relações entre ofertantes e demandantes (SCHNEIDER, 2016).

As navegações intercontinentais aliadas às ocupações militares em diferentes locais do globo, em formas de áreas de influência e colônias, passaram a aumentar o espaço de abrangência desses mercados. Sob a égide do capitalismo, os mercados se desenvolveram de forma nunca antes vista, podia-se comprar e vender mercadorias e produtos, mas também trabalho humano. O mercado passou a ter um sentido mais político e ideológico, que através da interação social passava a ordenar a sociedade e economia, gerando as primeiras abordagens e perspectivas teóricas. No capitalismo surgiu a sociedade de mercado, no qual a vida social passou a estar subordinada a lógica econômica. Marx, Weber e Polanyi entenderam que o mercado deveria ser aniquilado ou subordinado a instituições reguladoras. Já Adam Smith vê o mercado como espaço de interações sociais que permite alocação ótima entre os agentes que demandam e ofertam, equilibrando assim a competição entre os agentes, neste caso o mercado funciona bem quando existe um maior equilíbrio entre ambos. (SCHNEIDER, 2016).

Milone e Ventura (2016), sobre as “mãos invisíveis” do mercado, afirmam que estes não são autorregulados como dizia Adam Smith, pelo contrário, esses precisavam de algum tipo de regulação, em que mais tarde Keynes trouxe a perspectiva que o Estado deveria “sabiamente administrar” o mercado, não deixando a economia ao livre arbítrio dos interesses privados, sendo dirigida e orientada por intervenções públicas pontuais e específicas pelos mercados serem criaturas “selvagens”. Portanto, devem ser controlados e regulados, e não demonizados.

Portanto, alguns modelos de mercados serão demonstrados com o intuito de ser melhor visualizados, assim como perceber a história e evolução interagindo com as múltiplas

formas que a agricultura familiar e camponesa possuem em comercializar seus produtos. Sua forma de interação varia muito de acordo com o intuito e tipo de sua comercialização, desse modo serão demonstrados os mercados agroalimentares e a construção social dos mercados.

2.6 Mercados agroalimentares e construção social dos mercados

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar nunca deixou de comercializar seus produtos, se inserindo tanto em mercados de exportação, quanto mercados internos.

A introdução da agricultura familiar nos mercados agroalimentares baseados em planos autônomos requer uma ótica de “construção de mercados” adequada à realidade dos agentes econômicos de pequeno porte (MALUF; WILKINSON, 1999 apud MALUF, 2004). Para Maluf (2004) existem dois enfoques principais que “englobam” a agricultura familiar aos mercados: os enfoques econômicos convencionais que se baseiam numa concepção de “acesso a mercados” que supostamente já existam. Esses mercados, normalmente, são aqueles acessados pela capacitação empresarial (“empresarialização”) dos pequenos empreendedores (agricultores) e em outros quesitos nos quais a unidade familiar rural precisa se adaptar (estrutura, mão de obra, insumos, recursos financeiros) para conseguir suprir a demanda do mercado.

Outro enfoque está relacionado à construção social do mercado por meio dos agentes econômicos (produtivos, comerciais e financeiros) e a instituição de formas associativas na qual produtores e demais envolvidos estão engajados na produção e na distribuição dos respectivos produtos. O processo para construir esses mercados ganha maior importância (MALUF, 2004). Esse ponto é importante para Van der Ploeg (2016), pois ele vê que os mercados convencionais deixam “brechas estruturais” para comercialização de produtos diferenciados alinhados a características culturais e sociais peculiares que a padronização de produtos e perda de qualidade (devido a grandes distâncias percorridas) vindos das indústrias, normalmente, não oferece.

Os aspectos territoriais para criação de mercados possuem três componentes para o tema. O primeiro delas está ligado à associação de agricultores familiares para criar uma identidade territorial, que pode gerar diferenciação e valor agregado ao produto, são exemplos os produtos com denominação de origem e os artesanais típicos de uma cultura regional. O segundo, possui o intuito de interligar as relações entre a produção e o consumo dos alimentos, de acordo com o olhar da segurança alimentar, possuindo vantagens em relação à diminuição de custos com transporte, melhoria da qualidade e confiabilidade dos produtos

cujas vantagens se localizam não apenas no menor custo de transporte, mas também na qualidade e na confiabilidade dos produtos que estão relacionado a hábitos de consumo diferenciado. O terceiro, trabalhando com a abordagem territorial é possível a formação de *clustering*s, que permitem o ganho de força por parte das pequenas e médias empresas na geração e na difusão de inovações adequadas, nos ganhos de escala, por meio de produção, transporte, comercialização e a apropriação de competências regionais pela qualificação do trabalho que a ação coletiva pode fomentar. A estratégia de cada agricultor familiar pode ser individual, entretanto com base na identidade regional. (MALUF, 2004).

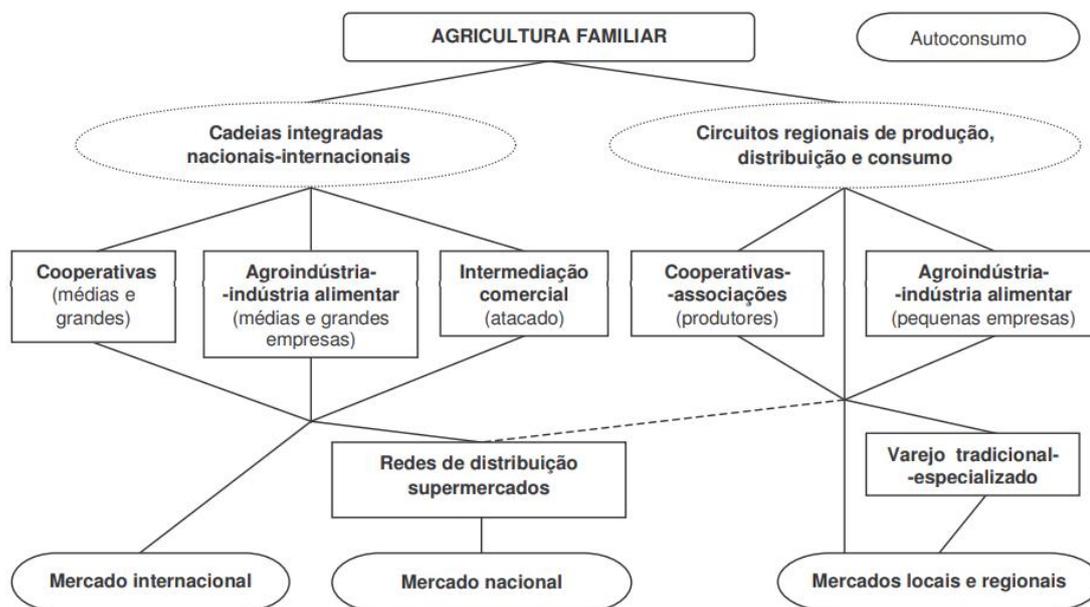
De acordo com Maluf (1995 apud MALUF, 2004), a agricultura familiar mantém dois tipos de vínculos simultâneos com os mercados para seus produtos: um deles diz respeito às cadeias integradas nacionalmente e internacionalmente, e outro, com os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

As cooperativas de grande porte, a indústria alimentar, as corporações de grande porte, a intermediação mercantil e as redes de supermercados fazem parte dos mercados de cadeias integradas. A agricultura familiar pode estar vinculada a essas cadeias por meios contratuais ou através de elos comerciais normais. Os principais produtos agrícolas que passam por essa cadeia são: a soja, o leite, as carnes, o trigo, as frutas para serem consumidas *in natura* ou para fazer sucos, os doces e as conservas. Alguns desses produtos também são comercializados localmente em pequenos varejos. (MALUF, 2004)

Já os circuitos regionais no interior do país são formados por pequenas associações ou cooperativas de pequenos agricultores familiares, que são constituídos para beneficiar ou processar as matérias-primas, e por empreendimentos urbanos comerciais e industriais de pequeno porte, que estão ligados à transformação, à distribuição e ao consumo de produtos alimentares. São eles: os restaurantes locais, pequenos supermercados, pequenas indústrias alimentares, comércio especializado em refeições prontas (empórios, quitandas, armazéns, padarias, açougues, casas de frios, etc.), feiras livres, sacolões e varejões. Nesses circuitos, as vendas diretas de agricultores para clientes também acontecem. Esses circuitos regionais são desenvolvidos a partir de processos socioespaciais, podendo ser utilizados como estratégia dos agentes econômicos envolvidos e de ações públicas voltadas para fomentar as atividades econômicas locais e regionais, principalmente por parte do governo, para comprar produtos diversificados da agricultura familiar local para os mercados institucionais. (MALUF, 2004)

A Figura 1 representa as cadeias integradas nacionalmente-internacionalmente e as cadeias regionais, que dizem respeito à agricultura familiar e ao mercado de alimentos (MALUF, 2004).

Figura 1 - Cadeias integradas nacionalmente-internacionalmente e as cadeias regionais.



Fonte: Maluf (2004)

A diversificação da produção e sua agregação de valor é importante para agricultura familiar. A utilização da combinação de cultivo de grãos, carnes e leite fornece uma base segura de recursos para os agricultores, variando em cada caso a importância da composição na renda familiar. Aliado aos produtos principais somam-se outros cultivos como as verduras, os legumes e as frutas. São esses os principais produtos destinados à comercialização nesses circuitos, no caso de alguns produtos eles são processados e vendidos nos circuitos regionais, como subprodutos da atividade principal. Exemplos são a fabricação de queijos, que em alguns casos, é feito a partir do leite rejeitado por laticínios. No caso dos embutidos são feitos por carnes rejeitadas, em alguns casos, por frigoríficos. (MALUF, 2004).

Maluf (2004) escreve sobre a importância do agricultor se apoderar de maior parcela do valor do produto final de consumo, porém ele enfatiza que esse processo deve ser gradual, sem abrir mão de uma vez dos produtos já comercializados com as cadeias integradas. Pelo contrário, deve-se modificar a unidade familiar rural gradativamente, tanto os recursos existentes na propriedade quanto sua estrutura, para ir em direção à agroindustrialização e agregação de valor das matérias-primas produzidas na propriedade. Uma boa estratégia para essa mudança de perspectiva diz respeito a iniciativas autônomas dos agricultores de agregação de valor ao produto primário, em forma individual ou associativa.

A forma de processamento dos próprios produtos através de agroindústrias é um processo que visa diminuir a dependência de empresas externas que, normalmente, conseguem maiores fatias de recursos por processar os produtos primários da agricultura

familiar. Os processados podem ser vendidos em circuitos regionais, inclusive nos “mercados de ocasião”, em regiões com afluxo turístico, para isso deve-se ter qualidade e regularidade na produção. (MALUF, 2004)

As maneiras como a AF e camponesa inserem seus produtos foram demonstradas por meio das cadeias agroalimentares e da construção social dos mercados. Uma tipologia e outra podem ser relacionadas às cadeias longas e cadeias curtas de comercialização, elas interagem na medida em que os produtores estão mais ou menos integrados e dependentes de intermediários, assim sendo esses distintos paradigmas estão em constante interação e confrontos.

2.7 Canais de comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa: cadeias curtas x cadeias longas

A agricultura familiar, ao longo dos tempos, tem procurado introduzir seus produtos no chamado canal de comercialização, este podendo ser entendido como o “caminho” percorrido pelo produto que sai da unidade de produção agrícola até chegar ao consumidor final. Dentro dessa linha podem existir relações de instituições de mercado dentro da linha produtor-consumidor, ou seja, o acréscimo de funções desenvolvidas por cada instituição nesse ‘caminho’ (REIS, 1997). Entre essa linha existe uma grande variedade de possibilidades para inserção dos produtos nos mercados, podendo ser divididas em duas principais cadeias (longas e curtas) de comercialização.

Esses canais de comercialização, ou circuitos de comercialização, integram um limite que regula as transações internas e externas, por onde circulam um conjunto específico de produtos, trocados por intermédio de laços interpessoais com quais são compartilhados significados. Para isso, é necessária uma infraestrutura institucional que, dentro do circuito, reforça os mecanismos de confiança e reciprocidade, e, externamente, reproduz a exclusão dos *outsiders*. O ponto-chave que define o limite de cada circuito é o conjunto de valores compartilhados socialmente. Desse modo, no tecido sem costura e sem fim da rede, formam-se pequenos circuitos, delimitando o espaço social no qual os atores se movimentam (NIEDERLE, 2014).

Existem dois modelos antagônicos em termos de princípios que os fundamentam: cadeias longas e as *Alternatives foods network* – AFN (GOODMAN, 2003) no quais as cadeias curtas estão inseridas (DAROLT et al., 2016). Elas podem ser consideradas com princípios antagônicos, pois as cadeias longas transportam produtos a longa distância até

chegar à mesa do consumidor, exigem produtos padronizados dos produtores, utilizam necessariamente agrotóxicos na produção dos alimentos e os principais beneficiados são os chamados intermediários entre a linha produtor – consumidor; já as cadeias curtas têm como princípio o comércio a curtas distâncias - do sítio do produtor diretamente ao consumidor – não necessariamente utilizam agrotóxicos, fornecem alimentos frescos ao consumidores, não existem atravessadores na linha produtor – consumidor, por isso, os maiores beneficiados são os produtores e consumidores, já que o produtor não precisa vender seus produtos mais baratos para os atravessadores em que estes acresciam custos nessa linha e no final das contas quem paga o preço é o consumidor.

A discussão europeia sobre as AFNs tem girado em torno de um amplo debate público sobre segurança alimentar, reforma da política agrícola e trajetórias contestadas de economia rural e sociedade (GOODMAN, 2003), fundada em um campesinato agroecologizado, tendo a Via Campesina como sua mais forte expressão organizacional (WILKINSON, 2016) em contraposição aos alimentos padronizados, geneticamente modificados (GOODMAN, 2003) e industrializado (WILKINSON, 2016).

Esses debates políticos, atritos e resistências em torno da AFNs, como expressão da dinâmica e inovadora ideia de desenvolvimento do "novo" mundo rural, está bem distante do “esgotado” modelo da agricultura convencional. Algumas questões são colocadas em pauta, tais como: o desenvolvimento dos territórios, a produção de “alimentos saudáveis”, produção e consumo local, consumo consciente, transparência nas práticas de produção, responsabilidade ecológica e social, rastreabilidade e garantia de qualidade dos produtos (GOODMAN, 2003), fazendo frente a um processo de “apropriação de terras”, como expressão da mais recente forma de ascensão de um sistema agroalimentar financeirizado dominante, que busca substituir o campesinato por uma agricultura capitalista baseada na produção em grande escala (WILKINSON, 2016). De maneira geral, esses mundos competem no plano político e comercial estabelecendo diversos paradigmas tecnocientíficos, visões políticas e éticas (BRUNORI; MALANDRIN, 2016).

Esses “distintos mundos” produzem formas peculiares de fazer agricultura. Segundo Niederle (2013), a agricultura empresarial é (normalmente) desterritorializada, focada no uso intensivo de recursos externos, na produção de *commodities* e na ampliação da escala. Essa agricultura empresarial produtora de mercadorias também é apontada nas tipologias de Schneider (2003), sendo o mercado convencional seu principal exemplo. Em contraposição a esse modelo existem formas tradicionais de fazer agricultura.

Niederle (2017) afirma que ao contrário daquelas “inovações” produzidas localmente por agricultores e agricultoras que procuram reconstruir o “antigo” modo camponês de fazer agricultura. Esses diferentes modos de fazer agricultura podem interferir diretamente em quais cadeias de comercialização podem ser inseridos seus produtos. Que segundo as tipologias de mercado para agricultura familiar, apontadas por Schneider (2003), podem estar mais de acordo com os mercados de proximidade, parte dos mercados locais e territoriais (feiras regionais, feiras nacionais, eventos), e os mercados institucionais e públicos. Podendo ser classificadas também como cadeias longas e cadeias curtas, em que, as diferenças serão explicadas a seguir.

Em pesquisas realizadas na França e no Brasil com o viés da produção ecológica, Darolt et al. (2016) explicam de forma simplificada a distinção entre cadeias curtas e cadeias longas de comercialização. Uma diferença entre ambas reside no fato da quantidade de intermediários que operam entre a produção e o consumo. Dessa maneira, quanto maior o número de atravessadores, mais longo é o canal de comercialização e vice-versa.

Para o mesmo autor (DAROLT et al., 2016), o mais importante em saber sobre a cadeia curta de comercialização é o fato de o produto chegar nas mãos do consumidor com certas informações que lhe permitam saber em qual lugar o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção), ao inverso das cadeias de alimentação padronizada da agricultura industrial caracterizada por Van der Ploeg (2008), como ‘impérios agroalimentares’. Apesar desse fato, é importante compreender que essa cadeia (curta) está inserida em um sistema capitalista, portanto, não está isenta de suas leis e contradições, desse modo é imprescindível fazer uma análise crítica a respeito das relações de poder e da distribuição social dos ganhos entre os demais atores envolvidos (GOODMAN, 2009 apud DAROLT et al., 2016).

2.8 Cadeias longas de comercialização

As cadeias longas, normalmente, estão indo na direção oposta das cadeias curtas de comercialização. Pois nessa cadeia o que vale é a homogeneização, a padronização de produtos e a grande quantidade de intermediários na comercialização em grandes distâncias (DAROLT et al., 2016). Para viabilizar esses produtos aos consumidores existem vários tipos de instituições de mercado que acessam os canais de comercialização, que segundo Reis (1997) podem ser intermediários comerciantes, tais como: atacadistas industriais, varejista ou retalhista, intermediários agentes (comissários e corretores), atravessadores e supermercados.

O atacadista é o comerciante que adquire mercadorias dos produtores com o objetivo de vender esses produtos a outros atacadistas e/ou varejistas. A ação atacadista é intermediária reunindo os produtos, beneficiando-os e/ou industrializando-os, transportando-os, armazenando-os, embalando-os e vendendo-os. Alguns atacadistas podem conseguir poderes oligopsônicas (alguns comprarem toda a produção de determinado produto) ou monopsonicas (um comprador adquire toda produção de determinado produto), oligopolista (grupo que domina a distribuição de determinado produto) e monopolista (firma que domina o mercado de distribuição). Nesse grupo também se enquadram as agroindústrias e atacados que vendem produtos variados.

Já os varejistas ou “retalhistas” são aqueles que possuem a função de transferir o bem ao consumidor. Esses bens devem possuir grande quantidade de variedades para atender às necessidades dos consumidores, também devem ser capazes de oferecer unidades mínimas a cada necessidade de cada comprador. Normalmente, quem abastece esses mercados varejistas são os atacados, que conseguem buscar os produtos das mais diferentes localidades, processá-los e transportá-los até o varejo. Nesse caso, os supermercados são o exemplo claro de varejo que visam atender às necessidades do consumo, estando mais diretamente em contato com o consumidor (REIS, 1997).

Os intermediários agentes são aqueles “viajantes” que compram os produtos em seu local de origem ou vendem os produtos acabados aos varejos. São normalmente ligados a comerciantes (atacadistas, indústrias, etc.) e são comissionados e/ou empregados, ou podem ser independentes.

Os atravessadores são aqueles que sempre procuram especular, buscando os melhores preços, pechinchando e esperando as melhores oportunidades. O termo “atravessador” deve ser utilizado para designar o elemento que compra a mercadoria, não lhe adiciona nenhum serviço e depois vende a um atacadista. O atravessador, nesse caso, acresce custo ao serviço sem adicionar-lhe utilidade, por isso mesmo é prejudicial ao sistema (REIS, 1997). Apesar disso, esses atravessadores também cumprem um papel. Para Van der Ploeg (2016), pelo fato de conectar muitos produtores do mundo rural que estão isolados, de um modo geral, das cidades, esses intermediários (atravessadores) conectam circuitos de valor até então desconectados, eles vão onde outras pessoas não vão.

Já os supermercados estão ligados a padrões de distribuição radial e *just in time*, instalações de refrigeração, sistemas nacionais de distribuição vinculados aos supermercados pelos centros de distribuição regionais (CEASAS), transportes de longa distância e sistemas de planejamento complexo são suas características fundamentais (VAN DER PLOEG, 2016).

Em relação à produção da agricultura familiar para os supermercados, estes exigem de seus fornecedores: quantidade mínima de produtos, cumprimento de padrões de qualidade definidos por escrito, certificação de inocuidade dos alimentos, especificação de entrega, rotulagem, indicação de origem, tabelas de conteúdos nutritivos, etc. (WILKINSON, 2008).

As vendas de produtos da agricultura familiar para os supermercados possuem vantagens e desvantagens. Algumas possíveis vantagens são relativas ao crescimento dos supermercados nas médias e pequenas cidades, que favorecem a criação de mais mercados para agricultura familiar acessar. Outro fator é relativo à importância que os supermercados (e hipermercados) possuem para comercialização de gêneros alimentícios para os consumidores, representando a maior fatia de vendas em varejos (variando entre 45% a 75% nos países líderes da América Latina) (PEREZ-CASSARINO, 2013 apud. WILKINSON, 2008). Inclusive, devido a sua predominância, pequenas lojas tradicionais e mercados são excluídos da 'praça' (REARDON; BERDEGUÉ, 2002). Um fator negativo para agricultura familiar é devido à força que esses supermercados possuem relativos à sua demanda por produtos, que acabam por forçar os preços dos produtos para baixo (PEREZ-CASSARINO, 2013).

Na região Sul do Brasil, de acordo com Wilkinson (2008), a agroindustrialização é formada por cadeias de integração de suínos, aves e leite. Essa integração parte da produção, processamento e venda desses produtos e seus derivados, em que parte dos produtores familiares consegue se estruturar para integrar essas cadeias e aqueles que não conseguem se adaptar às exigências de qualidade e quantidade de produção são excluídos. Nos locais de integração muitas empresas privadas e públicas se concentram para promover o desenvolvimento de tecnologias produtivas e organizacionais, comercializar os insumos mais facilmente e propiciar o ambiente favorável para o desenvolvimento de uma determinada cadeia.

Já as centrais de abastecimento (CEASAs) são essenciais para os supermercados fornecerem seus produtos. Essa importância promove uma reestruturação dos CEASAs para conseguir suprir as demandas dos supermercados, demandas já citadas, para comercialização dos produtos de origem da agricultura familiar. Aqui, os produtores também vão sendo incorporados por essa central de abastecimento, precisando se adequar as condições impostas por esse mercado (WILKINSON, 2008). As desvantagens e vantagens serão apontadas para o produtor, no que tange a comercialização de seus produtos para os CEASAs.

A adaptação da produção do produtor às demandas do CEASA podem ser vistas como uma desvantagem, pelo fato de que as centrais de abastecimento não prestam assistência técnica ao produtor para se adaptar às novas exigências, ou seja, o produtor deve se adaptar ao

varejo e não o contrário. Outra questão diz respeito à pequena produção perder sua posição no mercado agroalimentar quanto maior for a coordenação entre cadeia de suprimentos e produtores, agroindústria, exportadores e varejistas. Além de tudo isso, os produtores que não conseguem se inserir nessas cadeias possuem dificuldades em competir com elas. Pelo lado do consumidor, as frutas e legumes, dessas centrais, não possuem a qualidade máxima, haja vista que a qualidade máxima é atingida no momento da colheita, não podendo ser melhorada, mas apenas preservada (WEGNER; BELIK, 2012).

Por outro lado, as vantagens apontadas por Wilkinson (2008), para a agricultura familiar comercializar seus produtos para os CEASAs, dizem respeito: ao sistema abrir perspectivas de inserção de produtos dos pequenos produtores, os preços são mais acessíveis e a condição de venda mais favorável aos consumidores (preços sujeitos à negociação e flexíveis dia a dia).

É necessário ter consciência que a medida que aumenta o número de instituições integradas aos canais de comercialização, aumentam os custos do fornecimento de determinado produto, influenciando assim no preço. Esse fato acontece devido à margem de comercialização, que é a parcela do valor final do produto que fica no sistema de comercialização. Cada instituição ganha sua margem, quem produz a mercadoria é quem recebe a menor margem, apesar deste assumir os riscos e os custos do plantio à colheita, além de assumir os riscos e as despesas de logísticas até o CEASA. Os atacadistas por sua vez recebem as margens maiores que os produtores, na maioria dos casos, e, por último, são os varejistas que recebem a maior margem de comercialização do produto final vendido ao consumidor (REIS, 1997).

2.9 Cadeias curtas de comercialização e movimentos sociais econômicos

Cabe entender que as cadeias curtas possuem o intuito de levar em consideração questões deixadas de lado pelas cadeias longas, por exemplo, sobre a capacidade de socializar e localizar os produtos alimentares, produzindo vínculo com o local e com a unidade familiar de produção, a redefinição das relações entre produtores e consumidores, dando sinais da origem do alimento, a evolução de novas relações, considerando um preço justo e a qualidade (ecológica), a conexão entre o consumidor e o produto alimentar, saúde, qualidade, sabor e segurança alimentar (DAROLT et al., 2016). Isso possibilita a reorganização do espaço rural por meio da valorização dos recursos locais, gerando novos modelos de produção, distribuição e consumo alimentar (NIEDERLE, 2014).

Esses sistemas possuem um foco diferente, pois o foco é o agricultor familiar, não mais o mercado. Ou seja, o mercado alternativo que deve se adaptar as características “tradicionais” da agricultura familiar.

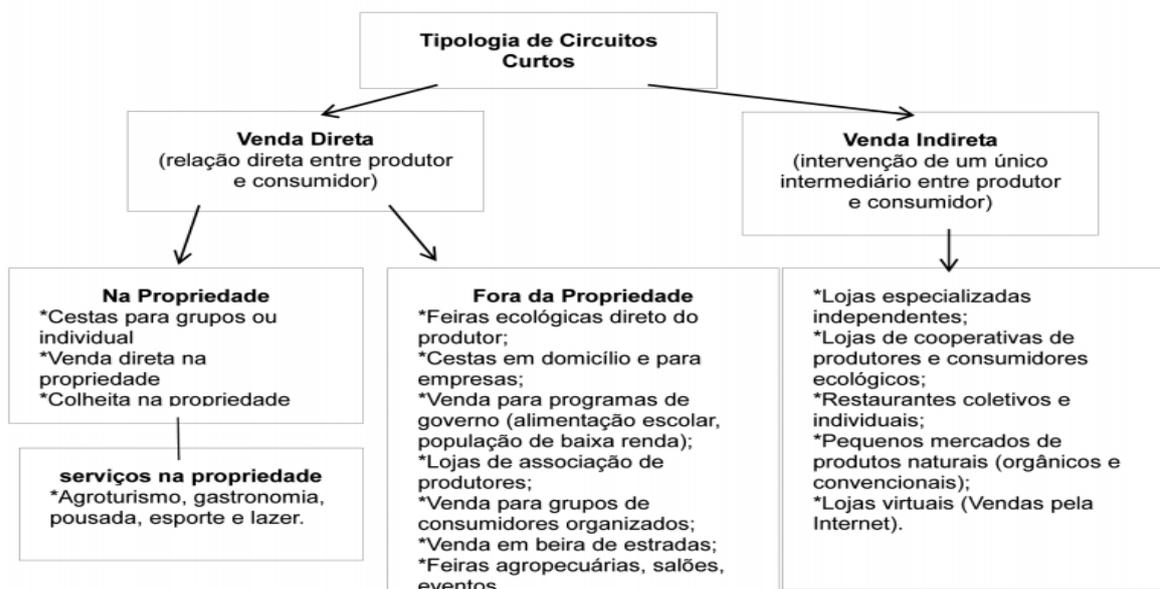
É importante compreender as formas de produção, consumo e comercialização das cadeias curtas, uma vez que devem ser pautadas por “novos” valores na construção de um “novo rural”. Serão descritos brevemente esses três pilares.

Primeiramente, o fator produção. A produção pode/deve ser realizada de maneira distinta da “produção convencional”, ou seja, se no “solo convencional” eram utilizados adubos químicos e produtos sintéticos, agora, no modelo de produção orgânica e/ou agroecológica será necessário fazer uma “transição” visando à desintoxicação desse solo. Dessa maneira será realizada uma adequação das condições naturais do manejo e do meio ambiente para o cultivo das novas espécies com o viés orgânico ou agroecológico (YAMAMOTO, 2006).

As mudanças não devem limitar-se ao domínio da produção, mas também devem ser acompanhadas por mudanças na consciência dos consumidores ávidos não apenas por consumir alimentos saudáveis, ecológicos, orgânicos (NIEDERLE, 2014), frescos, exóticos, prontos e locais (VAN DER PLOEG, 2016), mas por algum engajamento político em face da emergência da sustentabilidade como novo paradigma societário em contraposição ao modelo hegemônico de comercialização e sociedade (NIEDERLE, 2014). Continuamente, começa a acontecer e ganhar forma a agenda dos movimentos da agroecologia, discutindo sobre a alimentação, segurança e soberania alimentar, sendo um ato sociocultural que pode fortalecer as dimensões da localidade, da artesanidade, da saúde e da convivência (NIEDERLE, 2014). As práticas de consumo podem se transformar em formas de engajamento político (PORTILHO, 2010), assim como se transformar em estilos de vida que levem em consideração a qualidade de vida como algo fundamental (VAN DER PLOEG, 2016).

De acordo com Guzmán et al. (2012), em um circuito curto de comercialização as relações de poder dentro da rede precisam estar a favor dos produtores e consumidores, e não dos intermediários e dos grandes distribuidores de alimentos. Essa cadeia curta tem se desenvolvido substancialmente nos países europeus estudados por Renting, Marsden e Banks (2003). Assim, como é demonstrado na Figura 2 (DAROLT et al., 2016), os circuitos curtos não apresentam intermediários, ou apresentam apenas um único, como em casos encontrados na França pelo autor, ou como aponta Wilkinson (2016), em que as produções em relação ao consumo dos alimentos podem ter um raio máximo de 100km de limite.

Figura 2 - Circuitos curtos de comercialização.



Fonte: Darolt et al. (2016)

As feiras do produtor são os canais de comercialização mais utilizados no Brasil, em relação à cadeia curta, e à principal porta de entrada de agricultores ecológicos ao mercado local. Elas são espaços disponibilizados para educação e lazer que possibilita o convívio entre produtores e consumidores, e permite maior autonomia dos agricultores sobre a quantidade e qualidade da oferta de seus produtos (DAROLT et al., 2016). De acordo com Niederle (2014), a feira possibilita a interação política entre consumidor e produtor envolvidos na sustentação do movimento agroecológico.

As vendas nas propriedades podem estar cotidianamente abertas para vendas aos consumidores, em que os consumidores podem ir até a propriedade do agricultor e visualizar o que está sendo feito por ele, como produz, armazena e distribui o alimento. Essa modalidade pode utilizar formas inovadoras de *marketing* para atrair maiores contingentes de clientes, como por exemplo, oferecer morangos em um restaurante próximo ou usar das redes sociais para fazer a divulgação sobre o processo de produção (NIEDERLE, 2014). No caso das vendas na propriedade, na França, está mais relacionada ao queijo, vinho e produtos do *terroir* (produtos característicos de uma região específica com maneiras de produção artesanal específica). Já no Brasil, têm sido associadas a propriedades participantes de circuitos de turismo rural e agroecologia (DAROLT et al., 2016).

Os Pontos de Vendas Coletivas (PVC) são mais comuns na França do que no Brasil, podem ser pequenas lojas geridas e mantidas pelos próprios agricultores, vendendo seus produtos com identidade regional, ou seja, de uma determinada região com até 100 km em

média, com características e tradições comuns. O foco dessas lojas coletivas são aperfeiçoar as condições de trabalho do agricultor, diminuir o tempo gasto na comercialização e oferecer aos consumidores diversidade, regularidade e qualidade de produtos típicos da região (LAMINE, 2012).

As cestas diversificadas para grupos organizados de consumidores estão em crescimento no Brasil. Um exemplo é a Agricultura Apoiada pela Comunidade, também chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), representando um contrato de parceria entre produtores e consumidores, exigindo engajamento social dos consumidores e participação em grupos de interação social entre produtores e consumidores (LAMINE, 2008; NIEDERLE, 2014). Esse tipo de cadeia curta de comercialização possui a capacidade de mudar os hábitos dos consumidores no que tange ao aumento de consumo de legumes, consumo de alimentos frescos, aumento da frequência das refeições realizadas com a família, diminuição da frequência de comer fora do domicílio, aumento da quantidade e variedade de produtos. Isso acontece por vir uma cesta de produtos orgânicos diversificados e sazonais que precisam ser consumidos no decorrer da semana. Quem opta por esse mercado, normalmente, está preocupado com essas questões (SOUZA et al., 2018; VASQUEZ et al., 2016).

As lojas especializadas, na maioria dos casos, trabalham com entregas em domicílio via internet ou telefone, permitindo ao consumidor escolher os produtos de uma lista de opções, com maior comodidade e com preços inferiores aos praticados pelos supermercados (NIEDERLE, 2017).

Os programas governamentais de compras de produtos da agricultura familiar, conhecidos como mercados institucionais, atendem aos mercados coletivos (escolas públicas, instituições de assistência social, creches, hospitais), nos quais, por meio de programas de governo os alimentos da agricultura familiar são comprados diretamente dos agricultores ou de suas associações e/ou cooperativas e chegam até a população por meio de entidades de assistência social do governo e escolas públicas (DAROLT et al., 2016). Nesse caso, são programas que se inserem nas políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional, em que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE se destacam (DAROLT et al., 2016; NIEDERLE, 2014, 2017).

Ainda nesse sentido o PNAE, em sua Lei nº11.947/2009, inclui a prioridade para alimentos orgânicos e/ou agroecológicos, sendo que seu gasto com a compra de produtos da sociobiodiversidade passou de R\$5,9 milhões para R\$26,6 milhões (PORTO et al., 2014 apud NIEDERLE, 2017), demonstrando a importância da política para Segurança Alimentar e Nutricional e colaboração na diversificação da produção por meio da agroecologia (SONINO;

SPAYDE; ASHE, 2016), conseqüentemente alterando, em parte, o modelo de produção especializada. Essas são algumas das principais formas de comercialização mediante cadeias curtas.

Outros mercados alternativos estão ligados a novos movimentos sociais-econômicos. Suas demandas não estão ligadas diretamente ao Estado, mas primeiramente ao próprio mercado, por meio de campanhas pela incorporação de determinados valores associados ao “bem” pelos agentes de mercado, são eles o comércio justo, alimentos orgânicos e *Slow Food* (WILKINSON, 2016).

O comércio justo (*fair trade*) busca articular diretamente grupos de produtores, mercados dedicados, distribuidores e consumidores em circuitos de comércio correlacionados, que aos poucos vão ganhando o caráter de redes sociais, podendo assegurar o caráter de “valor” envolvido. Esse “valor” pode estar ligado aos produtos artesanais, ou daqueles que ainda não possuem esquema de certificação. Os consumidores que utilizam desse mercado priorizam a justiça social, o consumo de alimentos orgânicos e ecologicamente corretos, suas condições de produção em relação ao respeito ao meio ambiente, ao aroma, ao sabor e às características nutricionais dos produtos. Esse mercado “advoga” em diversas instâncias internacionais a respeito da importância de se ter um “comércio justo”, ou sustentável, ou ecológico (WILKINSON, 2016). Apesar de Allaire (2016) falar de uma contradição inerente a esse modelo de comercialização, pois em muitos casos esse modelo está ligado à comercialização a grandes distâncias, porém existem iniciativas de cadeias de compra e venda locais de produtos.

Foi possível visualizar, um pouco, como a agricultura familiar se integra a esse modelo de cadeia curta de comercialização. A partir desse ponto, serão, também, “destrinchadas” a importância dos arranjos produtivos locais para a construção desse novo modelo de comercialização, integrando a produção local, orgânica, agroecológica e artesanal de organizações que apoiem seu desenvolvimento em um dado território.

Os esforços em conjunto são importantes para construir e consolidar tais mercados alternativos para agricultura de base familiar. Para esses mercados três formas de produção merecem destaque: por meio de agroindústrias rurais/artesanais; locais e; orgânicos/agroecológicos. Cada um desses tipos de produção precisa avançar na definição, negociação e operacionalização de um novo arcabouço institucional, que segundo Wilkinson (2008, p. 142-143) “[...] na sua abrangência implica a formalização de convenções de coordenação, baseadas no reconhecimento da especificidade e legitimidade da agricultura familiar”.

Os mercados de produtos orgânicos nasceram como cadeias curtas de comercialização entre produtores e consumidores “engajados”, sendo no caso brasileiro, com forte articulação com o movimento agroecológico, como alternativa a chamada “Revolução Verde” para agricultura familiar (WILKINSON, 2008). Esses mercados, normalmente, estão associados às preocupações com a saúde (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; WILKINSON, 2008) e bem-estar da classe média urbana, também sendo incorporados por empresários que passaram a produzir organicamente para suprir essa demanda, e passaram a ser incorporados, pelo sistema da grande distribuição (supermercados e hipermercados). A produção orgânica deve ser certificada por empresas, entretanto muitos pequenos agricultores que desejam a certificação para comercializar como orgânico não conseguem devido ao preço da certificação por auditoria. Porém, formas alternativas de certificação de produtos orgânicos estão surgindo, como a certificação participativa que é viável, principalmente, em relação aos seus baixos custos comparado com a certificação por auditoria (WILKINSON, 2008).

Esses produtos orgânicos e/ou agroecológicos também podem ser comercializados em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que permite o pagamento de um valor até 30% mais alto do que produtos ‘convencionais’ (BRASIL, 2009; DAROLT et al., 2016). Em suma, o padrão orgânico/agroecológico/sustentável tem constituído uma forma de produzir com qualidade pela agricultura familiar e tem tido boa aceitação por parte dos consumidores (WILKINSON, 2008).

Importantes fatores têm levado à dinamização de mercados locais a partir da agricultura familiar e suas organizações, dentre os quais: medidas de descentralização políticas devolvendo recursos e responsabilidades aos municípios, como por exemplo a merenda escolar, que receberam impulsos a partir de políticas de segurança alimentar e de iniciativas do programa Fome Zero, tornando-se mais tarde o Bolsa-Família.

A partir dos anos 90, o uso da merenda escolar como estímulo à produção local ganhou força, promovendo uma readaptação na região Sul, da legislação tributária e de fiscalização sanitária, a criação de fundos rotativos, estímulo à associação, à promoção de cursos, ao fornecimento de assistência técnica e à adequação de produtos aos mercados. Todas essas ações eram apoiadas por parcerias institucionais como ONGs, centros de pesquisa, universidades, órgãos federais, constituindo-se como plataforma de ação em grupo e chegando mais perto da noção de ‘arranjos produtivos locais’ (WILKINSON, 2008).

A agroindústria rural/artesanal também é um fator importante que deve ser considerado no processamento de produtos da agricultura familiar, conseqüentemente, sendo inseridos em mercados e aumentando os recursos financeiros destinados à agricultura

familiar. Também nesse caso, o apoio por parte de parceiros para o desenvolvimento dessas tecnologias junto aos produtores é de suma importância, nesse sentido muitas políticas foram criadas para apoiar essa questão. Os produtos processados podem ser destinados à venda nos mercados locais já que devido à densidade populacional pode desestimular as modernas redes de distribuição. Mesmo assim, esses produtos também podem ganhar escala, indo para outros mercados além do local, podendo ser vendidos até mesmo para redes de supermercados, sendo valorizados (os produtos) por suas características artesanais (WILKINSON, 2008). Esses produtos podem ter denominação de origem protegida, ou com indicação geográfica, ser tradicional de determinado lugar (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Esses mercados e seu desenvolvimento depende, em grande medida, da construção de mercados de nicho; apoio institucional com base agroecológica e/ou orgânica; certificação participativa, fortemente ancorados em redes sociais; uma legislação que garanta salubridade, inocuidade do produto e sustentabilidade sem preconizar padrões técnicos que sejam únicos; e, para encerrar, produtos que sejam vistos como mais naturais, carregando uma identidade regional e sem aditivos (WILKINSON, 2008).

Para conseguir a operacionalização e o desenvolvimento desses mercados diversos fatores devem ser levados em consideração.

2.10 Encurtando distâncias através dos mercados institucionais

Triches, Gerhardt e Schneider (2014), em pesquisa realizada no município de Rolante, RS, apontam a importância do Estado como direcionador das escolhas alimentares da população local através de seu poder de interferência na sociedade e com seu dever relativo ao bem-estar da população como um todo (saúde, ambiente equilibrado, justiça social e econômica, etc.). O Estado, de acordo com Sonino, Spayde e Ashe (2016), é um ator poderoso na concepção de sistemas alimentares sustentáveis, possuindo capacidades de oferecer resistências sistemáticas através das forças da globalização, assim como procedimentos ligados à democracia ecológica, ao invés da liberal. É necessário que o Estado aceite suas obrigações ambientais, atuando como parte de uma ecologia global, através de vários setores e níveis. Para tanto, verificou-se que era necessário um novo paradigma de desenvolvimento rural que moldasse as relações de produção e consumo, no qual a intersetorialidade no governo era fundamental para consecução dos objetivos propostos, tarefa que nunca foi fácil devido ao modelo de gestão tradicional segmentado.

Por isso é necessário articular diferentes atores sociais (produtores rurais, EMATER, secretárias de educação, secretária de saúde, etc.), a fim de viabilizarem, na arena política, a consecução de um projeto complexo (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014) levando em conta a saúde, justiça social, bem-estar, educação, sustentabilidade ambiental, redução da fome e desnutrição, incentivo à produção de alimentos locais (nacionais) e aumento e retenção de matrículas por parte dos escolares e, por fim, criação de consumidores mais conscientes (SONINO; SPAYDE; ASHE, 2016).

Entre algumas ações desse projeto está a necessidade de reconectar a produção ao consumo, principalmente no que tange aos programas de alimentação escolar. Nesse sentido, alguns governos inovadores têm adotado a alimentação escolar como mecanismo de condução à sustentabilidade, pois o orçamento gasto pelo governo para tal questão é enorme (SONINO; SPAYDE; ASHE, 2016). Ao invés de os produtores destinarem os alimentos para longe e, em seguida, voltar para os alunos que alimentavam nas escolas públicas de ensino básico.

Nesse sentido, os envolvidos na compra e venda dos produtos da agricultura familiar e camponesa, os atores sociais, resolveram encurtar essa cadeia, fazendo a produção de alimentos ficar no próprio município para os alunos, ou seja, as cadeias convencionais de abastecimento alimentar (de grande escala e longas) que, normalmente, estavam ligadas aos prejuízos à saúde da população poderiam, agora, ser modificadas por cadeias locais (de pequena escala e curtas) que, além de melhorar esse aspecto, também poderiam providenciar a inserção de agricultores familiares locais, beneficiar o meio ambiente e fazer com que os recursos financeiros ficassem no próprio município (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014).

É importante destacar que a intervenção do Estado com o projeto em Rolante-RS, possuía o intuito de trabalhar com a prevenção de doenças da população desde a infância a partir de hábitos saudáveis de vida, alimentação saudável e de qualidade, produzidos e comercializados localmente, para melhoria, a longo prazo, do bem-estar da população de Rolante, RS, promovendo a saúde, e diminuindo, conseqüentemente, ao longo do tempo, os gastos públicos com “saúde”. Mas, mesmo assim, não é tarefa fácil atuar nessa questão, principalmente na melhoria da saúde da população como um todo, uma vez que os modelos de sistemas agroalimentares possuem uma ampla capacidade de persuasão junto à população, através da mídia e do marketing, para que consumam seus produtos. É necessário entender que a melhoria da saúde é um aspecto amplo e complexo, holístico, que passa,

necessariamente, pela mudança de hábitos de consumo alimentares e práticas de vida saudáveis (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014).

Nesse sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui importância no seu aspecto de promover práticas saudáveis de alimentação por parte dos alunos do ensino básico das escolas públicas, por meio do encurtamento da distância entre produção e consumo. A produção é realizada pelos próprios agricultores familiares do município e são entregues às escolas públicas de ensino básico, por práticas agroecológicas de produção e com esse mercado é possível promover o desenvolvimento local sustentável.

2.11 Mercados institucionais para agricultura familiar e camponesa

A agricultura familiar a partir das lutas sociais conseguiu ser considerada como categoria social com direito a políticas específicas. A criação da Lei nº 11.326/2006 definiu o que seria considerado agricultura familiar para o governo (BRASIL, 2006). Sua maior organização social e política ampliou suas pautas de reivindicações, inclusive a construção de mercados institucionais para venda de seus produtos. Além do reconhecimento das demandas da agricultura familiar, os mercados institucionais incorporaram outros debates fortes na década de 90, como os anseios sobre a segurança alimentar e nutricional (TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Utilizando uma noção de intersetorialidade integrando política de segurança alimentar e nutricional à política agrícola, os mercados institucionais contemplam as demandas de acesso aos alimentos das populações em condições de insegurança alimentar com as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos. Os órgãos públicos, portanto, adquirem os produtos dos agricultores familiares com o intuito de: suporte da rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais; também, a estruturação de circuitos locais de abastecimento e; a construção de estoques para fornecer assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar (GRISA et al., 2011).

Um (desses mercados institucionais) é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Contextualizando, no ano de 2009, o então Vice-Presidente em exercício do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Alencar Gomes da Silva, sancionou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Essa mesma Lei representou vários avanços em direção a sustentabilidade. Sendo que no seu primeiro artigo define alimentação escolar como:

"todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo" (BRASIL, 2009).

No segundo artigo, da mesma Lei, são colocadas as diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009).

Pode-se observar que houve a inclusão de temas significativos na nova Lei que vão em direção à sustentabilidade e à segurança alimentar e nutricional (SAN), pautadas em modelos que aproximem a produção de agricultores familiares e o consumo de alimentos, contribuindo para a reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade. Essa política (PNAE) possui a capacidade de reintegrar a cadeia de abastecimento alimentar, possibilitando a criação de condições que auxiliam no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Por isso o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) investe uma quantidade considerável de recursos para atender a todos os alunos da rede pública de ensino básico, como pode ser observado na Tabela a seguir.

Tabela 1 - Quantidade de recursos financeiros repassados pelo FNDE para as Entidades Executoras no Brasil e alunos atendidos.

ANO	Recursos financeiros (em bilhões de R\$)	Alunos atendidos (em milhões)
2009	2,013	47
2010	3,034	45,6
2011	3,051	44,4
2012	3,306	43,1
2013	3,542	43,3
2014	3,693	42,2
2015	3,759	41,5

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2019) adaptado pelo autor.

Devido à grande quantidade de recursos financeiros repassados e de acordo com o Artigo 14º da Lei 11.947/2009, os mercados institucionais têm sido responsáveis por ajudar a restaurar a policultura, muito visto em um modo de vida camponês. Vale lembrar que, em muitas regiões brasileiras, a “modernização” da agricultura conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, nas monoculturas e, também, na produção de *commodities*, com grandes saídas ao mercado externo expondo esses agricultores em contextos com evidenciada vulnerabilidade social. Por esse mesmo motivo, os mercados institucionais vêm se destacando com o intuito de incentivar a diversificação, na medida em que liga a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada (GRISA et al., 2011), tornando-os menos vulneráveis as oscilações do mercado.

Ele também incentiva a produção orgânica e/ou agroecológica, apoiando sistemas de produção que priorizam e valorizam a preservação da cultura e saberes locais, do meio ambiente, a biodiversidade, a utilização de recursos locais e o uso de sementes crioulas. É nesse sentido que esses mercados, normalmente, pagam um preço até 30% superior aos produtos cultivados nas condições supracitadas, estimulando a produção e o consumo de alimentos regionais, que devido à “modernização” da agricultura estavam deixando de preservar muitos costumes, hábitos e culturas que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações (GRISA et al., 2011).

O PNAE tem propiciado o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da alimentação das famílias produtoras. Assim como, a maior aceitabilidade das crianças das escolas públicas de frutas e vegetais, que têm chegado mais frescos pelo fato de ser adquirido e produzido nos entornos de onde o produto é consumido (GRISA et al., 2011). Visando ao consumo consciente e tornando os alunos mais educados devido ao grande problema enfrentado em relação ao número de crianças obesas e com sobrepeso, com o intuito de criar

novas gerações de consumidores conscientes e informados que valorizem a alimentação local, respeito às culturas e tradições locais (SONINO; SPAYDE; ASHE, 2016).

Outro ponto é a abertura de novos mercados para escoar a produção dos agricultores, fortalecendo sua autonomia em relação aos atravessadores. Também fortalece o associativismo e o cooperativismo para conseguir fornecer os produtos para os mercados institucionais, ou ajuda a melhorar o processo de organização e operacionalização de uma associação ou cooperativa. Por último, preços mais compatíveis com as vendas diretas dos produtores, pois são realizadas médias nos mercados locais (GRISA et al., 2011).

As produções realizadas pelos agricultores familiares são utilizadas no fornecimento da alimentação escolar para todos alunos matriculados na rede pública da educação básica, ou seja, creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial (BRASIL, 2009). Já os estados são encarregados do ensino médio, mas podem também ser encarregados do ensino fundamental. Por fim, a União tem como obrigação a organização da alimentação do ensino superior (BELIK, 2016).

A mesma Lei dedica atenção especial à agricultura familiar e a seus problemas de comercialização, formalizando esse mercado. Conforme Villa Real (2011, p. 58), o mercado institucional "constitui-se das compras de alimentos realizadas pelas diversas esferas do governo, com o intuito de atender às necessidades dos programas especiais e dos serviços públicos regulares". Para Grisa (2010, p. 103), o mercado institucional

[...] designa-se uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas.

Dessa forma, é aberta uma oportunidade de aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Assim, a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, determina no seu Art. 14:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

E, propõe que:

A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, 2009).

Nesse ponto, sobre a dispensa do processo licitatório, usa-se a chamada pública para aquisição de produtos advindos da agricultura familiar. É interessante destacar algumas características dessa modalidade que colocam alguns critérios prioritários para aquisição dos produtos da agricultura familiar com o objetivo de atingir o desenvolvimento social e econômico por meio do PNAE.

Os critérios são os seguintes: prioridade para compra da agricultura familiar local, seguidos de cidades próximas ao município e depois do mesmo Estado; alimentos orgânicos e/ou agroecológicos são prioridades em contraposição aos alimentos que utilizam de agrotóxicos e; pessoas organizadas em grupos formais (cooperativas ou associações) e grupos informais também são prioritários. O preço utilizado nas chamadas públicas para cada produto pedido são a média de algumas tomadas de preços em mercados locais (BRASIL, 2015), e não sendo o menor preço por produto como nas modalidades de licitações convencionais.

A partir dessa Lei ficou definida a obrigatoriedade de compra da AF, minimamente 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ter esse destino. Esse marco abriu as portas das Entidades Executoras (EEx), aquelas que recebem os recursos repassados pelo FNDE, para adquirir os produtos dos agricultores familiares para alimentação escolar.

Esse processo pode ser mais complexo do que parece, envolvendo uma série de questões para atingir os objetivos que o Artigo 14 propõe, sendo a figura do Estado muito importante junto aos agricultores familiares e suas organizações, EMATER e demais envolvidos para cumprir esse objetivo (ASSIS et al., 2016).

De acordo com a pesquisa realizada por Baccarin et al. (2017), em três estados brasileiros São Paulo, Santa Catarina e Paraná, entre o período de 2011 a 2014, foi possível constatar o aumento gradativo do percentual de compras da agricultura familiar em cada Estado, apesar disso muitos municípios, nos três estados, ainda apresentavam compras inferiores ao mínimo de 30% exigidos. Baccarin et al. (2017, p. 114) afirmam que

no caso de Santa Catarina, seus municípios ultrapassaram o valor mínimo de 30% indicado pelo artigo 14. Os municípios paranaenses ficaram em situação intermediária e o menor nível de cumprimento, em 2014, foi registrado em São Paulo. Isso [...] parece estar relacionado com a importância relativa da agricultura familiar, que é maior em Santa Catarina e Paraná e menor em São Paulo.

O PNAE, portanto, constitui uma possibilidade de escoamento da produção de produtos dos agricultores familiares e camponeses, porém, para muitos municípios a compra da agricultura familiar camponesa ainda é um grande desafio para os compradores e vendedores (gestores dos recursos públicos).

2.12 Dificuldades para atingir o percentual mínimo de aquisição da agricultura familiar no PNAE

Com o intuito de aumentar o percentual de compras da agricultura familiar para alimentação escolar é necessário encontrar possíveis dificuldades em conectar a produção ao consumo nos mercados institucionais, tanto em aspectos operacionais da gestão pública quanto em relação a organização dos agricultores familiares camponeses, a este mercado, o PNAE, que é considerado para Corrêa, Silva e Agne (2013), a principal política pública de comercialização para agricultura familiar.

O fornecimento de gêneros alimentícios exige mudanças pelos agricultores familiares camponeses, gestores públicos e pelas instituições. Para que o acesso possa acontecer de maneira adequada, a forma como vinham atuando esses atores sociais, suas posições, atitudes e práticas, precisam ser revistas. Em contrapartida, é necessário que a estrutura das compras públicas, das regulamentações sanitárias e de outras exigências para fornecimento de produtos para o PNAE sejam revistas e modificadas, se o objetivo é integrar o agricultor familiar camponês como potencial fornecedor (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Para Grisa (2010, p. 103):

O formato desta rede, o papel dos atores e a forma como estes atores interagem estão condicionados por instituições que foram especificamente constituídas para este arranjo de mercado. Obviamente, ao longo do tempo e de acordo com o próprio desenvolvimento deste mecanismo de troca, os atores crescem novas normas e regras e alteram aquelas já existentes. No entanto, a estabilização do mercado está condicionada ao reconhecimento político-institucional destas mudanças.

Por esse motivo, é importante entender que nenhuma prática nova surge sem trazer confrontos, dificuldades, barreiras e pressões. Dessa maneira é importante levar em consideração que os atores e seu poder de agência são partes intrínsecas do processo de construção dos novos espaços. Cada ator com seus interesses mediados pela “arena”, trabalham estrategicamente para mobilizar elementos estruturais, como regras (interpretativas ou normativas) e os recursos, no decorrer das interações sociais, modificando as estruturas preestabelecidas. A ação realizada de maneira estratégica é um poder que os atores têm, dentro de um modelo socioespacial, de conseguir ser um agente hábil em mudar as circunstâncias para resolver problemas de uma forma harmoniosa, organizando recursos por meio de um convencimento ativo em relação à viabilização de projetos e pela construção de seus próprios padrões de organização (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

A arena, segundo Triches e Schneider (2012), é justamente esse sítio social espacial em que os atores expõem suas ideias, mobilizam relações sociais para alcançar fins específicos, incluindo permanecer no jogo. Aliado a isso, buscam resolver divergências nas interpretações de valor e falta de compatibilidade entre os interesses dos atores sociais. Esse espaço possui alguns valores comuns que, mesmo quando não são percebidos com exatidão da mesma maneira por todos atores sociais envolvidos, são reconhecidos como um núcleo de regras, normas e valores que implicam um certo grau de compromisso social. As decisões e ações tomadas surgem a partir da interação, diálogo, reflexão e contendas de significados e envolve aspectos de controle, autoridade e poder (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Aliado a essa inserção dos atores sociais em uma arena pública para discussão da política de aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE, outros aspectos importantes também precisam ser levados em consideração, segundo Triches e Schneider (2012), são eles: o aspecto da burocracia dos trâmites, a organização dos agricultores e formalização das agroindústrias.

Segundo alguns autores a “burocracia” é um fator limitante para os agricultores familiares entregarem seus produtos para o PNAE (BELIK, 2016; CECANE/SC, 2014; LAGE, 2016; MACHADO, 2013; TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Seja pelo grau de capacidade de alguns produtores em lidar com a burocracia, por diversos motivos sociais, seja porque algumas características da Lei nº 8.666/93, enraizaram o modo de agir de muitos gestores públicos no que tange processos licitatórios de aquisição de produtos da agricultura familiar, questões como: o menor preço usado nas chamadas públicas (LAGE, 2016); formas “automáticas” de fazerem o processo licitatório; ineditismo de práticas de aquisição (TRICHES; SCHNEIDER, 2012) faziam com que os gestores públicos tivessem problemas

em mudar sua forma de agir pelo “maior trabalho” em incorporar as questões relacionadas à agricultura familiar (BELIK, 2016).

Para que isso fosse mudado foi necessário, no caso do município de Rolante, que alguns atores sociais se mobilizassem para alterar a forma automática como vinha acontecendo as compras da agricultura familiar, dentre os atores que buscavam essa mudança estavam os próprios agricultores, extensionistas da EMATER e alguns gestores públicos. Em um ambiente de controvérsias e níveis de poder estabelecidos, foi necessária a vontade de lideranças em querer mudar o que estava estabelecido até então. Esses atores foram responsáveis por buscar formas de conseguir que os recursos financeiros destinados às compras da alimentação escolar no município fossem diretamente para os agricultores familiares, de modo que os produtores conseguissem fornecer seus produtos localmente, trazendo os recursos financeiros para o próprio município (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Essas pessoas foram responsáveis por abrir o caminho das “pedras” para que acontecesse da melhor maneira possível esse processo, diante disso encontraram todo tipo de dificuldades impostas pela inércia. Esse grupo foi responsável por passar a enxergar o “outro lado da moeda”, relativos a lei, de modo a achar possibilidades para ir ao encontro das necessidades dos agricultores (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Outra questão diz respeito à organização dos produtores para conseguir fornecer seus produtos com diversidade, qualidade, quantidade, regularidade e logística, pois não adianta ter o mercado se a organização dos agricultores não está bem estabelecida para conseguir suprir essas questões. De acordo com Corrêa, Silva e Agne (2013), no município de São Lourenço do Sul (RS), foi apontado que os agricultores familiares que procuram comercializar seus produtos via políticas públicas, pertencem, principalmente, a grupos organizados, como: associações, cooperativas, sindicatos, conselhos locais e ONGs, nesse mesmo sentido Belik (2016) também reconhece a importância da organização deles para que esse mercado e política pública sejam bem-sucedidos.

Para que o agricultor confie no processo que está ocorrendo ele precisa fazer o cálculo de “ganhos” para entrar naquele mercado, ele tem que se sentir confiante em relação às pessoas que estão trabalhando com ele, sejam outros agricultores familiares, mediadores e gestores públicos (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Esses organizariam suas atividades produtivas a fim de garantir sua autonomia e garantir a reprodução social de sua família.

O processo de confiança é importantíssimo para inserção dos agricultores familiares no processo de fornecimento de seus produtos, mas dada a uma questão histórica de desconfiança no setor público, por diversos motivos, mas principalmente pela falta de

pagamento ao fornecimento aos produtos, muitos agricultores familiares ficaram refratários quando o governo está no ‘meio’ (TRICHES; SCHNEIDER, 2012), e, evitar o risco está na lógica do produtor para que sua família não seja prejudicada (VAN DER PLOEG, 2008). Além da questão de demora no pagamento dos produtos fornecidos o que acaba dificultando ainda mais o seu planejamento de produção e fornecimento (BELIK, 2016).

Nesse sentido, os gestores públicos do município de Rolante precisaram fazer um trabalho de esclarecimento, convencimento, auxílio no processo licitatório, para que eles acessassem os mercados institucionais, mas mesmo assim poucos agricultores se mostram dispostos, pois ainda não estavam acostumados com esse “novo” mercado (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Outro ponto diz respeito ao cálculo realizado para o bem-estar familiar, no qual descanso e trabalho estão intimamente relacionados. Aliado a essa perspectiva, está o êxodo rural, dificultando a quantidade de mão de obra disponível para acessar novos mercados, em alguns casos, pode acontecer de a família conseguir acessar apenas alguns mercados ‘convencionais’ (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Outra dificuldade encontrada estava relacionada à dúvida do produtor em conseguir entregar seus produtos com regularidade, qualidade e quantidade que os contratos exigiam. Por outro lado, os gestores públicos também possuíam essa desconfiança em relação aos produtores (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). A questão da logística de entrega dos produtos também era um problema (TRICHES; SCHNEIDER, 2012), principalmente em grandes metrópoles devido à grande quantidade e distância entre as escolas, o que faz precisar de uma grande capacidade logística por parte das organizações de agricultores, o que, normalmente, acaba beneficiando os mesmos agricultores familiares que já estão mais bem organizados e estruturados, que já fornecem para supermercados e empresas de alimentação, deixando, ainda, de lado, aqueles agricultores familiares e camponeses mais fragilizados (BELIK, 2016).

Para tanto, a questão da organização dos produtores era de suma importância na tentativa de vencer essas barreiras, em que muitos agricultores testaram e não conseguiram vencê-las. A consciência da “mentalidade cooperativista” foi importante para tentar transpor essas barreiras, nos quais alguns grupos informais iniciavam esse processo sem se tornar uma cooperativa ou associação formal, devido à oneração em relação ao trabalho demandado para sua gestão. Os agricultores familiares, colocavam na balança o que seria mais vantajoso para ele, inclusive fazendo o cálculo sobre o mercado institucional e as mudanças organizacionais que eles precisariam fazer para se adaptarem. De modo que, era “medido” o custo-benefício, fazendo o cálculo em relação ao tempo, às reuniões, ao trabalho em conjunto, etc., podendo

assim preferir os mercados já acessados por eles devido a sua facilidade, um exemplo disso é a venda para atravessadores, dada sua facilidade (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Para os agricultores familiares que se interessam em acessar esse mercado fornecendo produtos de origem animal, eles precisam legalizar suas agroindústrias e conseguir selos de conformidade. Por esse motivo os pequenos produtores já ficam atrás em relação à competitividade de seus produtos, já que a legislação sanitária que regulamenta as agroindústrias são as mesmas das grandes empresas, por esse motivo muitos pequenos produtores “preferem” ficar na informalidade e trabalhando com apenas alguns nichos de mercado e circuitos locais e regionais do que formalizarem-se (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Analisando sobre o ponto de vista das interfaces e o processo de diálogo e busca de entendimento entre as partes envolvidas é necessário que tentem resolver esse problema de forma criativa. Com base no ponto citado anteriormente, cabia a gestores públicos e técnicos e agricultores familiares tentarem resolver esse problema, de modo a chegar em um consenso. Pelo lado dos técnicos e gestores públicos tem a questão de oferecer produtos em condições sanitárias ideais para que as crianças e os adolescentes possam ter seus alimentos com qualidade, por outro lado, tem os agricultores familiares, que já possuem um modo de fabricar seus produtos e, muitas vezes, carecem de recursos para adaptar sua propriedade às exigências legais. Esse ponto é alvo de intensos debates, cabe aos atores sociais envolvidos nesse processo decidir o que será realizado em cada caso, se serão aceitos ou não os produtos, também contando o que eles conseguem fazer em relação à vigilância sanitária (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Por um lado, o agricultor desconsidera o saber do técnico e vice-versa na hora de dialogar acerca da legalização da agroindústria. Mas, apesar disso alguns produtores já viram a necessidade de fazer modificações para acessar novos mercados. E por outro lado, alguns agricultores pensam em não gastar na legalização da agroindústria. De qualquer maneira, dialogando sobre essas questões é que surgem a possibilidade das mudanças ocorrerem no âmbito do PNAE, em que gestores e agricultores trabalham juntos para melhoria da situação de quem produz e quem consome (TRICHES; SCHNEIDER, 2012).

Por fim, cabe salientar os vícios e as disfunções que ocorrem quase regularmente entre administradores públicos, merendeiras, responsáveis técnicos com as empresas de fornecimento de refeições (BELIK, 2016).

2.13 Aquisição de produtos da agricultura familiar camponesa em Lavras-MG para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O município de Lavras está localizado no sul do Estado de Minas Gerais. Fica a 230 quilômetros de Belo Horizonte, capital mineira. Possui uma área de 564,5 km². A agropecuária no município é muito forte, contando com 959 unidades agropecuárias, com área igual a 44.628 hectares. A sua população é de 100.243 habitantes (IBGE, 2015).

De acordo com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) as escolas municipais de Lavras-MG possuíam, no ano de 2019, 10.353 alunos matriculados no Ensino Regular, Educação de Jovens e Adultos do Ensino Regular, Educação Especial e na Educação de Jovens e Adultos da Educação Especial (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2019).

A Prefeitura Municipal de Lavras é a responsável pela administração dos recursos das escolas municipais repassados pelo FNDE (LAGE, 2016). Os valores repassados do FNDE para os municípios varia de acordo com a quantidade de alunos matriculados em cada uma das categorias seguintes e pela quantidade de dias letivos: R\$1,07 por aluno/dia letivo das creches; pré-escola R\$0,53 por aluno/dia letivo; escolas indígenas e quilombolas R\$0,64 por aluno/dia letivo; ensino fundamental e médio R\$0,36 por aluno/dia letivo; educação de jovens e adultos R\$0,32 por aluno/dia letivo; ensino integral R\$1,07 por aluno/dia letivo; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral R\$2,00 por aluno/dia letivo; alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno R\$0,53 por aluno/dia letivo.

Segundo os dados obtidos junto ao FNDE (2019) é possível observar que com o passar dos anos está acontecendo o aumento gradativo dos repasses do FNDE para o PNAE de Lavras. Aumenta também a quantidade de recursos que poderiam ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. A Tabela 2 demonstra o valor que a Prefeitura Municipal de Lavras tem comprado da agricultura familiar. Alguns anos houve aumento no percentual de compras da agricultura familiar, principalmente em 2016, ano em que a cooperativa de Formiga forneceu boa parte da alimentação escolar, segundo Lage (2016). Porém, nos outros anos pôde ser observado o baixo percentual de compras da agricultura familiar.

Tabela 2 - Recursos totais repassados pelo FNDE para o PNAE em Lavras; quantidade de recursos que deveriam ir para agricultura familiar; valor real comprado dos agricultores familiares e; porcentagem dos recursos destinados aos AF.

ANO	Recursos totais repassados pelo FNDE para o PNAE de Lavras (R\$)	30% dos recursos que deveriam IR para AF (R\$)	Valor real comprado dos AF (R\$)	Porcentagem dos recursos destinados aos AF (%)
2011	702.786,00	210.835,8	33.755,04	4,8
2012	779.292,00	233.787,6	39.639,24	5,09
2013	942.820,00	282.846,0	105.968,53	11,24
2014	775.996,00	232.798,8	172.012,92	22,17
2015	997.932,00	299.379,6	62.971,11	6,31
2016	933.481,03	280.044,30	194.608,46	20,85
2017	1.132.533,20	339.759,96	54.152,57	4,78
2018	1.939.274,14	581.782,24	56.238,95	2,9

Fonte: FNDE (2019), Lage (2016) e Prefeitura Municipal de Lavras-MG.

Lage (2016) constatou a grande dificuldade da Prefeitura Municipal de Lavras-MG em cumprir o percentual mínimo de 30% da compra da agricultura familiar camponesa, por isso deixam de proporcionar o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar e do município. O mesmo autor entrevistou os atores sociais da Prefeitura Municipal que trabalham no PNAE para verificar quais as dificuldades para adquirir os produtos da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG.

Os gestores públicos também não estavam capacitados o suficiente para operacionalizar esse mercado. Quando foi realizada a pesquisa, o responsável técnico pelo PNAE não conhecia o Programa holisticamente, sabendo executar apenas sua função. A desconfiança dos produtores em relação a prefeitura cumprir o contrato foi colocada como ponto, haja vista que a Prefeitura já tinha descumprido alguns contratos deixando os agricultores familiares com o prejuízo, fato que desanimou alguns deles e a notícia se espalhou para os demais. A inexistência de uma cooperativa ou uma associação de agricultores familiares no município também dificultava tal questão, visto que que ao estarem associados poderiam se articular melhor para fornecer os produtos (LAGE, 2016).

A desarticulação entre os atores sociais envolvidos com a aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE era um ponto-chave para compreender o baixo percentual de compras (LAGE, 2016). A falta de agricultores familiares locais participando do PNAE (LAGE, 2016) foi um dos destaques, que Assis et al. (2016) tentou explicar ao problematizar o fato que em Lavras-MG não houve um processo mais presente de aproximação com as comunidades rurais para a mobilização para participação no PNAE. A mobilização inicial realizada pela EMATER-local estava focada nos agricultores feirantes considerados com maior potencial para fornecimento, devido à sua prática de planejamento da produção para

fornecimento nas feiras semanais. Porém, em pesquisa realizada pelo mesmo autor, com 38 feirantes de Lavras, apenas 4 forneciam alimentos para a merenda escolar.

Ainda segundo Assis et al. (2016, p. 8)

apenas 36% dos entrevistados, ou seja, 14 produtores tinham interesse em novos mercados. Entre os feirantes, apenas 5 não conheciam a compra da agricultura familiar por meio do PNAE, e outros 6 disseram que não possuíam informações suficientes. O restante dos produtores alegou não ter interesse em participar do programa por motivos como produção insuficiente (por falta de recursos, estrutura ou mão de obra), preço ruim, não enquadramento.

A importância da mobilização e de um apoio inicial para inserção dos agricultores familiares no Programa é fundamental (ASSIS et al., 2016). Lage (2016) aponta a necessidade de identificação de possíveis agricultores familiares que se interessariam em participar do PNAE, e iniciar um processo de diálogo para planejamento em comum das atividades a serem realizadas, além de um ator compreender as dificuldades e pontos de vista do outro. Belik (2016) afirma ser necessário, inicialmente, o governo ou órgãos extensionistas colaborarem com os AF e camponeses no planejamento de sua produção e logística.

Sobre a falta de conhecimento por parte dos agricultores familiares em relação ao PNAE, Lage (2016) aponta a importância de capacitações, para compreensão da história do programa, seus objetivos, seu funcionamento, etc. Como pode ser visto na citação direta acima, alguns nunca tinham ouvido falar sobre o PNAE (ASSIS et al., 2016), e Lage (2016) corrobora com essa afirmação ao falar da ineficiência da divulgação das chamadas públicas no município de Lavras-MG.

Em relação às chamadas públicas realizadas no município, segundo Assis et al. (2016, p. 10), “a elaboração do edital das chamadas públicas é o resultado de um primeiro momento de negociação, e, caso mal sucedida, pode inviabilizar as aquisições da agricultura familiar”. Foi verificada a falta de qualidade relativa a todas as chamadas públicas do município de 2011 a 2016 (LAGE, 2016), relacionada à: falta de articulação entre os atores sociais; utilização do menor preço, contrário à Resolução FNDE nº4 de 2015 (BRASIL, 2015) que estipula a necessidade de fazer pesquisa sobre a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG e dos mercados acessados. Depois será colocado na chamada pública esse valor médio cotado por produto, não existindo a necessidade de menor preço (como nas licitações) e sim a ordem de critérios mencionadas acima. Essas chamadas públicas não possuíam cronograma de entrega; em algumas não eram colocados ordem de prioridade para aquisição; a maioria delas não

tratava de assuntos sobre a compra de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e; ineficiência da divulgação (LAGE, 2016).

Outro ponto importante encontrado no município dizia a respeito da dificuldade de logística para que os agricultores familiares locais entregassem seus produtos nas mais de 30 escolas municipais que existiam, fator que desestimulava a venda de seus produtos. E, por outro lado, abria brechas para que fornecedores de outras cidades, mais estruturados, fornecessem seus produtos em Lavras-MG, o que não promovia o desenvolvimento local (LAGE, 2016).

2.14 Compra da agricultura familiar camponesa para a promoção do desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento local sustentável deve ser priorizado em mercados como o PNAE, levando em conta o crescimento econômico, a preservação ambiental, a diversificação produtiva, o respeito à cultura local e justiça social. Esses fatores ajudam a “expandir” as liberdades individuais dos agricultores familiares camponeses (BECKER; ANJOS, 2015). Belik (2016) entende que os programas de compras governamentais têm como objetivo articular a demanda local e a produção criando um círculo virtuoso de crescimento para os camponeses e AF para atingir o desenvolvimento rural. Pensando dessa forma e relacionando com a quantidade de recursos financeiros que o município de Lavras-MG deixou de destinar à agricultura familiar camponesa, pode-se entender que o desenvolvimento está sendo deixado de lado.

Levando apenas o lado econômico em consideração após a aprovação da Lei nº11.947/2009, entre os anos de 2011 e 2016, o município deixou de destinar muitos recursos para a agricultura familiar camponesa, evidenciando as dificuldades da gestão pública na aquisição de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE (LAGE, 2016).

A execução/gestão da aquisição de produtos da agricultura familiar em Lavras-MG vem acontecendo de modo a não considerar a potencialidade do programa para promover o desenvolvimento local, muito menos o sustentável, prejudicando assim o município e os agricultores familiares locais (LAGE, 2016).

Segundo Wanderley (1999 apud BECKER; ANJOS, 2015) o meio rural enfrenta uma série de bloqueios para seu pleno desenvolvimento. Segundo a concepção de Sen (2001 apud BECKER; ANJOS, 2015), o desenvolvimento pode ser medido pelo conjunto de capacidades dos integrantes de determinada população, de forma a promover a liberdade de levar um

modo de vida ou outro. Cabe pensar se os mercados institucionais têm conseguido promover o desenvolvimento do meio rural e para população brasileira de forma geral.

O Estado possui papel fundamental em promover o desenvolvimento de sua população por meio desses mercados institucionais e da compra de produtos da agricultura familiar, principalmente os produtos orgânicos e/ou agroecológicos, a fim de promover a SAN (BRASIL, 2009).

Portanto, Becker e Anjos (2015) afirmam sobre a necessidade da transversalidade e do estabelecimento de um arranjo institucional na localidade para dar suporte à implementação das políticas. De forma a fazer um reconhecimento da situação atual da localidade, primordialmente da valorização dos produtos locais como via de promover o desenvolvimento local. Por isso é necessário valorizar o que está próximo, tanto pela questão da melhor qualidade e frescor dos alimentos, na maioria dos casos, quanto para o crescimento econômico dos agricultores familiares (BECKER; ANJOS, 2015).

O ponto da dinamização da economia local dos alimentos produzidos é um fator muito importante, inclusive a produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos por produtores locais são fundamentais para conseguir propiciar uma alimentação ainda melhor para as crianças das escolas públicas de ensino básico. Para isso é necessário incentivar a produção agroecológica e/ou orgânica no município para acesso aos mercados institucionais (BECKER; ANJOS, 2015).

Os gestores públicos precisam estar dispostos a trabalhar em cooperação com os agricultores familiares e suas organizações é fator fundamental. O apoio do Estado no fomento desses fatores, desde que não promova dependência dos agricultores familiares (BECKER; ANJOS, 2015).

A dependência gerada para o poder público para promoção desses mercados é um fator que expressa dúvidas em relação à consolidação dos programas em âmbitos locais. O PNAE pode ser um indutor da constituição de organizações de agricultores familiares, bem como redes de solidariedade com o poder público. É a partir do reconhecimento da importância que esse programa possui para o abastecimento alimentar local, fomento à produção orgânica e/ou agroecológica e às agroindústrias familiares, segurança alimentar e nutricional, fomento à organização de agricultores e promoção do desenvolvimento local, que os projetos de intervenção devem ser realizados (BECKER; ANJOS, 2015).

Quando o Estado consegue, de fato, comprar os produtos da agricultura familiar proporciona diversificação, aumento da produção, garantia da venda, renda, maior disponibilidade de recursos financeiros para diversificação, alimentos frescos, regionalizados,

tradicionais e de boa qualidade para alimentação escolar, utilização de menos insumos químicos, aprendizados para ambas as partes (gestão pública e agricultura familiar) na execução do Programa, estabelecimento de parcerias, etc. (ASSIS et al., 2016).

3 METODOLOGIA

Buscando responder o problema de pesquisa e ir em direção aos objetivos propostos, optou-se pela abordagem quali-quantitativa. Segundo Godoy (1995, p. 21), na perspectiva qualitativa:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto que ele ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas. Considerando todos os pontos de vistas relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Fonseca (2002) entende que na pesquisa quantitativa os resultados podem ser quantificados. É centrada na objetividade, no qual a realidade é compreendida com base na análise de dados brutos recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno. Ainda segundo o mesmo autor, a interação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Levando esses pontos em consideração, o pesquisador foi a campo para verificar junto aos agricultores familiares de quatro comunidade rurais e uma associação de camponesas e camponeses agroecológicos de Lavras-MG, o seguinte problema de pesquisa. Quais são os mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG? O objetivo geral desta pesquisa buscou identificar e analisar os diferentes mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. Já os objetivos específicos possuíram o propósito de identificar quais os principais mercados acessados pelos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG; discutir sobre as vantagens e desvantagens das cadeias curtas e longas para a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG e; problematizar o acesso pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG a uma cadeia curta de comercialização, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Por não existir nenhum trabalho realizado nesse sentido, no município, sobre a temática, foi realizado o estudo do tipo exploratório para conhecer e aprofundar o entendimento (GIL, 2008).

O método de pesquisa escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi o estudo de caso (YIN, 2010). O pesquisador resolveu trabalhar com 4 comunidades rurais do município com o intuito de conhecer a opinião dos agricultores familiares camponeses. No caso da

Associação de Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL) sua escolha diz respeito à continuação de um trabalho de extensão iniciado com apoio dos alunos da Universidade Federal de Lavras (UFLA), com um grupo de agricultores e agricultoras camponesas que visavam se tornar uma associação. Essa associação camponesa em transição agroecológica tem buscado inserir seus produtos em mercados de cadeias curtas com viés agroecológico, como a CSA (Comunidade que Suporta a Agricultura) e estão buscando a criação de uma feira agroecológica semanal na UFLA. Alinhado com essas questões o trabalho sobre associativismo já está sendo desenvolvido há algum tempo, precisando, portanto, de continuidade. Indo a esse encontro os produtos da agricultura familiar e camponesa com viés agroecológico podem ser destinados ao PNAE, que está alinhado às temáticas citadas anteriormente: associativismo, agricultura familiar e camponesa, Segurança Alimentar e Nutricional a partir de produtos agroecológicos.

Com base no estudo de caso (YIN, 2010), a presente pesquisa permitiu o pesquisador coletar dados sobre diferentes realidades do modo de vida rural de Lavras, saber e entender melhor os mercados acessados por eles(as) e entender a baixa adesão na venda para o PNAE. Os dados possibilitaram fazer inferências sobre as diferentes variáveis de estudo e conhecer melhor o rural de Lavras-MG.

As comunidades rurais foram selecionadas mediante alguns critérios: maior número de agricultores familiares e/ou camponeses por comunidade (1); potencial para participar do PAA Institucional e/ou PNAE(2); comunidade especialista, ou com mais agricultores familiares produtoras de café(3), pecuária leiteira e gado de corte(4), hortifrutigranjeiros(5), possuir agroindústria(6), AF produzindo milho(7), maior número de produtores orgânicos e/ou agroecológicos(8) e; estão participando de grupos formais ou informais ativos(9).

Assim, o extensionista da EMATER-Lavras foi contatado para ajudar na seleção de comunidades rurais. Segue abaixo, a Tabela 2, com os critérios utilizados para seleção de 5 comunidades rurais, inicialmente de acordo com o olhar do extensionista da EMATER-Lavras. O preenchimento da Tabela 2 foi realizado, primeiramente, no dia 14/06/2018. Para cada critério foi marcada a pontuação 1 nas comunidades que mais se enquadraram.

Tabela 3 - Critérios de Avaliação para Seleção de 5 comunidades rurais de Lavras-MG.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Paiol									1	1
Funil						1			1	2
Taboões					1					1
Fonseca				1					1	2
Itirapuã										0
Ponte Alta										0
Jabuticabeira						1				1
Serrinha		1			1		1	1	1	5
Cachoeirinha	1	1	1	1	1		1	1	1	8
Pimentas	1	1			1			1		4
Rosas		1			1			1		3
Maranhão										0
Tomba	1			1		1	1			4
Farias							1			1
Boa vista										0
Três Barras	1		1				1			3
Salto										0
Cajuru do Serro				1						1
Engenho										0

Fonte: Do autor (2019).

Assim, a partir da conversa com o extensionista da EMATER-Lavras, foi perguntado a ele, por exemplo: quais comunidades possuem o maior número de agricultores (as) familiares e/ou camponeses (as)? Por sua vez, o extensionista respondeu quais as comunidades ele achava que possuía mais agricultores. O número de comunidades varia de acordo com cada critério e de acordo com o olhar do participante, ou seja, podendo ser 1, 2, 3, 4... comunidades. Nas principais comunidades enquadradas em cada critério foram colocadas o número 1 na frente, como pode ser observado na Tabela 2.

Mediante os critérios preestabelecidos a ordem de maior pontuação das comunidades rurais de Lavras foram: Cachoeirinha (8 pontos), Serrinha (5 pontos), Pimentas (4 pontos), Tomba (4 pontos) e Rosas (3 pontos).

Houve também o preenchimento de outra tabela de critérios realizada no dia 17/06/2018 pelo, até então, grupo informal de agricultores familiares (hoje Associação de Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras - ACCAL) que possuíam alguns representantes das comunidades rurais em questão, porém os critérios utilizados foram diferentes, sendo eles: maior número de agricultores familiares (1); possui interesse em participar do PNAE (2); comunidades mais bem organizadas (3) e; possui representantes na reunião (4).

O preenchimento da tabela aconteceu no dia supracitado, quando houve a reunião do grupo citado para discutir questões sobre a constituição da futura associação. Nesse dia o pesquisador se reuniu com o grupo para preenchimento da tabela, levando em conta os critérios acima. Para cada critério o grupo discutia entre eles para chegar no consenso de quais comunidades estariam enquadradas. A ordem das comunidades pontuadas foram: Taboões (4 pontos), Paiol (3 pontos), Cachoeirinha (2 pontos), Pimentas (2 pontos), Fonseca (2 pontos) e Salto (2 pontos).

Depois, foi necessário somar os resultados do encontro com o extensionista-local mais os resultados coletados com os camponeses e camponesas agroecológicas para chegar ao resultado final das cinco comunidades rurais mais bem pontuadas, ficando assim: Cachoeirinha (10 pontos), Pimentas (6 pontos), Serrinha (6 pontos), Tomba (5 pontos) e Taboões (5 pontos).

A partir disso, foi necessário fazer o levantamento dos atores sociais que possuíam contato direto com essas cinco comunidades rurais de Lavras-MG. Nesse caso, o contato foi realizado com os agentes de saúde de cada comunidade rural. Assim, de acordo com seus registros, foram levantados os números médios de famílias por comunidade que possuíam cadastros de atendimento na Secretaria de Saúde de Lavras-MG. Os agentes comunitários, normalmente, são pessoas que moram nas comunidades rurais, possuem convívio com as pessoas daquele local e conhecem bem a realidade local. Por isso, buscou-se saber a quantidade de famílias que os agentes de saúde julgavam trabalhar na própria propriedade em serviços ligados à agricultura e pecuária. Desse modo, segundo as respostas dos agentes de saúde, os dados obtidos foram: Serrinha possui 70 famílias, sendo que destas 20 famílias trabalham na propriedade; Cachoeirinha possui 33 famílias, com 25 famílias trabalhando na propriedade; Pimentas com 62 famílias e 30 trabalhando na propriedade; Taboões possui 25 famílias e 17 na propriedade; e, Tomba com 18 famílias, 8 trabalhando na propriedade. Nesse momento aconteceu a decisão de trabalhar com 4 comunidades rurais e a associação camponesa. Por isso, a comunidade Serrinha que possuía grande quantidade de famílias, porém poucas famílias trabalhando em suas respectivas propriedades, foi excluída do grupo de 5 comunidades rurais, apesar de sua boa pontuação. Outro importante fator foi que as outras comunidades rurais o pesquisador já conhecia e dispunha de maior facilidade em acessá-las, assim como a associação camponesa, no qual já tinha contato direto com seus membros.

Para esta pesquisa foi realizada a amostragem não probabilística por acessibilidade ou conveniência (GIL, 2008), dado seu caráter exploratório, cujos critérios são definidos pelo

pesquisador. Foram realizadas 55 entrevistas semiestruturadas, 48 nas comunidades rurais de Lavras e 7 com membros do grupo informal (hoje ACCAL).

Para chegar ao número de entrevistas semiestruturadas em cada comunidade somou-se a quantidade média de pessoas que trabalham em sua própria propriedade, chegando ao número total de 80 famílias nas quatro comunidades. Depois, buscou-se a porcentagem média da divisão entre o número de pessoas que residem na propriedade em cada comunidade selecionada em relação à quantidade total de famílias que residem na propriedade (80 famílias) das 4 comunidades rurais selecionadas. O exemplo da Comunidade Cachoeirinha que possui 25 famílias trabalhando na própria propriedade em relação as 80 famílias totais trabalhando nas 4 comunidades rurais selecionadas, ficando assim: $25/80=31\%$.

Ficando assim: Cachoeirinha 31%, Pimentas 37%, Taboões 21% e Tomba 11%. Essa porcentagem foi utilizada para definição da quantidade média de entrevistas em cada comunidade em relação as 48 entrevistas totais, ficou assim: Cachoeirinha 15 entrevistas; Pimentas 18 entrevistas; Taboões 10 entrevistas com uma a mais; e, Tomba 5 entrevistas. Mais 7 entrevistas com os associados da ACCAL. Total de entrevistas foram 55.

Definida a quantidade de entrevistas e em quais comunidades seriam realizadas a pesquisa, foi necessário montar um grupo de pesquisadores que auxiliassem na execução em Lavras-MG. Para isso foi necessário capacitar os membros do Núcleo de Estudos Multidisciplinares em Agroecologia e Agricultura Familiar (NEMAAF), do qual o pesquisador faz parte. O pesquisador e seu orientador (coordenador do respectivo núcleo) organizaram algumas capacitações para os membros do núcleo, iniciada no mês de agosto de 2018.

A primeira capacitação foi sobre o projeto de pesquisa em si. Foi apresentado aos integrantes do grupo o problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, referencial teórico utilizado e metodologia. Assim, os estudantes começaram a entender melhor do que se tratava o projeto de pesquisa e qual era seu intuito. Também começaram a perceber como seria realizada a pesquisa com base na metodologia com o processo de “campo” da pesquisa.

Por isso, a segunda capacitação foi sobre “dicas de etiqueta para o pesquisador em campo”, no qual foi distribuído um texto-base com essas dicas para cada membro. Posteriormente, os membros ficaram em roda para discutir cada ponto do texto, esclarecendo dúvidas, contando e trocando experiências, ou seja, conhecendo melhor qual é o papel do pesquisador em campo.

A última capacitação, antes de iniciar o processo de campo da pesquisa, teve o intuito dos membros do NEMAAF ganharem contato com o questionário semiestruturado que seria

utilizado posteriormente na pesquisa. Isso foi feito por meio de uma dinâmica de entrevistas. Nessa dinâmica a intenção era “forjar” um contato do pesquisador (membros do núcleo) com os “entrevistados” (pesquisador/autor desta pesquisa e seu orientador), em que os últimos se passariam por “entrevistados”, demonstrando algumas dificuldades que podem ocorrer nas entrevistas, como a demora para responder as perguntas, não entendimento da pergunta, desvio do assunto, etc. Por isso houve uma encenação por parte dos “entrevistados” em que os pesquisadores (membros do núcleo) puderam vivenciar algumas possíveis adversidades e ganhar maior experiência com o questionário a ser utilizado.

Após essas capacitações, já no mês de setembro e outubro, os pesquisadores foram a campo para realização da pesquisa. Para selecionar as famílias entrevistadas foi necessário o pesquisador/autor se direcionar às comunidades rurais para marcar as entrevistas, normalmente, nas segundas e terças-feiras. Nesses dias o pesquisador/autor se direcionava às comunidades rurais batendo “porta em porta” para marcar as entrevistas, caso a pessoa não pudesse era solicitada a indicação de conhecidos. As realizações das entrevistas, normalmente, eram nas quintas e sextas-feiras da mesma semana, com participação dos membros do NEMAAF que estavam disponíveis. A ordem cronológica de comunidades rurais pesquisadas e suas distâncias em relação ao centro do município foram: Taboões (até 10km), Cachoeirinha (10 a 15km), Tomba (mais de 15km) e Pimentas (de 5 a mais de 15km). Depois de terminadas as comunidades rurais foi iniciada a pesquisa com a ACCAL.

Na realização das entrevistas os (as) pesquisadores (as) foram instruídos a tentar englobar a maior quantidade de pessoas na família para responder, principalmente, mulheres e jovens, já que é sabida a predominância das respostas de pessoas do sexo masculino nas entrevistas. Nos questionários foram colocados eixos temáticos para compreender diversos pontos ligados à agricultura familiar camponesa de Lavras-MG, como: dados gerais sobre esses pontos; produção; mercados; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); políticas públicas para agricultura familiar camponesa e; autoconsumo.

Os dados gerais sobre a agricultura familiar camponesa possuíam o intuito de trazer um panorama geral sobre o tamanho das propriedades, utilização de mão de obra familiar, idade, sexo, etc. Já o eixo temático produção, o intuito era verificar como eram produzidos os produtos e o grau de dependência (ou autonomia) em relação à compra de insumos dos mercados. Na parte dos mercados foram verificados quais eram os mercados acessados, as vantagens e desvantagens de cada um deles, quais eram os produtos mais vendidos e suas respectivas quantidades, com base nestes foram realizadas pesquisas de preços médios dos produtos vendidos em Minas Gerais, para chegar à renda bruta dos produtores.

O eixo PNAE visava saber se os agricultores familiares camponeses conheciam a fundo esse Programa, quais os pontos não conheciam, por que não acessavam e se estavam dispostos(as) a acessar. Já o eixo políticas públicas visava saber se os camponeses possuíam conhecimento sobre a existência das políticas e quais eles(elas) já haviam acessado. Para o autoconsumo foi elaborada uma tabela para verificar quais eram os produtos produzidos e consumidos pela família, assim como a quantidade consumida e o valor total que as famílias deixavam de gastar. Esse último ponto foi calculado de acordo com o que os(as) entrevistados(as) achavam que consumiam por ano dos produtos, alguns tiveram dificuldades em conseguir chegar ao número exato, por isso foi sendo realizada a condução junto deles(delas) de um raciocínio lógico pensando em termo de consumo diário, semanal, mensal até chegar no anual, entendendo as sazonalidades de cada produto, assim eles(elas) imaginavam quanto teriam que gastar se tivessem que comprar os produtos para alimentação familiar.

No final de outubro os questionários começaram a ser tabulados, sendo finalizados no início de novembro. Com os resultados obtidos através da tabulação, para as perguntas fechadas, foram realizadas a distribuição de frequência por meio de gráficos em formatos de pizza no programa Excel. Já as respostas das perguntas abertas foram separadas no programa Word 2016.

Foi verificado que houve interesse por parte dos entrevistados (as) em participar de diálogos e capacitações sobre os resultados da pesquisa.

E outra pesquisa realizando uma análise documental das chamadas públicas no site da Prefeitura Municipal de Lavras-MG sobre os anos de 2017 e 2018 verificando quantos agricultores familiares camponeses participaram das chamadas públicas, quais os produtos e o que forneceram.

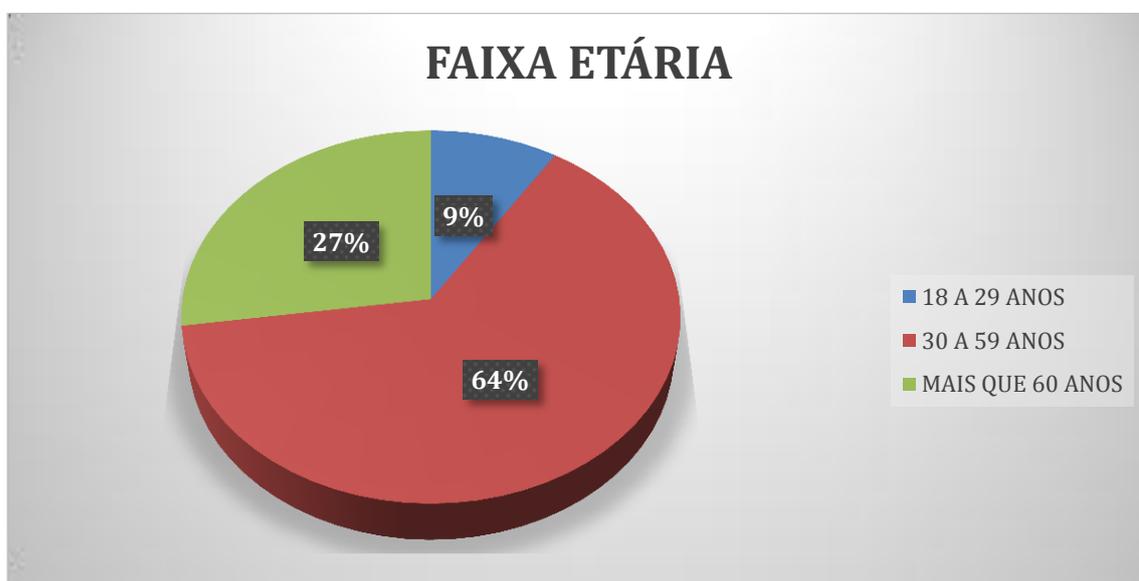
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Características gerais sobre a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG

Nesta sessão estão os dados gerais sobre as famílias entrevistadas com a apresentação de gráficos.

Para demonstrar a composição da faixa etária média das 4 comunidades rurais e uma associação de camponesas e camponeses, o Gráfico 1 ilustra o perfil etário dos entrevistados e entrevistadas desta pesquisa.

Gráfico 1 - Faixa etária dos(as) entrevistados(as).

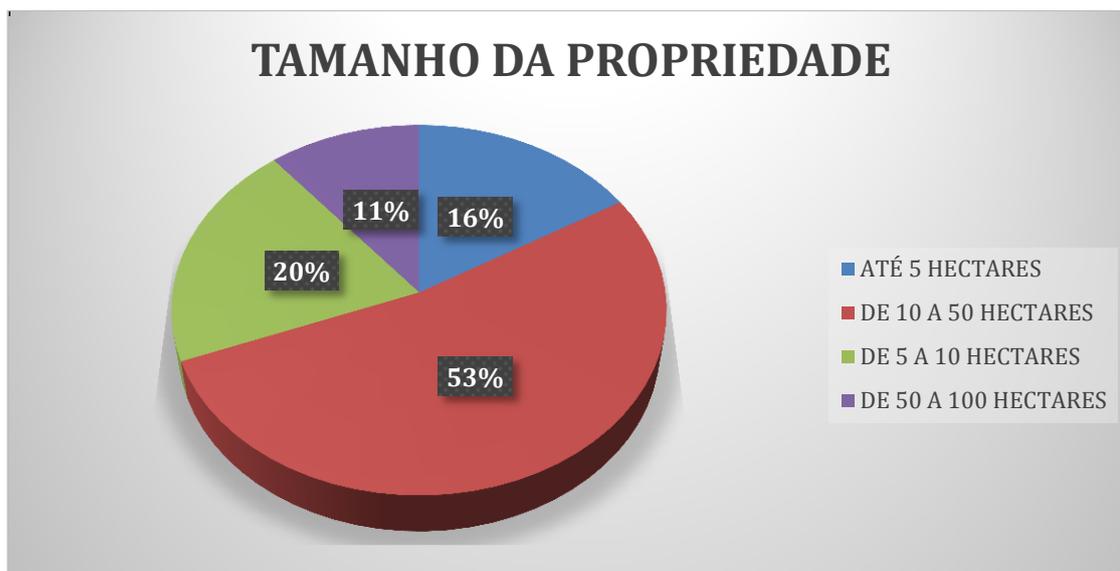


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado, a maioria (64%) dos (as) entrevistados (as) possuem a faixa etária entre 30 e 59 anos. Em seguida, em 27% dos casos, pessoas com mais de 60 anos. E, por último, pessoas com idade entre 18 e 29 anos (9%).

O Gráfico 2, diz respeito ao tamanho das propriedades dos entrevistados. Como pode ser visto, 53% das propriedades de pessoas entrevistadas possuem de 10 a 50 hectares. Outros 20% de 5 a 10 hectares, 16% até 5 hectares e 11% de 50 a 100 hectares.

Gráfico 2 - Tamanho da propriedade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Também foram levantados dados relacionados à posse dos entrevistados, ou não, da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). A DAP é um documento emitido pela EMATER, sindicatos de trabalhadores rurais, e outras entidades credenciadas, que atesta o enquadramento da família como “agricultura familiar” de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). A DAP permite o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas brasileiras para a categoria (BRASIL, 2006), inclusive os mercados institucionais. O percentual de entrevistados (as) que possuem a DAP foram de 44% (24 pessoas) e dos(das) que não possuem foi de 56% (31 pessoas). Como pode ser observado muitas pessoas ainda não possuem a DAP. Isso significa que muitas políticas públicas para categoria (PNAE, PAA, PRONAF) estão sendo pouco acessadas, como pode ser observado na pesquisa. Desse modo, as políticas públicas conseguem cumprir parcialmente os papéis que se propuseram em Lavras-MG, sendo necessário rever as estratégias de inserção da agricultura familiar nas políticas públicas para atingir maior número de pessoas e conseguir atingir plenamente os objetivos que se propuseram.

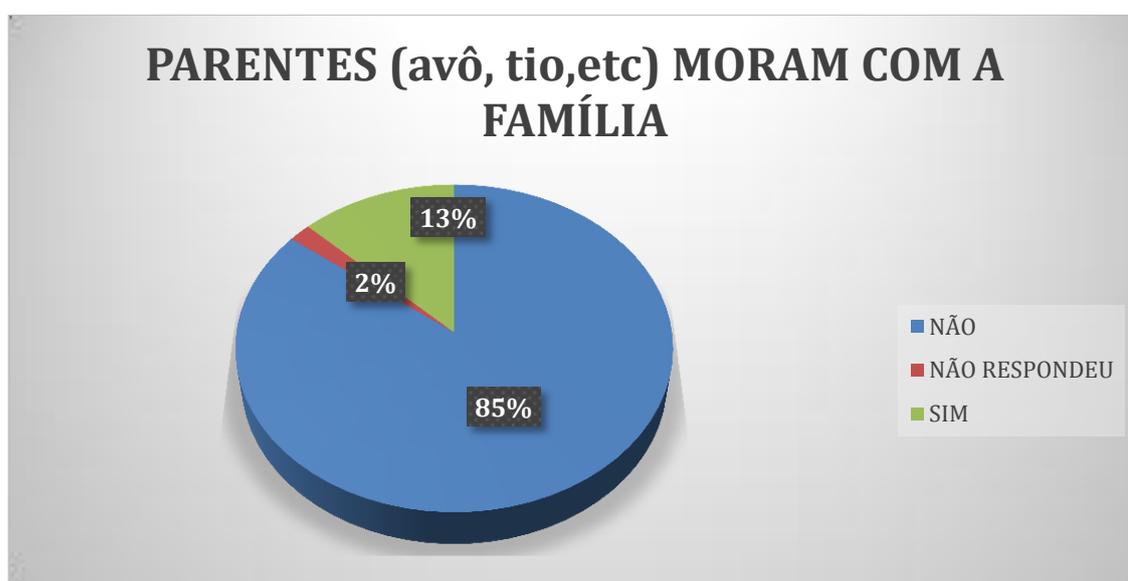
Algumas estratégias podem ser pensadas de acordo com os dados a seguir. Pois, quando perguntados sobre quais as políticas públicas voltadas ao meio rural para agricultura familiar ficou evidente o desconhecimento da maior parte dos entrevistados de Lavras-MG. Segundo as respostas, os entrevistados conhecem principalmente o PRONAF (43 entrevistados) e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais) (40 entrevistados), 8 entrevistados(as) conhecem o Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA), 29 entrevistados(as) conhecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 17 conhecem o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), 17 entrevistados conhecem o Crédito Fundiário e 18 entrevistados(as) já ouviram falar do Seguro Agrícolas. Porém, nas falas dos entrevistados(as), o pesquisador percebeu o desconhecimento sobre a maioria das políticas (o que é a política, como é acessada, para que serve), na maioria dos casos eles ouviram falar vagamente, motivo que pode atrapalhar essas políticas públicas atingirem seus objetivos.

A política pública mais utilizada nos últimos 5 anos pelos detentores da DAP foi o PRONAF. Essas pessoas que usaram a DAP para acessar crédito investiram em: tratores, tanque para leite, plantio de milho transgênico, plantio e adubação de café e milho, compra de gado e construção de terreiro de café.

Continuando a caracterização da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG, foi possível constatar as modas estatísticas sobre a quantidade de membros familiares que moram na propriedade, sendo as modas de 3 e 4 pessoas, ou seja, são esses os números de pessoas mais citados na constituição das famílias rurais dos(as) entrevistados(as). Dentre os(as) mesmos(as) 13% dizem possuir outros parentes morando na propriedade, entre eles pode-se encontrar avós, tios e tias, primos e primas. Este fato pode ser observado no Gráfico 3.

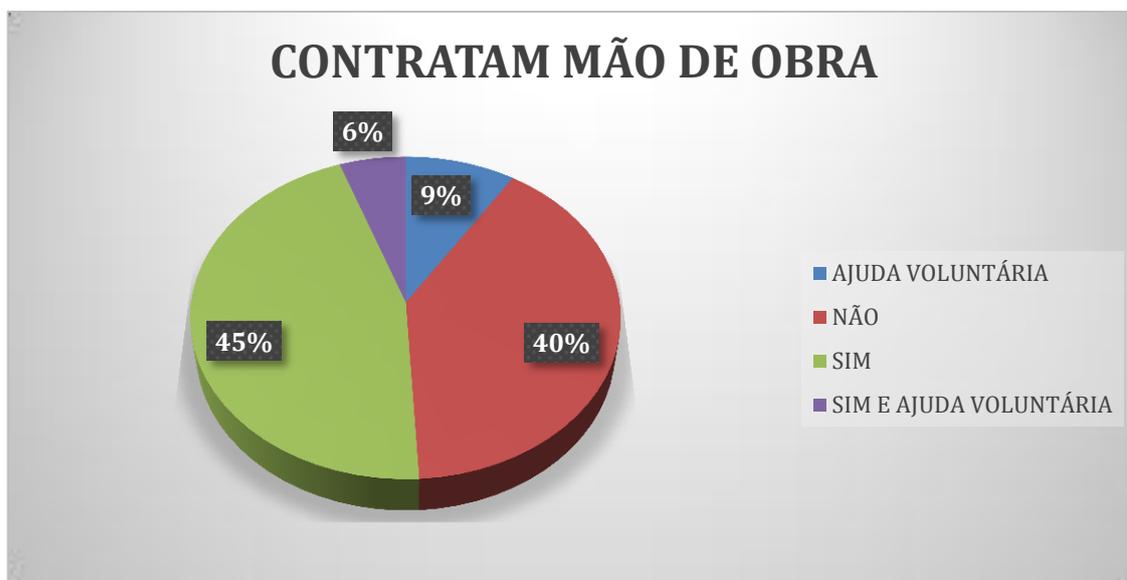
Gráfico 3 - Parentes moram com a família.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Alguns dados sobre a contratação de mão de obra, ou ajuda voluntária de amigos e/ou parentes, por parte da agricultura familiar camponesa também foram trazidos (Gráfico 4), e qual tipo de relação era estabelecida entre contratante e contratado.

Gráfico 4 - Contratação de mão de obra.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

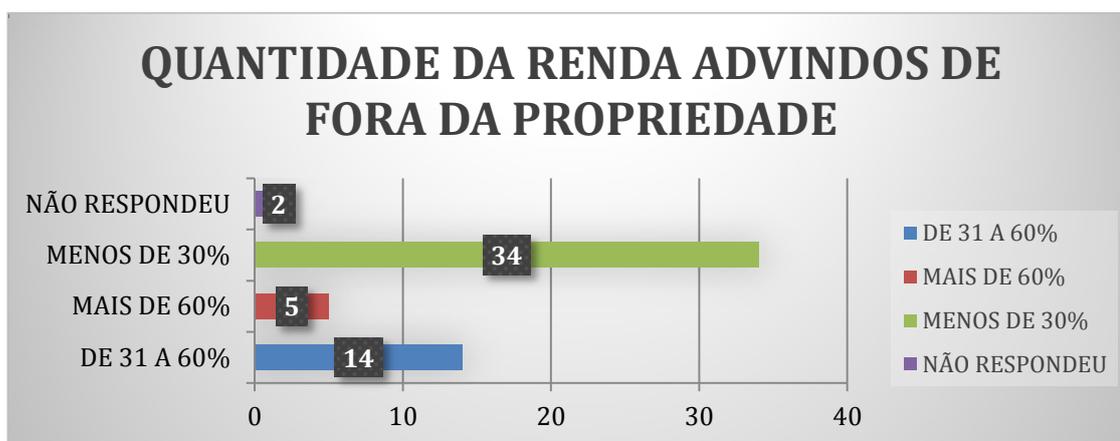
Como pode ser observado 45% dos entrevistados e entrevistadas contrataram mão de obra. Em seguida, com representatividade de 40% não contratam, 9% recebem ajuda voluntária de parentes e/ou amigos, e 6% contratam mão de obra e recebem ajuda voluntária. Dos 45% que contratam mão de obra, a maior parte é representada pela contratação de diaristas (18 entrevistados), trabalhador sazonal (8 entrevistados) e assalariado (3 entrevistados). Esses(as) trabalhadores(as), normalmente, são chamados(as) para serviços ligados à roça: capinar, adubar, roçar, fazer cerca, plantar, colher, pegar esterco, mexer com trator, fazer silo, etc.

Em relação à quantidade de renda vinda de dentro da propriedade foi constatado que maior parte dos(as) entrevistados(as), 30 pessoas, possuem mais de 70% da renda advinda da propriedade. Schneider e Cassol (2017), também constataram através do Censo Agropecuário de 2006, que a maior parte da receita familiar advém da própria propriedade.

Contribuindo para essa discussão também foi constatado que parte dos(as) entrevistados(as) trabalham fora da propriedade para conseguir recursos para a família (42%), demonstrando a importância do trabalho além da propriedade. Alguns dos trabalhos citados foram: agentes comunitários, auxiliar de serviços gerais, funcionário de comércio, serviço de

roça para terceiros, professoras, etc. Esses trabalhos são muito importantes para agricultura familiar camponesa, também chamados de pluriatividade da agricultura familiar por Van der Ploeg (2016), e como afirma Wanderley (2017) o trabalho externo não é uma condição apenas dos “periféricos”, mas constitui uma estratégia importante para reprodução familiar. Essa importância socioeconômica do trabalho além da propriedade pode ser visualizada no próximo Gráfico 5, onde está demonstrado o número de pessoas relativo a cada estrato.

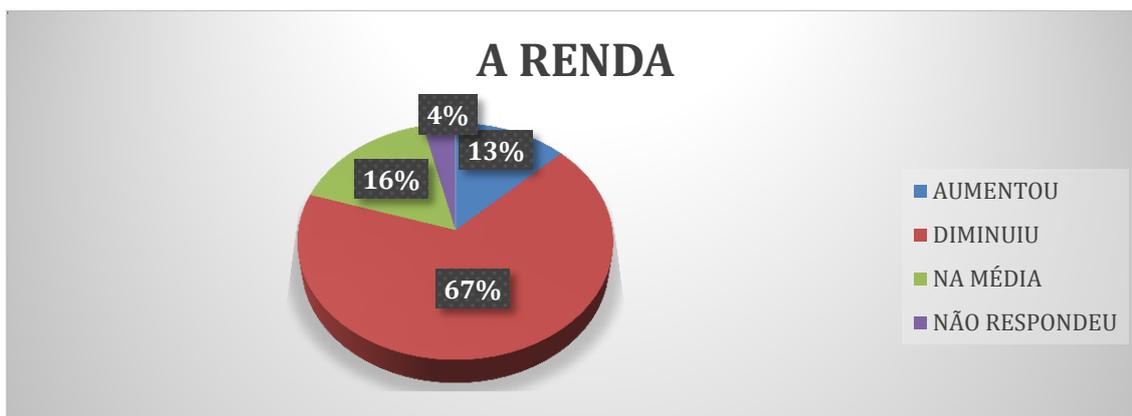
Gráfico 5 - Renda advinda de fora da propriedade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado neste Gráfico 5, a renda advinda de fora da propriedade, possui importância na renda total da família, auxiliando nas despesas familiares. Apesar de a maioria (62%) possuir renda inferior a 30% de atividades fora da propriedade. A renda “extra” é importante para minimizar os impactos que a agricultura tem sofrido nos últimos anos, haja vista que 67% dos (as) entrevistados (as) dizem que sua renda tem diminuído ao longo dos anos, como pode ser constatado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - A renda.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Quanto a isso, Van der Ploeg (2016) afirma que as agropecuárias de pequenos ou médios proprietários de terra estão passando por um “*squeeze*”, ou seja, estão ficando “*exprimidos*” financeiramente entre os custos de produção e venda de seus produtos. Muito dos entrevistados falaram sobre os alto custos da compra de insumos para produção e a desvalorização da venda por seus produtos. Para evidenciar esse fato, 31% dos entrevistados e entrevistadas afirmaram gastar mais de 70% da sua renda com compra de insumos, e, em segundo lugar, 27% dos pesquisados, afirmaram gastar de 50 a 70% da renda total, evidenciando esse “*squeeze*”.

Gráfico 7 - Parte da renda gasta com compra de insumos.



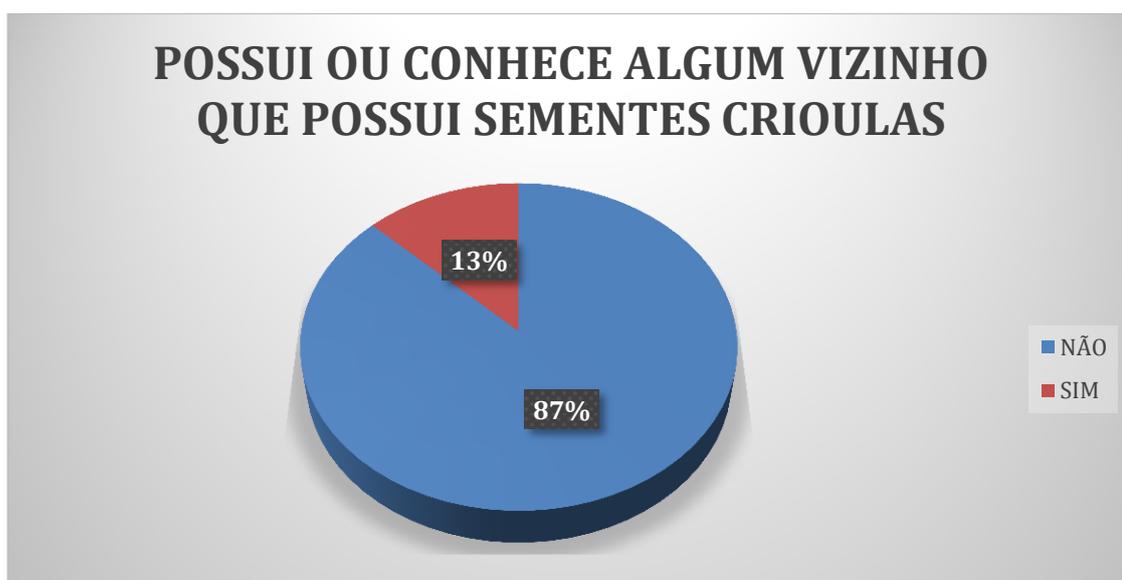
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Esses dados demonstram que a maior parte dos recursos financeiros produzidos pelos entrevistados são destinados à compra de insumos, comprovando o grau de dependência que a maioria possui nos mercados agrícolas. Essa compra de insumos de produção (sementes, adubos, agrotóxicos, implementos agrícolas) faz com que muitos dos recursos financeiros produzidos nas propriedades do município acabem indo para as empresas, principalmente as grandes corporações ligadas à “Revolução Verde”, haja vista que elas dominam o mercado mundial. A dominação desses impérios agroalimentares (VAN DER PLOEG, 2008) contribuem na exploração social das pessoas ligadas ao meio rural retirando boa parte dos seus recursos financeiros; explorando os recursos ambientais daquela propriedade, empobrecendo seu solo e contaminando suas águas; explorando os trabalhadores que precisam trabalhar muito para conseguir pagar esses insumos; e, reduzindo aquelas pessoas e sua cultura do meio rural a meros manipuladores de insumos químicos, chamados de pacotes tecnológicos.

Evidenciando esse fato pode ser levado em conta as sementes crioulas, utilizadas pela agricultura familiar camponesa ao longo de anos, que colabora com a minimização do grau de dependência da compra de sementes, pois elas possuem a capacidade de se reproduzirem, diferentemente das sementes dos pacotes tecnológicos. Outra diferença entre as duas é que àquelas não são padronizadas para todos os contextos, pelo contrário, elas são sementes específicas utilizadas em um dado território e por gerações de pessoas específicas, ou seja, esses tipos de sementes são as mais apropriadas para cada contexto em específico já que, normalmente, de geração para geração elas foram minuciosamente selecionadas para atender com as melhores características possíveis ao contexto específico de cada propriedade.

Nesse caso, cada família era detentora das suas próprias sementes crioulas. Porém, como pode ser observado no próximo Gráfico 8, as sementes crioulas, que antes eram passadas de geração para geração, estão sumindo do meio rural e os agricultores familiares camponeses estão ficando cada vez mais reféns das sementes e mudas geneticamente modificadas vendidas em casas agropecuárias.

Gráfico 8 - Possui ou conhece alguém que possua as sementes crioulas.

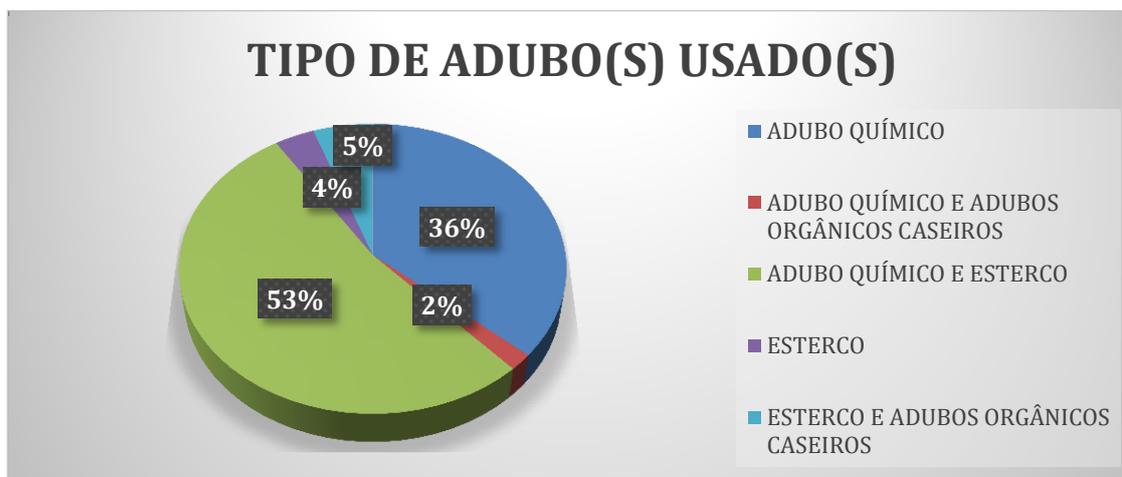


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado, praticamente não se observam mais esses tipos de sementes no meio rural de Lavras-MG. Devido a esse fato os agricultores familiares camponeses do município perderam sua autonomia de cultivo em detrimento dos mercados de sementes, toda vez que necessitarem fazer qualquer tipo de plantio em suas propriedades precisarão, conseqüentemente, fazer compras desses insumos. Isto é, as sementes crioulas que na antiguidade eram patrimônio das famílias do meio rural, hoje são raras, por isso os agricultores precisam gastar seus recursos para adquirir as sementes transgênicas dos mercados.

Outro fator é demonstrado no Gráfico seguinte (9), em que as dependências de adubos químicos das famílias rurais de Lavras-MG também se tornaram visíveis constituindo como gastos adicionais para a produção agropecuária no município.

Gráfico 9 - Tipos de adubos utilizados.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado no Gráfico 9, muitas pessoas utilizam os adubos de maneira associada, como: o adubo químico e esterco (53%), adubos químicos e adubos orgânicos caseiros (2%) e esterco e adubos orgânicos caseiros (5%). Ou utilizam também de maneira independente: adubo químico (36%) e esterco (4%). Porém, é interessante observar o alto grau de dependência dos adubos químicos que a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG possui em relação às empresas fornecedoras. Essa dependência a torna vulnerável às oscilações de preços dos produtos nos mercados, ou seja, já que eles(elas) são bastante dependentes desses insumos, quando são aumentados seus preços elas se veem em uma situação difícil, pois precisam pagar mais caro pelos produtos e se tentarem vender mais caro os seus produtos aos consumidores estes comprarão menos.

Devido à alta dependência dos(as) entrevistados(as) aos insumos de produção alternativas precisam ser pensadas para aumentar a autonomia deles perante o mercado. Por exemplo, a utilização de adubos orgânicos caseiros e esterco, além do resgate das sementes crioulas como fonte de autonomia deles perante os gastos excessivos com o mercado de insumos agropecuários.

Van der Ploeg (2008) afirma que existem camponeses menos dependentes dos mercados, nesse caso são agricultores que utilizam dos recursos existentes em suas propriedades (água, sementes, adubos, materiais orgânicos vindos das próprias plantas, etc.) para a sua produção de autoconsumo e venda de excedentes. Alguns dos entrevistados (22%) gastam menos de 30% com compra de insumos. No caso dos agricultores familiares empresariais, mais dependentes do mercado, Vilela (2017) afirma que a adoção de “tecnologias do mercado” colabora na especialização desses produtores para melhor atender

aos interesses dos demais agentes econômicos da cadeia produtiva e passando a selecionar um número cada vez menor de integrantes, excluindo os outros. São incluídos aqueles que conseguem acompanhar as mudanças tecnológicas apresentadas pelo mercado.

Mesmo assim, Vilela (2017), baseado no Censo Agropecuário de 2006, afirma que a maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros estão passando por um processo de marginalização econômica e social, esse processo tem a capacidade de influenciar toda sociedade brasileira, tanto urbana quanto rural. Pois, isso influencia na tomada de decisão das pessoas da zona rural em tentar melhores oportunidades fora do empreendimento rural familiar, devido à pouca quantidade de renda disponível para que essas pessoas se mantenham na propriedade.

Outros dados dizem respeito à participação em associação e/ou cooperativa, representados no Gráfico 10. A maioria diz participar de uma e/ou de outra, 58% no caso. Entre os entrevistados e entrevistadas que fazem parte de associação(ões) e/ou cooperativa(s) a principal é a Cooperativa Alto do Rio Grande (46%). Outras são a Associação de Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL), a Cooperativa Minas Sul de Varginha, Associação Comunitária da Cachoeirinha, Associação Comunitária dos Pimentas e Associação dos Feirantes.

Gráfico 10 - Faz parte de associação e/ou cooperativa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Apesar de na teoria muitos(as) entrevistados(as) (56%) fazerem parte de associações e/ou cooperativas, na prática isso não acontece de fato, como pôde ser observado. Esse fato

pode ser problematizado sobre a falta de conhecimento sobre o que é uma cooperativa ou associação, para qual finalidade e como são administrados esses tipos de organizações. Para obtenção de sucesso é necessário que os associados ou cooperados entendam esses pontos para atuar de maneira consciente.

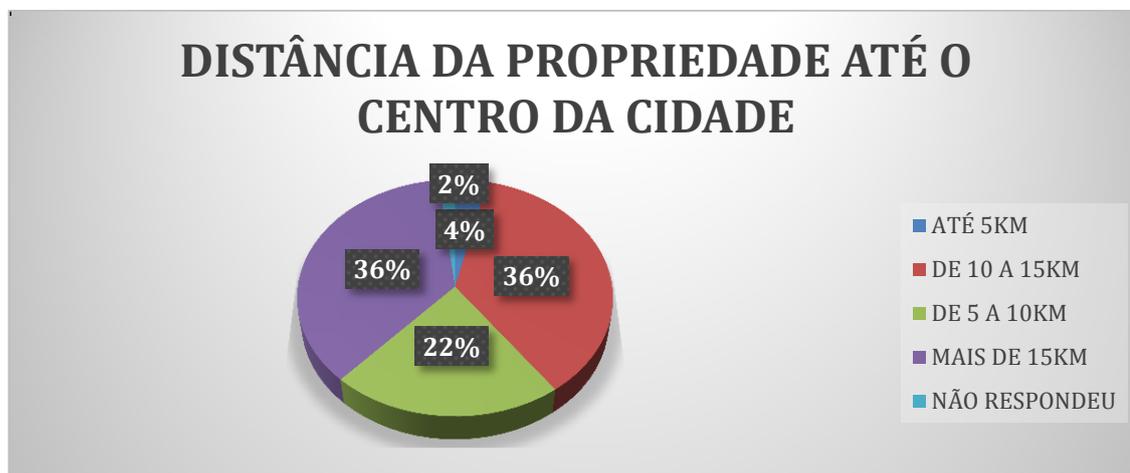
A Cooperativa Alto do Rio Grande é um exemplo disso. Nos últimos anos perdeu bastante vigor em seus empreendimentos e tem experimentado uma crise em seus negócios e acumulou dívidas para seus cooperados (fala de alguns entrevistados). Os cooperados entrevistados comentaram que utilizam pouco os serviços dessa Cooperativa, tais como: compra de insumos e vendas de leite. No caso das compras de insumos os entrevistados(as) participantes dizem que muitos produtos estão caros ou com preço equivalente às lojas agropecuárias.

No caso das associações comunitárias (Cachoeirinha e Pimentas) essas organizações se encontram desestruturadas, não conseguindo trazer benefícios e melhorias para suas comunidades. A ACCAL (Associação de Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras) se encontra mais articulada, mantendo reuniões mensais. Alguns avanços já foram conseguidos por ela, entre eles a participação de dois agricultores familiares camponeses no fornecimento de alimentos agroecológicos para a CSA – Horta ProNobis (Comunidade Sendo Agricultura); três agricultores familiares camponeses prestes a iniciar a venda de seus produtos na Feira Agroecológica da UFLA (Universidade Federal de Lavras); e, um grupo dentro da associação de produtores de cafés em Lavras, estabelecendo contato com uma cooperativa de produtores de cafés orgânicos de Poço Fundo para ajudar a fazer a transição de seus cafés convencionais para orgânicos, posteriormente, vendendo seus cafés junto dessa cooperativa.

Voltando aos pesquisados(as), no que diz respeito à distância das propriedades até o centro da cidade de Lavras-MG foi medido por quilometragem (Gráfico 11). Duas faixas empataram, sendo elas de 10 a 15km e mais de 15km, ambas com 36% de representatividade. Em seguida, 5 a 10km com 22% de representatividade, 4% até 5km e 2% não responderam. Já em relação à qualidade das estradas na zona rural, boa parte dos(as) entrevistados(as) afirmaram que suas estradas estão ruins (34%), qualidade média (33%) e a qualidade boa (31%) e 2% não responderam. Esses dados podem dialogar com o que Belik (2016) afirmou sobre as grandes distâncias em que os agricultores familiares camponeses precisam atravessar para entregar seus produtos ao PNAE, aliado a esse fator a qualidade das estradas do município de Lavras-MG, na zona rural, está ruim, o que acaba dificultando ainda mais a vida

desses produtores, principalmente nas épocas de chuvas, podendo desestimular a venda para os mercados acessados.

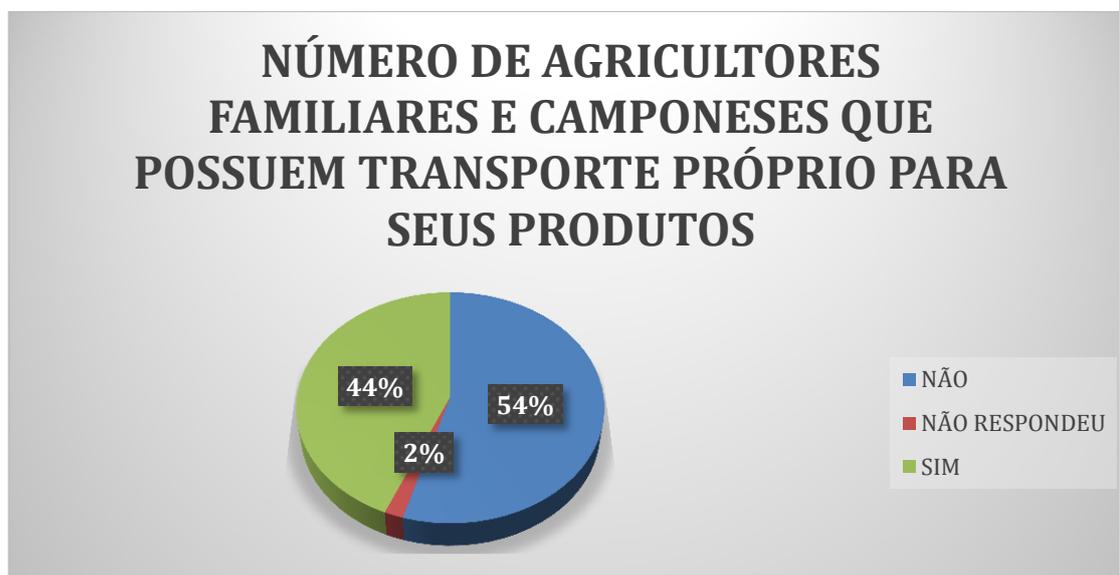
Gráfico 11 - Distância da propriedade até o centro da cidade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Outro ponto é que a maior parte dos agricultores familiares camponeses não possuem transporte próprio para seus produtos. Esse fato pode acontecer devido à grande quantidade de produtores de leite e café no município, no caso do leite os caminhões costumam ser da própria cooperativa ou laticínios para onde vendem seus produtos, e, no caso do café, os produtores costumam contratar caminhões de terceiros para escoar sua produção. Esses dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Possuem transporte próprio.

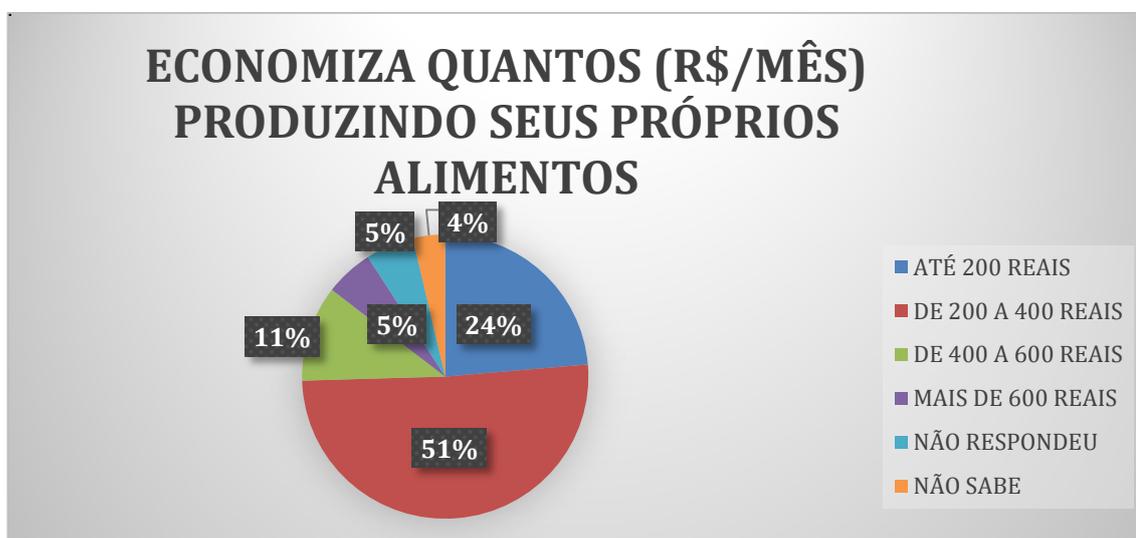


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Em relação ao autoconsumo familiar é importante destacar a importância que essa prática possui para agricultura familiar camponesa. Os produtos produzidos nas propriedades para consumo familiar em Lavras-MG variam muito, são eles: arroz, feijão, milho verde, farinha de milho, fubá, quitandas, pipoca, abacate, abacaxi, amora, amendoim, banana, coco, cana, goiaba, laranjas, mexericas, limões, mamão, melancia, manga, maracujá, uvas, abóboras, alface, alho, batata doce, batatinha, berinjela, beterraba, cebola, cenoura, chuchu, couve, couve-flor, inhame, jiló, mostarda, pepino, pimenta, pimentão, quiabo, repolho, rúcula, temperos, taioba, tomates, frango caipira, carne de boi, porco caipira, peixes, carnes nativas, ovos, queijos, manteiga, banha, café, doces, conservas e plantas medicinais.

Com o intuito de conhecer o valor financeiro médio que as famílias de Lavras economizam produzindo para o consumo próprio chegou-se ao número que 51% economizam cerca de R\$200,00 a R\$400,00 por mês. A segunda maior parte (24%) economiza até R\$200,00 por mês. E a terceira maior parte (11%) economiza de R\$400,00 a R\$600,00 por mês. O Gráfico 13 demonstra os estratos em relação à quantidade de famílias. Isso corrobora com Wanderley (2017) ao afirmar que as práticas de autoconsumo são práticas comuns, importantes e complementares para a economia da agricultura familiar camponesa. Essas práticas os deixam menos dependentes dos mercados, haja vista que podem produzir boa parte de sua alimentação. Também colabora com a qualidade dos alimentos que são frescos e livres de agrotóxicos, como pode ser observado em boa parte das propriedades, sendo que, podem ocorrer casos que os produtores colocam agrotóxicos nos produtos vendidos, porém, para o abastecimento doméstico, existe uma preocupação com a saúde e bem-estar da família.

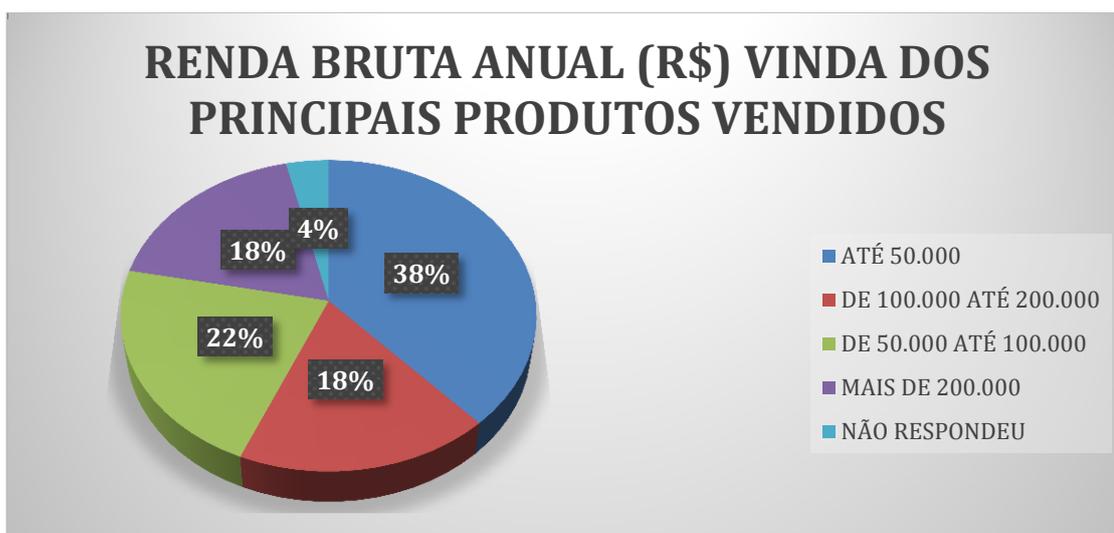
Gráfico 13 - Economiza (R\$) devido ao autoconsumo.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O Gráfico 14 diz respeito à renda bruta anual advinda dos principais produtos vendidos pelos entrevistados e entrevistadas. Esse valor foi calculado da seguinte maneira: foi perguntado quais eram os principais produtos comercializados por eles; quantos quilos, litros, maços, sacos em média era produzido para vender por ano (a unidade de medida variou de acordo com a cultura); qual era o preço vendido a unidade (saco, maço, litros, etc.) de acordo com os próprios agricultores familiares camponeses; foram multiplicados a quantidade vendida de cada produto pelo seu preço médio, calculado com base no CEASA-Belo Horizonte, o que pode comprometer o valor real para mais ou para menos, chegando ao valor total de reais sobre determinado produto. Isso foi feito para todos os produtos e depois foram somados os valores totais de cada produto (quantidade de produção de cada produto X preço de cada produto), chegando a renda bruta anual de cada produtor; que, posteriormente, se enquadravam em uma determinada faixa. Pode ser observado no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Renda bruta anual advinda dos principais produtos vendidos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado neste gráfico boa parte (38%) possui renda bruta até R\$50.000,00 anuais. Em seguida, de R\$50.000,00 até R\$100.000,00 anuais (22%), ou seja, os estratos “inferiores”, com menores rendas brutas, são os que possuem maior representatividade.

Esses são alguns dos dados gerais sobre a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG entrevistadas na pesquisa. É interessante conhecê-los, a fim de conseguir visualizar melhor alguns de seus aspectos para conseguir atuar junto a eles(elas) de maneira mais

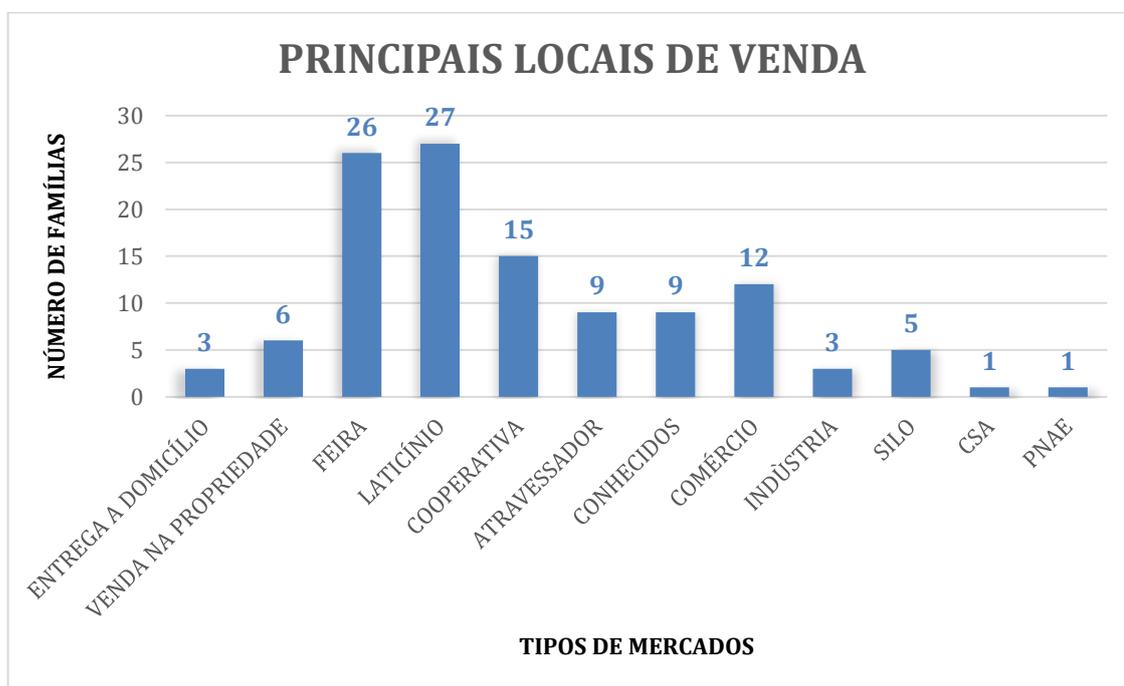
consciente em seu contexto específico de acordo com a conjuntura do nacional e internacional.

4.2 Cadeias longas e curtas da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG

A forma como a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG produz seus produtos está diretamente relacionada aos mercados que vão ingressar e como serão destacados os principais produtos. Como é sabido a agricultura familiar camponesa produz mais produtos, por isso serão contabilizados assim, isto é, para cada propriedade pode ser contabilizado mais de um produto, ficando assim: leite (30%), hortaliças (13%), café (12%), milho (12%), ovo caipira (7%), queijo (5%), gado para corte (4%), frutas (4%), feijão (4%), carne picada (3%), frango caipira (2%), doces (1%), soja (1%), quitandas (1%) e pó de café (1%).

O Gráfico 15 demonstra os principais mercados acessados pelas famílias. Cada família pode acessar mais de um mercado.

Gráfico 15 - Principais locais de venda da agricultura familiar camponesa de Lavras.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado no gráfico a maior parte dos(as) entrevistados(as) (27 entrevistados) vendem seus produtos para os laticínios, em segundo lugar (26 entrevistados) vendem para as feiras, em terceiro lugar (15 entrevistados) para cooperativas de leite ou café.

Esses dados demonstram a variedade de mercados que a agricultura familiar camponesa de Lavras insere seus produtos.

Os entrevistados e entrevistadas apontaram algumas vantagens e desvantagens dos mercados supracitados no Gráfico 15. A seguir serão demonstradas as vantagens e desvantagens dos mercados de cadeias longas acessadas pelos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG, na Tabela 4.

Tabela 4 - Cadeias longas acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. (Continua)

Tipos de mercados de cadeias longas	Vantagens	Desvantagens
Cooperativas de leite	<ul style="list-style-type: none"> - Venda garantida - Tudo que produz é vendido - Busca o produto na propriedade - Mais fácil de comercializar do que no laticínio - Fácil armazenamento - Facilita compra de insumos por menor preço 	<ul style="list-style-type: none"> - Os produtores pagam o frete pelo transporte do produto - Algumas pagam muito barato pelo leite - Não recebem o dinheiro da mercadoria na hora
Laticínio	<ul style="list-style-type: none"> - Venda garantida - Pegam toda quantidade produzida - Dinheiro certo (como se fosse um salário) - Paga melhor do que a Cooperativa de Lavras - Buscam o produto na propriedade - Pagam no dia certo 	<ul style="list-style-type: none"> - Mandam o leite sem saber o valor que irá receber pelo mesmo - Pagam o preço que querem, não negociam - Cobram por qualidade - São reféns das oscilações de preços
Armazenadora de silo	<ul style="list-style-type: none"> - Possui transporte para buscar os produtos - Fácil estocagem - Escoa toda a produção de silo para esse mercado - Colhe o produto e já manda 	<ul style="list-style-type: none"> - Pagam o frete pelo transporte do produto
Atravessadores	<ul style="list-style-type: none"> - Buscam os produtos na propriedade - Mais fácil de vender o produto 	<ul style="list-style-type: none"> - Ganham em “cima” do produtor

Tabela 5 - Cadeias longas acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. (Conclusão)

Tipos de mercados de cadeias longas	Vantagens	Desvantagens
Supermercados	<ul style="list-style-type: none"> - Sair do atravessador devido ao baixo preço pago pelos produtos. - Vender diretamente para o supermercado proporciona maior margem de lucro do que vender para os atravessadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não foi citado nenhuma desvantagem pelo único entrevistado que acessa este mercado
Mercearias	<ul style="list-style-type: none"> - Possuem maior flexibilidade de negociação dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - Preços baixos em relação à feira - Precisa levar embalados os produtos
Verdurões	<ul style="list-style-type: none"> - Pagam semanalmente pelo produto 	<ul style="list-style-type: none"> - Trocam a mercadoria quando não estão em boas condições - Devolvem a mercadoria que sobrou
Torrefadora de café	<ul style="list-style-type: none"> - Fácil vender o café - Recebe o valor no dia combinado - Possui transporte para buscar os produtos - Não corre risco de perder os produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - Pagam o preço que querem - Pagam um valor injusto pelo preço do café - Não possuem muitas opções de venda e vendem o café por um preço baixo - A torrefadora afirma que existem muitas impurezas no café para baratear o produto.

Essas cadeias são chamadas por Darolt et al. (2016) de cadeias longas, isto é, existe uma certa quantidade de intermediários entre o produtor e consumidor, então quanto maior o número de “atravessadores”, mais longo é o canal de comercialização. Dentro desse canal podem existir relações de instituições de mercado dentro do canal produtor-consumidor, ou seja, o acréscimo de funções desenvolvidas por cada instituição nesse “caminho”. Cada instituição integrada ao canal de comercialização aumenta os custos do fornecimento de determinado produto, influenciando assim o preço. Esse fato acontece devido às margens de comercialização, que são a parcela do valor final do produto que fica no sistema de comercialização. Cada instituição ganha sua própria margem, sendo o produtor o recebedor da menor margem, além de ficar com os perigos da produção e os consumidores pagam toda a soma dessas “margens” no final (REIS, 1997).

Desse modo é importante colocar na balança os outros mercados acessados pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG, que no ponto de vista de Van der Ploeg (2016), são constituídos de “brechas estruturais”, deixados pelos mercados convencionais,

para comercialização de produtos diferenciados alinhados a características culturais, ambientais e sociais peculiares da região, em que a padronização de produtos e perda de qualidade (devido a grandes distâncias percorridas) vindos das indústrias, normalmente, não oferece.

Esses mercados são chamados de cadeias curtas de comercialização (DAROLT et al., 2016; NIEDERLE, 2014; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Serão apresentados alguns exemplos das cadeias curtas acessadas em Lavras-MG. Lembrando, neste ponto, que para comercialização nesses canais, como pôde ser constatado pela pesquisa, a produção realizada pelos entrevistados e entrevistadas em suas propriedades, em muitos casos, utilizam menos insumos químicos comparados à produção para as cadeias longas. Por isso mesmo gastam uma parcela menor da sua renda familiar para adquirir os insumos de produção. Esse fato pôde ser observado pelo pesquisador ao visitar as propriedades e conversar com os eles (elas) a respeito da produção para comercialização de hortaliças destinadas, principalmente, às feiras.

Além disso, parte dos consumidores desses mercados (cadeias curtas) estão interessados nos aspectos simbólicos dos alimentos (NIEDERLE, 2014; PORTILHO, 2010; VAN DER PLOEG, 2016). Portanto, esse canal tem como objetivo beneficiar produtores e consumidores, e não os intermediários como são comuns nas cadeias longas (GUZMÁN et al., 2012). Ligando aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais na linha produtor-consumidor, com o intuito de construir relações mais justas entre esses elos. De acordo com Wilkinson (2008), esses mercados possuem o foco na adaptação às características e circunstâncias do agricultor familiar camponês (DAROLT et al., 2016; NIEDERLE, 2014) De acordo com Guzmán et al. (2012), em um circuito curto de comercialização as relações de poder dentro da rede precisam estar a favor dos produtores e consumidores, e não dos intermediários e dos grandes distribuidores de alimentos, no caso das cadeias longas.

Em Lavras-MG, foram encontrados exemplos de cadeias curtas, tais como: vendas na propriedade (NIEDERLE, 2014); feira de produtor (DAROLT et al., 2016; NIEDERLE, 2014); Comunidade Sendo (ou Sustenta) a Agricultura (CSA) (LAMINE, 2008; NIEDERLE, 2014); venda na rua (porta em porta); venda para vizinhos, venda em mercearia familiar e; programas de compras governamentais da agricultura familiar (PNAE) (DAROLT et al., 2016; NIEDERLE, 2014, 2017).

Serão apresentadas as vantagens e desvantagens desses mercados, a partir das óticas dos(as) entrevistados(as).

Tabela 6 - Vantagens e desvantagens das cadeias curtas de comercialização acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. (Continua)

Tipos de mercados de cadeias curtas	Vantagens	Desvantagens
Vendas na propriedade	- Não precisa sair da propriedade para vender o produto.	- Preço mais barato do que na feira.
Comunidade Sustenta a Agricultura (CSA)	- Mercado com consumidores conscientes das necessidades e dificuldades dos agricultores familiares camponeses - Diálogos constantes entre consumidores e agricultores sobre as necessidades de ambos - Existem grupos de trabalhos dentro da CSA responsáveis por ajudar a organizar a produção, no manejo agroecológico da propriedade do agricultor, organização das cestas, entregas das cestas e pagamento mensal - Paga um preço justo tanto para o produtor quanto para o consumidor - Recebe um dinheiro fixo mensalmente de acordo com a quantidade de cestas - O número de cestas é fixo estando de acordo com a capacidade de produção do agricultor e a quantidade de membros do CSA	- Não possui desvantagem
Venda na rua (porta em porta)	- Preço bom - Não paga nenhuma taxa - Entrega direto para o consumidor	- Vende “fiado” - Possui dificuldades em conseguir clientes vendendo seus produtos na cidade, precisam passar de casa em casa dispendendo muito tempo.
Venda para vizinhos	- Vende para conhecidos - Prazer em vender os produtos para pessoas conhecidas - Fácil vender os produtos - Consegue escoar toda sua produção	- Vizinho sempre quer descontos no valor do produto - Alguns vizinhos costumam demorar para efetuar o pagamento
Venda em mercearia familiar	- Venda direta para o consumidor - O preço do produto é bom	- Muita fiscalização para vender os produtos

Tabela 7 - Vantagens e desvantagens das cadeias curtas de comercialização acessadas pela agricultura familiar camponesa de Lavras-MG. (Conclusão)

Tipos de mercados de cadeias curtas	Vantagens	Desvantagens
Programas governamentais da agricultura familiar	- Bom preço pago pelo produto	- A Prefeitura de Lavras não cumpre o contrato estabelecido com o produtor, comprometendo sua propriedade. - Alto valor cobrado pelo contador para emitir as notas fiscais
Feira de produtor	- Melhor preço - Venda à vista - Venda direto para o consumidor - Leva os produtos de uma só vez, não precisa ficar batendo de porta em porta - Consegue dinheiro toda semana - Conversa com as pessoas - Adquire prática de vender os produtos - Consumidor recebe algo direto do produtor	- Existe concorrência de atravessadores que compram produtos no Ceasa e vendem na feira. - A quantidade de vendas varia de época em época, algumas épocas vendem mais e outras vendem menos - O espaço físico destinado à feira não é adequado às necessidades dos agricultores familiares camponeses e clientes, muito quente, não possui estacionamento e não possui ventilação - Muitos produtores vendem o mesmo produto, por isso tem que abaixar os preços

Fonte: Do autor (2019)

A seguir serão demonstradas características de alguns desses mercados.

Como Wanderley (1996) afirma, a agricultura familiar camponesa se insere tanto em mercados de exportação e mercados internos. Maluf (1995 apud MALUF, 2004), diz respeito aos dois vínculos mantidos pela agricultura familiar, um diz respeito às cadeias integradas nacionalmente e internacionalmente, e, o outro, diz respeito aos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo. Em Lavras-MG, por exemplo, existem exemplos desses dois modelos. No caso das cadeias integradas nacionalmente e internacionalmente podem ser destacados: café, leite, milho e soja. Já em relação aos circuitos regionais pode-se destacar: hortaliças, ovos caipira, frango caipira, leite, frutas, quitandas, doces, pó de café, carne picada, queijo, gado para corte e feijão.

Merecem destaque o leite e o café, importantes produtos produzidos em Lavras-MG, e em menor medida o milho. Todas monoculturas que são vendidas, principalmente para as

cadeias integradas nacionalmente e internacionalmente. O café é vendido para cooperativas de café e torrefadoras. O leite é vendido para cooperativas de leite e laticínios. O milho é vendido para o armazém de silo. Nessa cadeia o que vale é a homogeneização, a padronização de produtos e a grande quantidade de intermediários na comercialização em grandes distâncias (DAROLT et al., 2016).

Segundo Niederle (2013), existe um paradigma da agricultura empresarial: ser desterritorializada, focada no uso intensivo de recursos externos, na produção de *commodities* e na ampliação da escala. A unidade familiar rural precisa se adaptar à melhoria de sua infraestrutura de produção (ordenhadeira, galpão de produção, nutrição animal, acompanhamento veterinário e/ou agrônomo, agroindústrias legalizadas, tratores, pivôs centrais, etc.). Cada propriedade se quiser acessar essas cadeias precisam fazer modificações específicas para o tipo de produto ofertado para conseguir suprir a demanda do mercado (MALUF, 2004).

Por exemplo, no caso do leite, principal produto entre os(as) entrevistados(as), de acordo com eles são para cooperativas de leite em Lavras e Bom Sucesso, e em menor medida para o laticínio Verde Campo também em Lavras. Muitos desses produtores de leite comercializavam seus produtos com a Verde Campo, mas com o passar do tempo ela começou a exigir maiores responsabilidades com a produção, principalmente o enquadramento em determinadas normas de vigilância sanitária, em que é necessário fazer investimentos na adaptação da propriedade. Porém, muitos desses produtores optaram por não se adaptar, ou não conseguiram se adaptar às novas exigências, por isso tiveram que deixar de comercializar seus produtos para esse mercado passando a comercializar com cooperativas “menos exigentes”.

Esse já é um fato constatado por Wilkinson (2008), ao dizer que parte dos produtores que não consegue atender às exigências de padrões de qualidade definidos, certificação de inocuidade dos alimentos e quantidade necessária são excluídos desse mercado. Por outro lado, existem aqueles produtores mais “estruturados” que conseguem se adaptar as novas exigências por isso mesmo são mantidos (WILKINSON, 2008). Em Lavras existem casos assim, e um desses casos diz respeito a um dos maiores produtores de leite que foi entrevistado. Ele conseguiu se adaptar às novas exigências da Verde Campo e por isso mesmo foi mantido. Esse tipo de mercado vai ao encontro do que Wegner e Belik (2012) escreveram a respeito das características da cadeia longa de comercialização, pois cabe aos produtores se adaptarem às exigências do mercado.

Já no caso do café, ele é vendido para cooperativas em Varginha e Três Pontas, e para mercados de torrefação para atacado aos arredores de Lavras-MG. Essas cooperativas exportam o café para outros países, já o atacado processa o café e vende em varejos da região.

No caso do milho é vendido para empresas estocadoras de silo ou são destinados para o próprio gado do produtor. Isso constitui uma estratégia da agricultura familiar de diversificação da produção para atender às demandas do sítio, ou seja, o milho pode ser vendido ou utilizado na produção de silo para criação de gado de corte ou de leite (MALUF, 2004).

Fonte: Do autor (2019) Fonte: Do autor (2019)6Van der 6; VAN DER 6; 6; 6Fonte: Do autor (2019) Nas vendas na propriedade são comercializados carnes (principalmente de frango “caipira”, depois a de porco “caipira”), ovos “caipiras”, verduras, legumes e frutas.

Já a feira do produtor é o canal de comercialização mais utilizado no Brasil (DAROLT et al., 2016), e principal mercado de cadeias curtas acessado pelos agricultores familiares camponeses entrevistados, no qual vende-se, principalmente, hortaliças, legumes (minimamente processadas ou não), frutas (minimamente processadas ou não), queijos (variados tipos), milho, café torrado, quitandas e ovos “caipira”.

Em relação ao CSA (Comunidade Sustenta a Agricultura), em Lavras-MG é um grupo de consumidores conscientes que visam consumir produtos sazonais agroecológicos recebidos diretamente do camponês em uma cesta recebida semanalmente, pagando uma mensalidade fixa por ela, participando de assembleias semestrais para decidir e planejar, conjuntamente, consumidores e agricultores, os rumos que essa organização terá. Seu principal foco, além do consumo de produtos agroecológicos, é conhecer e entender a realidade do camponês, visando incentivar, antecipadamente, com da mensalidade fixa, a produção do agricultor, assim como a produção de alimentos agroecológicos e a permanência da família agricultora no campo.

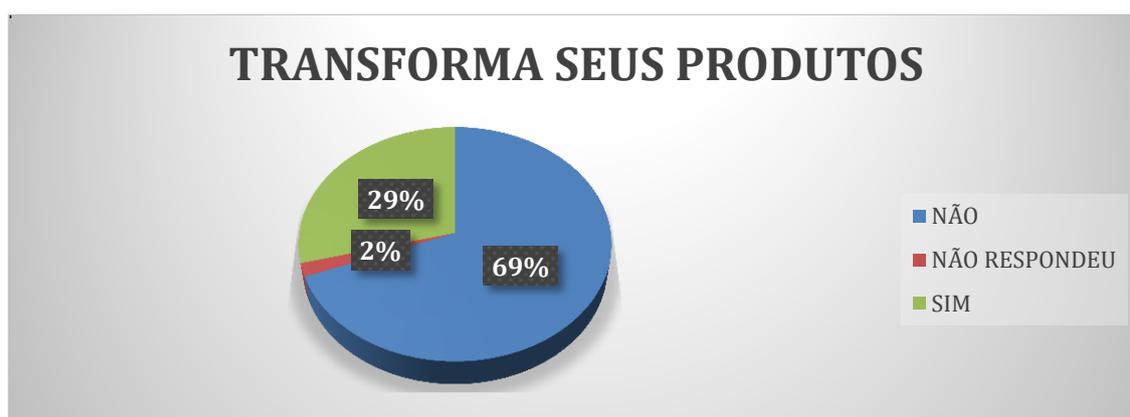
Neste mercado são comercializados, principalmente, uma cesta semanal de produtos orgânicos de acordo com a sazonalidade. No caso da CSA acessada em Lavras, existe também uma feira autônoma no espaço do CSA, onde são comercializados outros produtos como ovos “caipira” e quitandas, onde consumidores e produtores combinam previamente, de forma independente da cesta, quando o produtor tem esses produtos para comercializar e leva no dia da entrega da cesta diversificada de produtos agroecológicos que incluem verduras, legumes, milho e frutas. Outro ponto diz respeito ao engajamento político nesse mercado contra o modelo hegemônico do agronegócio (WILKINSON, 2008), a partir do engajamento social dos consumidores e participação em grupos de interação social entre produtores e consumidores (LAMINE, 2008; NIEDERLE, 2014).

Na venda em mercearia familiar, onde quem produz e vende são pessoas da própria família, são vendidos queijos, ovos “caipira”, hortaliças e frutas. Apenas um camponês vende nesse mercado.

Por último, o PNAE, no qual apenas um agricultor familiar comercializa seus produtos e uma outra já comercializou, Lage (2016) afirmava a pequena quantidade de agricultores familiares entregando seus produtos para esse programa. Pôde ser constatado esse fato devido a apenas um único fornecedor numa amostra de 55 pessoas entrevistadas. Nesse caso, o produtor fornece hortaliças e legumes para a alimentação escolar.

A partir da constatação a respeito dos produtos vendidos pela agricultura familiar e camponesa é possível observar que a maioria dos produtos processados (ou minimamente processados) são comercializados nas cadeias curtas. Por outro lado, a menor parte entrevistada transforma seus produtos.

Gráfico 16 - Transformação dos produtos primários.

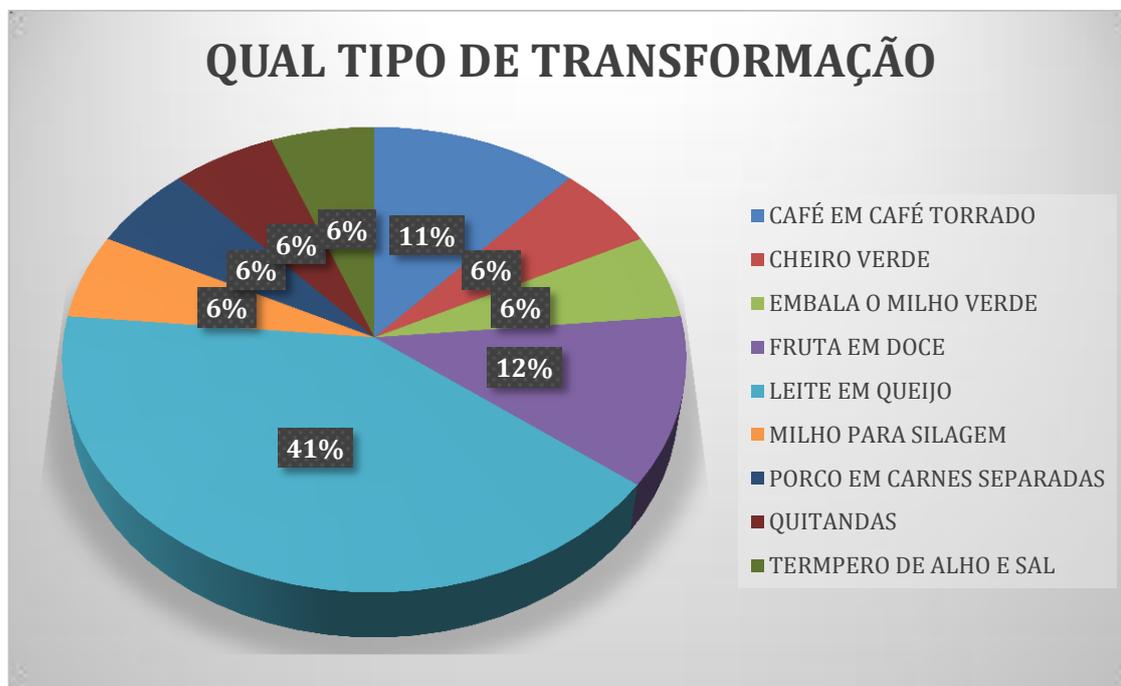


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Os exemplos de produtos processados (transformados), ou minimamente processados são: café torrado, milho embalado, quitandas, doce de fruta, temperos, queijo e carne de porco cortada. Indo ao encontro do que o autor Maluf (2004) diz sobre a importância de o agricultor se apoderar de maior parcela do valor do produto final de consumo. Ganha destaque a produção de queijo, mais citado entre os que transformam seus produtos. Ao processar seus produtos, o produtor adiciona valor a eles. Comercializar seus produtos processados via cadeias curtas faz com que o produtor adquira a maior margem de venda por seu produto, ao eliminar intermediários que cumpriram essa função e ficaria com as maiores margens de lucro. Para constatar esse fato basta fazer uma analogia com o que Reis (1997) afirmou sobre as maiores margens ficarem entre os intermediários e não com os produtores.

O Gráfico 17 a seguir demonstra os principais tipos de transformação que a agricultura familiar camponesa realiza em Lavras-MG.

Gráfico 17 - Tipo de transformação.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado neste capítulo, a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG produz grande diversidade de produtos e os inserem em diversos mercados. Aqui, esses mercados foram separados em cadeias longas e cadeias curtas de comercialização, depois foram demonstradas as vantagens e desvantagens de cada um deles.

A discussão a respeito das cadeias longas e cadeias curtas de comercialização vão ao encontro da promoção do desenvolvimento local sustentável, enquanto aquela não o promove, como já foi amplamente discutido anteriormente, essa possui a capacidade de promover o desenvolvimento local sustentável, desde que, seja devidamente apoiada por profissionais competentes sensíveis a essa discussão.

Portanto, as cadeias curtas de comercialização precisam ser promovidas e desenvolvidas, utilizando-se de ferramentas pautadas pelos princípios da agroecologia, a fim de atingir o desenvolvimento local sustentável na cidade de Lavras-MG.

4.3 Conhecendo os motivos, ou possíveis motivos, da baixa adesão da agricultura familiar e camponesa de Lavras-MG à venda direta de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O montante de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em nível nacional é muito importante como foi demonstrado por FNDE (2019), para o desenvolvimento da educação brasileira ao fornecer alimentos aos alunos da rede pública de ensino, facilitando sua permanência na escola e ajudando a melhorar seu desempenho escolar. Como foi demonstrado esse montante de recursos são destinados às prefeituras municipais brasileiras para o fornecimento dos alimentos aos alunos, para os quais devem ser utilizados minimamente 30% desses recursos para adquirir os produtos vindos da agricultura familiar (BRASIL, 2009).

No município de Lavras-MG, de acordo com a Tabela 1, todo ano por volta de R\$1.000.000,00 são destinados para alimentação escolar da rede pública municipal de ensino, conseqüentemente, minimamente 30% desses recursos deveriam ser utilizados para adquirir alimentos da agricultura familiar (principalmente local), mas não são. Esse é um grave problema para os agricultores familiares, para os estudantes e para economia local. Quando essa política pública que é considerada também uma cadeia curta de comercialização tem dificuldades em atingir o seu pleno funcionamento, todas pessoas que deveriam ser beneficiadas pelo Programa são prejudicadas.

O agricultor familiar é prejudicado pelo fato de ser uma importante fonte de recursos para melhoria da sua propriedade e aumento da qualidade de vida de sua família como um todo, devido a essa cadeia curta conseguir proporcionar preços justos por seus produtos, fato que não acontece quando ficam reféns de atravessadores e sacolões.

Os consumidores e consumidoras (alunos e alunas da rede pública de ensino) também são prejudicados(as), pois não recebem um alimento fresco, local e adaptado às características culinárias da região, pelo contrário recebem produtos com o padrão dos CEASAs que são caracterizados como produtos que percorrem grandes distâncias para chegar à mesa dos estudantes, por isso mesmo não são frescos, produtos que, normalmente, recebem utilização de agrotóxicos em sua produção (DAROLT et al., 2016). Devido ao fato de os produtos para alimentação escolar virem de outros municípios o valor que o município recebe para adquirir os produtos não é utilizado localmente deixando de contribuir para o aquecimento da economia local, adversamente a isso os recursos vão para outros municípios.

Essa cadeia curta de comercialização, o PNAE, é uma ferramenta fundamental para a melhoria das condições das pessoas que vivem no meio rural de Lavras-MG, principalmente a agricultura familiar. Com o intuito de melhorar essa cadeia curta de comercialização alguns pontos serão discutidos.

A partir desse ponto será abordado o mercado institucional do PNAE em Lavras-MG mais detalhadamente, já que esse Programa é um dos principais focos desta pesquisa. Nesse mercado o Governo possui papel preponderante para incentivar a produção de alimentos para o abastecimento da população (ALLAIRE, 2016), priorizando alimentos agroecológica e/ou orgânicos (ALTIERI, 2004; ALLAIRE, 2016; YAMAMOTO, 2006) com o ideal de garantir a SAN (PEREZ-CASSARINO, 2013) e soberania alimentar (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014) das populações em vulnerabilidade econômico e social. A utilização de produtos de qualidade, preferencialmente, os locais e agroecológicos, podem potencializar duas questões importantes: a colaboração na redução de doenças infantis e no desenvolvimento local sustentável.

Nesse ponto o Estado deve usar seu poder regulador, trabalhando conscientemente com a sociedade civil organizada para tentar melhorar as condições das cadeias curtas de comercialização (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014). De maneira que, aliada à agroecologia, possa fornecer ferramentas metodológicas, técnicas e organizacionais que viabilizem iniciativas concretas que liguem diretamente a produção ao consumo, com princípios de justiça social e sustentabilidade cultural, econômica e ambiental. Assim, algumas dimensões precisam estar ligadas para articular agroecologia e SAN, são elas: diversificação de alimentos e agrobiodiversidade; estabelecimento de novas relações de mercado; resgate de culturas alimentares; educação alimentar e para o consumo e; políticas públicas e mercados institucionais (PEREZ-CASSARINO, 2013), tudo isso constitui-se ferramentas importantes para o desenvolvimento local sustentável.

Como demonstrado no trabalho de Lage (2016), a agricultura familiar camponesa do município de Lavras-MG tem acessado pouco o mercado institucional do PNAE, e até o ano daquela pesquisa o município ainda não tinha atingido o percentual mínimo de 30% de compras da agricultura familiar. Neste mesmo trabalho o autor demonstrou por parte da administração pública municipal os principais motivos que poderiam estar dificultando a adesão da agricultura familiar camponesa.

Aqui dentre as questões, algumas se confirmaram e foram abertas, também, novas perspectivas para este trabalho, a partir da ótica da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG, para entender melhor sua baixa adesão. Na pesquisa realizada no site da Prefeitura

Municipal de Lavras-MG sobre as chamadas públicas do município no ano de 2017 e 2018, foi possível constatar a quantidade de agricultores familiares que participaram da chamada. No ano de 2017, 9 agricultores familiares individuais entregaram seus produtos ao PNAE; e, no ano de 2018 foram 8 agricultores familiares individuais e uma associação entregando produtos ao PNAE, sendo que existem 449 DAPs (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ativas, suspensas, expiradas ou canceladas no município (BRASIL, 2019). Muitos fatores que demonstrarão a baixa adesão da agricultura familiar camponesa serão demonstrados a seguir.

Mesmo assim, em nenhum desses anos a Prefeitura e a agricultura familiar de Lavras-MG conseguiram, juntas, fornecer pelo menos 30% de produtos vindo diretamente da agricultura familiar. Até mesmo para as pessoas que entregaram os produtos tiveram alguns problemas que serão demonstrados em dois casos de agricultores familiares pesquisados que entregaram seus produtos ao PNAE nesses dois anos (2017 e 2018).

Desse modo, serão levantadas todas essas questões, e será traçado um paralelo delas com o desenvolvimento local sustentável, por meio, principalmente, das cadeias curtas de comercialização, no contexto do mercado institucional do PNAE para agricultura familiar camponesa em Lavras-MG.

O primeiro ponto a ser destacado está relacionado à Prefeitura não ter se adaptado às características da agricultura familiar camponesa de Lavras (LAGE, 2016), ponto importante e relevante no que tange à construção de mercados alternativos como as cadeias curtas de comercialização (GUZMÁN et al., 2012). Não houve um processo de diálogo com a agricultura familiar camponesa para saber se ela está conseguindo fazer o planejamento correto de sua produção e se a operacionalização da produção está ocorrendo de acordo com o planejado, pois caso não estivesse é necessário estabelecer um diálogo entre gestão pública e fornecedor para retificar o Programa.

Alguns entrevistados responderam que falta vontade da Prefeitura de Lavras-MG em comprar os produtos locais da agricultura familiar camponesa, pois segundo eles(elas) aumentam a proporção de trabalho dos gestores públicos devido à emissão de maior número de pagamentos e contratos para agricultores familiares individuais (pessoa física).

Outra questão relacionada à adaptação do mercado às características da agricultura familiar camponesa diz respeito à “burocracia” excessiva (BELIK, 2016; CECANE/SC, 2014; LAGE, 2016; MACHADO, 2013; TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Seis (6) deles disseram não entrar por causa disso, para eles burocracia seria: não saber como é o funcionamento dos trâmites da aquisição de produtos da agricultura familiar, dificuldade para vender para o governo por causa dos trâmites, o pagamento costuma atrasar, considera a prefeitura de

Lavras desorganizada e medo de não conseguir cumprir o contrato estabelecido entre as partes (prefeitura e agricultor).

Os lançamentos das chamadas públicas ocorreram algumas vezes ao ano, normalmente, no Diário Oficial da União (LAGE, 2016) local não muito acessível ao público. Outra questão é que para fazer os projetos de venda para o PNAE os agricultores familiares camponeses precisam saber como preencher o documento, e muitas vezes não sabem como fazê-lo. Um entrevistado que acessou o PNAE no ano de 2018 falou que o pagamento das notas fiscais para o contador está ficando “muito caro”, no ponto de vista dele.

A desconfiança em relação à Prefeitura cumprir o contrato (LAGE, 2016) foi confirmada por dois camponeses, os quais já disseram ter tido problemas desse tipo com a Prefeitura, pois ela não cumpriu o contrato acordado. O primeiro fato diz respeito à declaração de uma entrevistada de que foi contratada para a venda de alguns produtos mediante chamada pública, entregou os produtos pedidos pelo responsável técnico e não recebeu. Conforme contou, a Prefeitura municipal de Lavras-MG possui um entreposto na Secretaria de Assuntos Rurais. Esse entreposto não possui refrigeração para armazenar os produtos perecíveis da agricultura familiar camponesa de Lavras. A entrevistada entregou os produtos no entreposto da Prefeitura, como pedido pelo responsável técnico do PNAE mediante o cronograma acordado. Esses produtos deveriam ser entregues no dia seguinte, tendo em vista que o entreposto não é refrigerado. Porém, não foram entregues às escolas no dia seguinte e estragaram dentro do entreposto. O responsável técnico pelo Programa acusou a entrevistada por ter entregue produtos de baixa qualidade e não pagou, deixando a produtora no prejuízo. Conclusão, a produtora não se interessou mais em participar do PNAE.

O segundo caso diz respeito a um entrevistado que fechou o contrato com a prefeitura de Lavras de quase R\$20.000,00 para entregar seus produtos ao PNAE. O agricultor se planejou para cumprir tal contrato e produziu a quantidade contratada. Porém, o que de fato a Prefeitura solicitou foi menos da metade do contratado com o produtor, deixando-o com o prejuízo.

Há diferença entre a teoria, a prefeitura fazer o contrato com o produtor, e a prática, a prefeitura cumprir com o contrato com o produtor. Pois, em alguns casos relatados por Lage (2016), a prefeitura de Lavras já havia feito a mesma coisa com produtores diferentes deixando-os sem vontade de realizar novos contratos. Esse é um fator muito determinante para a prefeitura continuar conseguindo novos produtores para o fornecimento dos produtos, pois uma vez que elas se planejam e plantam os produtos e a prefeitura não cumpre, gera

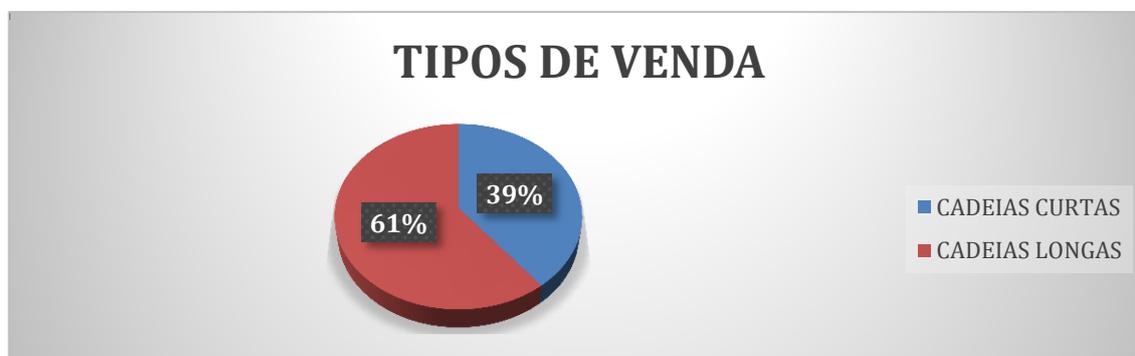
prejuízos para os agricultores que passam a não se interessar mais em vender para esse mercado.

Segundo os(as) entrevistados(as), tais fatos colaboraram com a falta de vontade em participar de novas chamadas públicas, além de comentarem com amigos e amigas que também são agricultores, espalhando essa “má” fama da Prefeitura.

A importância da confiança no poder público para AF no processo de fornecimento de seus produtos para o poder público é de suma importância, porém por questões históricas os agricultores familiares ficam refratários (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Principalmente pela falta de pagamento (TRICHES; SCHNEIDER, 2012) ou demora a ser quitada a dívida (BELIK, 2016), dificultando ainda mais o planejamento da produção. Van der Ploeg (2008) afirma que na lógica do produtor, ele irá evitar o risco, a fim de não prejudicar sua família. Caso confirmado nas entrevistas com as pessoas que já participaram do processo de fornecimento de alimentos para o PNAE.

Por outro lado, a maioria dos produtores de Lavras-MG já vendem seus produtos para mercados de cadeias longas e cadeias curtas, esses mercados e os produtos vendidos para essas cadeias já foram citados anteriormente. Cabe lembrar Wanderley (1996), afirmando que produtores possuem estratégias peculiares de sobrevivência e de inserção de seus produtos aos mercados. Nesses casos, a agricultura familiar camponesa pode inserir seus produtos tanto em uma cadeia quanto em outra, porém pode existir a prioridade em relação à inserção de seus produtos a uma ou outra. Desse modo, o Gráfico seguinte representa a contagem percentual daqueles que inserem seus produtos nas cadeias longas e/ou cadeias curtas.

Gráfico 18 - Acesso a cadeias curtas e/ou longas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

A maioria dos entrevistados e entrevistadas acessam as cadeias longas de comercialização. A menor parte insere seus produtos em cadeias curtas de comercialização. Como havia sido comentado anteriormente as pessoas que inserem seus produtos nas cadeias curtas, normalmente, são produtores de queijos, quitandas, hortaliças, legumes e frutas. Com exceção do queijo os outros produtos (hortaliças, legumes e frutas) são mais adequados, e mais fáceis, por enquanto, de inserir na alimentação escolar, haja vista que produtos de origem animal exigem que selos de conformidades vigentes e legalização da agroindústria (para o queijo no caso da pesquisa).

Triches e Schneider (2012) dizem que esses pequenos produtores já ficam atrás em relação à competitividade de seus produtos, haja vista que a legislação que regulamenta as agroindústrias são as mesmas para as grandes empresas, e muitos desses pequenos produtores carecem de recursos financeiros para legalizar seus produtos. Porém, alguns desses agricultores já viram a necessidade de fazer tais modificações para acessar novos mercados, outros pensam em não gastar na legalização da agroindústria.

Outro ponto a ser pautado é relacionado aos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG já conseguirem escoar toda sua produção para os mercados supracitados, como pode ser observado neste Gráfico 19.

Gráfico 19 - Capacidade de escoamento de toda produção.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pode ser observado, 47 agricultores familiares camponeses dos(as) 55 entrevistados(as) conseguem escoar toda a produção. Segundo eles e elas, estão ligados a terem produtos de qualidade e por isso conseguem compradores; possuem fregueses fixos para aquisição de seus produtos; produzem na quantidade exata para venda, evitando perdas; a cooperativa compra todo o seu leite, não possuindo assim mais leite para vender; vendem seus

produtos por preços bons para o consumidor; conseguem vender todo o seu leite devido ao alto consumo, por parte da população, de leite e derivados; o mercado de venda de milho é bom; já conseguem compradores para seus produtos; a produção é pequena; possuem carisma e empatia com os consumidores do seu produto, por isso os clientes gostam de comprar com eles.

Os motivos citados de não conseguirem vender todos os seus produtos são: alta concorrência; tem épocas que não são fáceis de vender os produtos; faltam pessoas para adquirir o produto; forte concorrência de verdureiros e supermercados. Nesse ponto, Perez-Cassarino (2013) comenta que as redes de varejos através dos supermercados e hipermercados aumentaram bastante sua abrangência de dominação, conseguindo cada vez mais fatias do mercado, dificultando ou excluindo mercados utilizados, normalmente, pela agricultura familiar e camponesa.

Foi possível constatar este fato em uma fala no que se refere aos supermercados da cidade de Lavras-MG, pois nos dias que ocorrem as feiras da agricultura familiar camponesa, os supermercados abaixam os preços dos produtos semelhantes vendidos na feira, desincentivando os consumidores irem à feira, também pelas facilidades que os supermercados apresentam, como estacionamento próprio, possuir máquinas de cartão de débito e crédito e já possuir muitas outras coisas para venda, motivos relevantes para opção dos consumidores irem aos locais.

Como pode ser observado no Gráfico 19, boa parte da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG já escoar toda sua produção para os mercados acessados por elas. Por isso foi perguntado aos entrevistados (as) sobre a possibilidade de aumentar a produção de hortifrutigranjeiros com o intuito de verificar se eles conseguiriam aumentar sua produção para venda ao PNAE. Através do Gráfico 20 constata-se a dificuldade de aumentar a produção para maioria dos (as) entrevistados (as) (65%), apesar de alguns conseguirem aumentar sua produção (31%).

Gráfico 20 - Capacidade de aumento da produção de hortifrutigranjeiros.

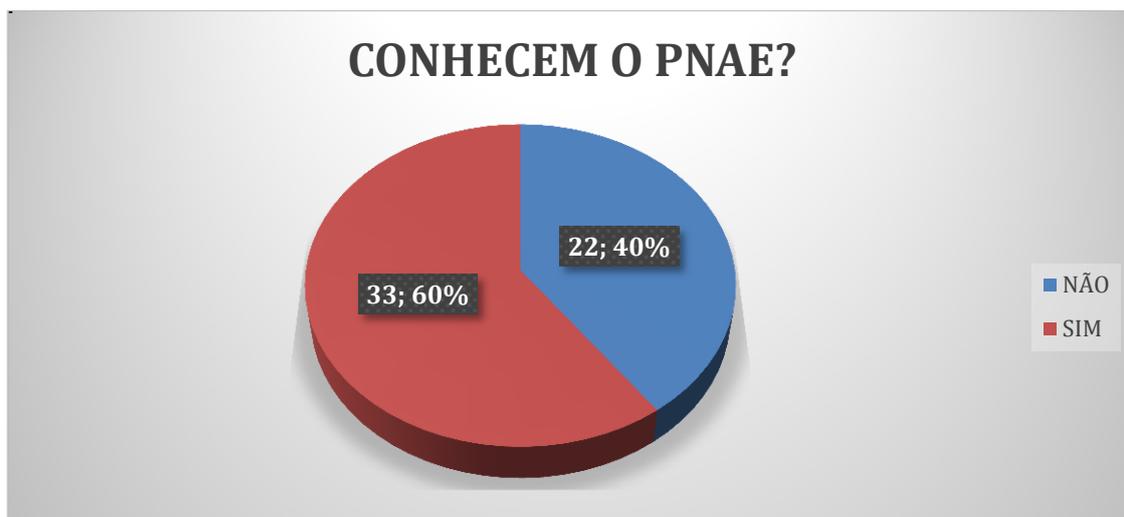


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Entre os principais fatores que contribuem para os (as) entrevistados (as) que conseguiriam aumentar sua produção de hortifrutigranjeiros, estão: possuir espaço suficiente, portanto só precisa contratar mais pessoas; se existir mercado vale a pena; possui estrutura para isso; “todo mundo quer ter mais”; fácil manipular e cuidar. No caso das dificuldades elas são de todo tipo e de motivos mais variados. Algumas delas dizem respeito a: aumentar o serviço; não quer “inventar moda”, pois já está aposentado (a); precisa de mais área para cultivar; falta de água para aumentar a produção; muito trabalhoso; tem que investir; custo da produção; não tem mão de obra familiar e externa para ajudar. Vale a pena destacar este último aspecto, pois Triches e Schneider (2012), chamam atenção para o êxodo rural, questão pertinente no que tange sobre a dificuldade de conseguir mão de obra no meio rural para acessar novos mercados.

Agora, no que tange ao PNAE em si, houve algumas respostas interessantes que nos fizeram refletir se este está trabalhando na promoção do desenvolvimento local sustentável. Assim, o primeiro ponto que merece destaque diz respeito a conhecerem o PNAE ou não. A maioria “conhece”, “já ouviu falar”, sobre esse Programa, cerca de 60% dos(as) entrevistados(as). Outros 40% não conhecem o PNAE. Gráfico 21.

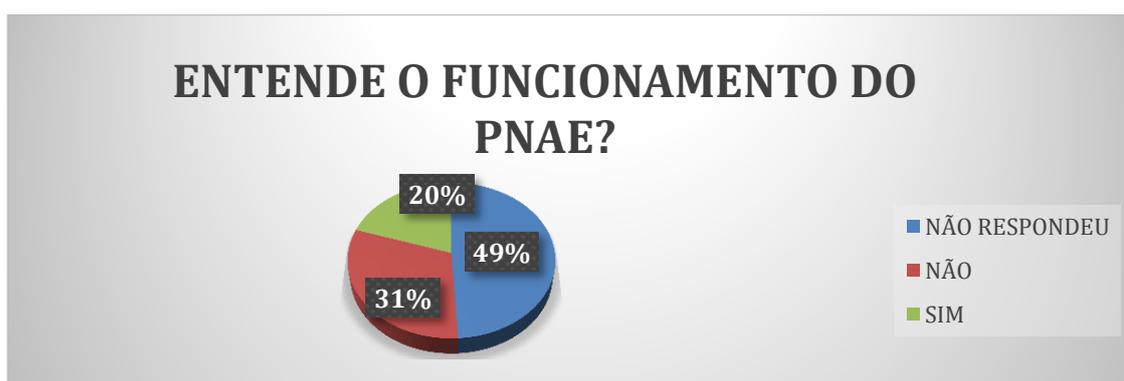
Gráfico 21 - Conhecimento sobre o PNAE.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

No Gráfico 22, cerca de 49% dos(as) entrevistados(as) não responderam, nesta categoria entraram aqueles agricultores familiares camponeses que não conhecem o PNAE (40%). Excluindo os 40% que não conhecem o PNAE sobram 9% que em teoria “conhecem” o PNAE, mas não entendem seu funcionamento. Cerca de 31% não entendem o funcionamento do PNAE e 20% dizem entender. Como pode ser observado no Gráfico a seguir.

Gráfico 22 - Entende o funcionamento do PNAE.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

No Gráfico 23, fica evidente que a maior parte dos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG não conhecem profundamente o Programa, já que 78% dos(as) entrevistados(as) não sabem o que é a chamada pública, importante instrumento de aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE. As chamadas públicas são intermediadoras

entre a Prefeitura e a agricultura familiar, pois é ela que demonstra publicamente o interesse da Prefeitura em comprar os produtos da agricultura familiar, assim como os critérios de prioridade de seleção, os compromissos e acordos entre ambas as partes, ou seja, instrumento indispensável na Lei nº11.947/2009.

Lage (2016) corrobora com essa informação ao afirmar ser necessário que os extensionistas da EMATER do município façam um trabalho de esclarecimento com os agricultores para o devido conhecimento dessa ferramenta.

Gráfico 23 - Se conhece o que é a chamada pública.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Além de não conhecerem e não entenderem como as chamadas públicas funcionam, de acordo com o Gráfico 24, os agricultores familiares de Lavras-MG não ficam sabendo quando elas acontecem.

Lage (2016) também afirmou que as chamadas públicas no município de Lavras-MG, entre os anos de 2011 a 2016, foram publicadas, principalmente, no Diário Oficial da União, local pouco adequado ao público-alvo que são os agricultores familiares. Brasil (2009) afirma a importância da divulgação em jornais de ampla circulação no município, rádios e murais onde existem ampla circulação desse público-alvo.

Gráfico 24 - Fica sabendo quando acontece a chamada pública do município.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pôde ser visto, a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG não conhece, de fato, as possibilidades de vendas dos seus produtos para a alimentação escolar através do PNAE. Pois, como pode ser observado várias questões de suma importância para acessar a venda direta para as escolas públicas municipais, neste caso, tais como conhecer o Programa, entender seu funcionamento, saber o que é uma chamada pública e quando ela acontece não são de conhecimento dos agricultores.

O PNAE, um mercado institucional, cadeia curta de comercialização, tem como um de seus objetivos o desenvolvimento local do município de Lavras por meio da agricultura familiar. Mas, com as dificuldades em adquirir os produtos da agricultura familiar local esse objetivo também não tem sido contemplado, constituindo, ainda, como um mercado potencial para o público-alvo.

Ao serem perguntados por que não acessam esse Programa responderam: não sabia que existe; desconhece o Programa; falta de informação; não tem conhecimento e nunca ouviu falar; não tem conhecimento sobre; as informações que “rodam” não são boas; não ficou sabendo; não sabe o que é. A falta de conhecimento é evidente acerca do Programa, sendo necessário o que Assis et al. (2016) afirmou sobre a importância de um processo mais presente de aproximação com as comunidades rurais para a mobilização e participação no PNAE.

Desse modo, nesta pesquisa, buscou-se saber dos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG se teriam interesse em participar de diálogos e capacitações sobre o PNAE e a compra da agricultura familiar. Assim, alguns se interessaram, como pode ser visualizado no Gráfico 25, a seguir.

Gráfico 25 - Interesse em participar de diálogos e capacitações.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Desse modo, pode ser observado que a minoria possui interesse em participar das capacitações. Porém, nesse ponto será observada a “parte cheia do copo”, ou seja, houve 25 pessoas interessadas em participar dos diálogos e capacitações..

Belik (2016) reconhece a importância da organização da agricultura familiar para que esse mercado (e política pública) sejam bem-sucedidos. Haja vista que Corrêa, Silva e Agne (2013) apontavam que os AF que procuram comercializar seus produtos via mercados institucionais, pertenciam, principalmente, a: grupos organizados, associações, cooperativas, sindicatos, conselhos locais e ONGs. Assim, Lage (2016) fala a respeito da importância de capacitações, de forma a compreenderem a história do programa, seus objetivos, seu funcionamento, chamada pública, etc.

Aliados a essa questão alguns autores falam a respeito da aproximação entre gestores públicos e agricultores familiares (BECKER; ANJOS, 2015; LAGE, 2016; TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Os entrevistados declararam que acham importante um espaço de diálogo para discutirem aspectos ligados ao PNAE, como pode ser observado no Gráfico 26 abaixo.

Gráfico 26 - Diálogo entre agricultores familiares, camponeses e gestores públicos do PNAE.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Lage (2016) chamou atenção para a importância de articular os diferentes atores envolvidos nesse processo, tais como: EMATER, agricultores familiares camponeses, pesquisadores/extensionistas e gestores públicos. Triches e Schneider (2012) escreveram sobre a criação de novos espaços de interação entre esses atores mediados pela “arena”, onde cada ator possui interesses e poderes específicos, que serão colocados em disputa (TRICHES; SCHNEIDER, 2012). Caso fosse viabilizada uma “arena” em Lavras-MG, para discutir acerca de questões sobre o PNAE, os interesses entre agricultura familiar e Prefeitura seriam colocados em disputa, ou os atores sociais trabalhariam estrategicamente para mobilizar elementos estruturais, como regras (interpretativas ou normativas) e os recursos, no decorrer das interações sociais, para modificar as circunstâncias estabelecidas para resolverem seus problemas de forma harmoniosa. Entretanto, é importante reconhecer que podem existir diferentes interesses por parte do poder público para que a agricultura familiar local não venda seus produtos para o PNAE.

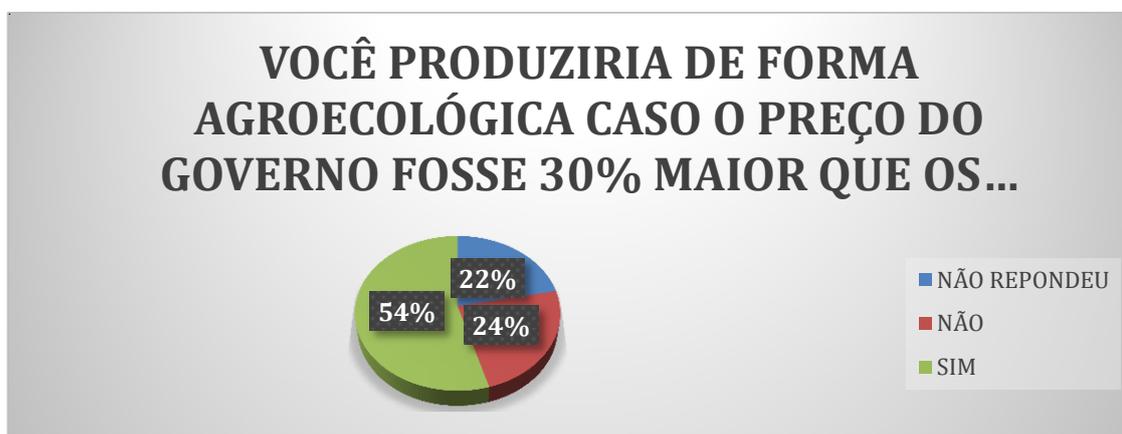
Para Becker e Anjos (2015), a importância de gestores públicos conscientes de seus desafios e dispostos a trabalharem em cooperação com os agricultores familiares e suas organizações é fator fundamental. Assim, o apoio do Estado é muito importante, desde que, não promova dependência dos agricultores familiares em relação a eles mesmos, para que, por conta própria, possam refletir e buscar alternativas para resolução de suas questões, como forma de promover o desenvolvimento local.

4.4 A inserção de produtos agroecológicos no PNAE em Lavras-MG como fonte de promoção do desenvolvimento local sustentável

De acordo com Sonino, Spayde e Ashe (2016), o Estado constitui-se como ator poderoso na criação de sistemas alimentares sustentáveis, oferecendo resistências sistemáticas às forças da globalização, podendo incentivar aspectos ligados à democracia ecológica, ao invés da liberal. Por esse motivo o Estado deve aceitar suas obrigações ambientais, atuando como parte de uma ecologia global, através de vários setores e níveis.

Nesse mesmo sentido, a Resolução nº4/2015 sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar estabelece a importância de o Estado priorizar a compra de produtos orgânico e/ou agroecológicos para alimentação escolar das escolas públicas de ensino básico. Essa compra poderá ser realizada com um valor até 30% mais caro do que os alimentos convencionais (utilizam agrotóxicos e fertilizantes químicos). Entendendo o poder do Estado de intervenção na sociedade, foi perguntado para os agricultores familiares camponeses de Lavras-MG, se eles produziram de forma agroecológica caso esses alimentos fossem até 30% mais caros que os alimentos produzidos convencionalmente. Segue a resposta no Gráfico 27.

Gráfico 27 - Produção agroecológica para o PNAE.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Como pôde ser observado através do Gráfico 27, a maioria dos(as) entrevistados(as) produziria de forma agroecológica caso houvesse incentivo do Governo. Esse incentivo por parte do Estado pode contribuir para ocorrência de importantes mudanças na comercialização de produtos da agricultura familiar camponesa de Lavras-MG, haja vista a quantidade considerável de recursos econômicos para alimentação escolar em Lavras-MG, como foi demonstrado por Lage (2016).

Os impactos poderiam ser os mais diversos caso a compra de produtos agroecológicos para o PNAE fosse viabilizada pela prefeitura de Lavras-MG, desde que, acrescesse 30% no valor dos produtos. De acordo com Perez-Cassarino (2013), a agroecologia possui o potencial de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos consumidores, além de diminuir a dependência dos agricultores familiares camponeses da compra de insumos dos mercados, buscando a soberania alimentar e não ficando à mercê das oscilações do mercado. A agroecologia é fator importante para minimizar os gastos que a agricultura familiar camponesa de Lavras-MG possui com as compras de insumos, como foi visualizado anteriormente.

Outro ponto diz respeito à preocupação com o meio ambiente, pois como já apontava Altieri (2004), a produção sustentável, em bases agroecológicas, leva em consideração o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes, estando mais de acordo com as características naturais do ecossistema. Constituindo-se como resposta viável, segundo Perez-Cassarino (2013), às atuais crises da modernidade, principalmente crises alimentares e ambientais, sendo as cadeias longas sua representante.

Como já foi explicada a importância da produção local de alimentos agroecológicos pelos agricultores familiares camponeses de Lavras-MG, para cadeias curtas de comercialização tem como potencial: levar alimentos saudáveis à população lavrense; incentivar o uso adequado dos recursos naturais pelos agricultores familiares; encurtar a distância percorrida entre a propriedade do agricultor até a mesa do consumidor, conseqüentemente, reduzindo o gasto energético com combustíveis; relação justa por meio do preço pago ao produto entre produtor e consumidor; e, aquecimento da economia local devido ao dinheiro permanecer circulando no município.

Por outro lado, as cadeias longas de comercialização promotoras do desenvolvimento econômico, principalmente, dos “atravessadores” dos produtos comprados dos agricultores para serem vendidos aos consumidores, não tem a figura dos agricultores familiares camponeses consumidores como principais elementos das cadeias, pelo contrário, estes são os elos das cadeias que pagam a conta (REIS, 1997).

A agroecologia, por meio das cadeias curtas, como o PNAE, leva ao agricultor familiar camponês a possibilidade de serem atores fundamentais para (re)construção de um modelo alimentar baseados em práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja social, cultural, econômica e ambientalmente sustentáveis (PEREZ-CASSARINO, 2013). Alguns atores sociais podem ser fomentadores(as) da agroecologia e cadeias curtas no município, tais como: a Prefeitura de Lavras-MG, CSA

(Comunidade Sendo Agricultura), Universidade Federal de Lavras, EMATER e agricultores familiares camponeses.

A Prefeitura Municipal de Lavras-MG poderia incentivar a agroecologia por meio da cadeia curta do PNAE. Esse incentivo poderia acontecer por meio da inserção do pagamento de 30% a mais por produtos orgânicos e/ou agroecológicos nas chamadas públicas do município, como foi demonstrado no Gráfico 27, onde 54% dos(as) entrevistados(as) produziriam de forma agroecológica caso houvesse o incentivo por parte da Prefeitura.

Porém, ainda existem grandes dificuldades de produção de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos no município pela falta de extensão técnica competente neste sentido. Os técnicos da EMATER-Lavras, atualmente, não possuem uma formação adequada para a promoção da agroecologia no município, que leve questões importantes sobre a sociologia rural, valorização cultural, preservação ambiental, diversificação produtiva, justiça social e viabilização econômica do empreendimento agroecológico e/ou orgânico.

Para que isso aconteça os técnicos da EMATER-Lavras devem se preparar por meio de cursos para que adotem técnicas agroecológicas ou orgânicas para colaborar com os agricultores familiares camponeses na produção de alimentos. Caso isso não aconteça é necessário o surgimento de uma organização com técnicos preparadas para colaborar na transição agroecológicas dos agricultores familiares camponeses de Lavras, que enxerguem tais questões e viabilizem tais práticas.

Além da CSA ser uma cadeia curta de comercialização ela possui coprodutores, ou seja, técnicos que auxiliam os agricultores familiares camponeses na transição agroecológica e na potencialização desse mercado.

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) pode atuar na formação de técnicos especializados em produção agroecológica, metodologias participativas e cadeias curtas de comercialização para o trabalho nas comunidades rurais, colaborando no fomento ao desenvolvimento local sustentável.

Já a agricultura familiar camponesa pode compartilhar técnicas ancestrais que vão ao encontro da produção orgânica e/ou agroecológica, haja vista o conhecimento que possuem sobre algumas técnicas que vão ao encontro das técnicas utilizadas na agroecologia.

Para que tal fato ocorra é necessário o diálogo e articulação entre os diferentes atores sociais (agricultores familiares camponeses, gestores públicos, EMATER, UFLA), para que juntos viabilizem, na arena política, econômica, social, ambiental e cultural a consecução de um projeto complexo (TRICHES; GERHARDT; SCHNEIDER, 2014), para o fomento à produção agroecológica de Lavras-MG com vistas a comercialização em cadeias curtas (feira,

feira agroecológica, CSA, PNAE e PAA) favorecendo a SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) de crianças, adolescentes, jovens e adultos no município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos mercados são acessados pela agricultura familiar e camponesa de Lavras-MG: cooperativas de leite e café; silos; feiras; Comunidade Sendo Agricultura (CSA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); varejões; comércios familiares; entrega a domicílio; venda na propriedade; laticínio; atravessadores; indústrias; vizinhos e amigos.

Dentre esses mercados são acessadas as cadeias longas e cadeias curtas de comercialização. Como foi observado no trabalho a maior parte dos(as) entrevistados(as) acessam as cadeias longas de comercialização devido, sobretudo, à grande quantidade de produtores de leite, café e milho na região. As cadeias longas promovem o desenvolvimento econômico, principalmente de atacadistas e varejistas, podendo levar a maior parte dos recursos financeiros para outras localidades que não sejam de origem do produto, colocando o agricultor familiar na condição de mero produtor de mercadorias, principalmente de produtos primários, devido ao fato de a agregação de valor ficar por conta dos intermediários. Por outro lado, as cadeias longas de comercialização constituem-se importante meio para agricultura familiar camponesa de Lavras-MG escoarem seus produtos e conseguirem renda para suas famílias.

As cadeias longas de comercialização não promovem o desenvolvimento local sustentável. Isso por que promovem alimentos com agrotóxicos, industrializados, utilizando conservantes químicos, fatores que prejudicam a saúde dos consumidores. Devido à produção em escala, exigida pelos intermediários dos produtores, é necessária a utilização de insumos químicos para a produção dos “alimentos”. Esses gastos excessivos com insumos químicos têm ajudado a provocar o “squeeze” da agricultura e pecuária em Lavras-MG, isto é, o custo de produção aliado aos baixos preços pagos pelos intermediários dificulta a vida do produtor rural, deixando-os “desanimados com a roça”.

A produção desses produtos para os consumidores implica uma série de questões. Os tipos de manejo utilizados na produção de produtos convencionais não são benéficos para o meio ambiente, por causa da grande quantidade de insumos químicos utilizados em sua produção, seja herbicidas ou inseticidas, que matam microrganismos dos solos, contaminam os lençóis freáticos, matam insetos fundamentais para o ecossistema, por fim, contaminam o alimento que será utilizado pelo consumidor. Esse alimento não é pautado pela Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) já que os produtos consumidos em grande parte estão contaminados por uma série de produtos químicos potenciais causadores de doenças (NIEDERLE, 2014).

Em relação a distância percorrida por esses alimentos, normalmente, são altas, perdendo qualidade, frescor e sabor. O transporte de produtos por longas distâncias não é sustentável do ponto de vista ambiental, devido ao grande consumo energético para transportá-los pelas regiões longínquas, por esse motivo são acrescentados mais produtos químicos para ajudar a “conservá-los”.

Já as cadeias curtas de comercialização são potenciais propiciadoras do desenvolvimento local sustentável. Elas são potenciais por conseguir que a maior fatia de recursos financeiros paga pelos consumidores fique no município, principalmente com os agricultores familiares e camponeses. O elo é direto produtor-consumidor. Ambos podem ser beneficiados por vários motivos. Os produtos são comercializados localmente, facilitando o transporte dos produtos pelos produtores, por isso mesmo chegam mais frescos aos locais de compras pelo consumidor.

Como pode ser observado com a pesquisa, os AF e camponeses, normalmente, nas cadeias curtas, produzem hortaliças, legumes e frutas, sem necessitar, necessariamente, de produtos químicos para sua produção. Isso é bom para o produto chegar com maior qualidade até o consumidor, podendo ajudar a prevenir doenças e melhorar a saúde, evitando maiores gastos com saúde pública. Para o produtor também é bom, pelo motivo do menor gasto com insumos químicos, diminuindo a sua dependência de fornecedores. Assim, diminui o custo de sua produção, vendendo direto para o consumidor e aumentando sua margem de lucro sem, necessariamente, prejudicar o consumidor, que pagaria os valores adicionais dos intermediários e distâncias percorridas pelas cadeias longas.

Promover o desenvolvimento local sustentável é muito importante para os consumidores e produtores, por isso mesmo as cadeias curtas de comercialização precisam/devem ser fomentadas para que isso aconteça. Algumas cadeias curtas são exemplos de como podem ajudar esses dois elos da cadeia. A Comunidade Sustenta a Agricultura (CSA) demonstrou possuir boas perspectivas quanto à organização de redes solidárias e de consumo consciente. As feiras também possuem papel fundamental, apesar de vir perdendo espaços para os supermercados e hipermercados devido às suas grandes facilidades para a família consumidora comprar diversos produtos de uma vez, pagamentos em cartões de créditos e débitos e facilidade de estacionamento.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cadeia curta de comercialização, ainda precisa ser fortalecido pelos atores sociais locais (AF e camponeses, EMATER, extensionistas e pesquisadores da UFLA, secretários de assuntos rurais da prefeitura e responsável técnico pelo Programa) no caso de Lavras. Esse Programa em

Lavras-MG ainda não tem conseguido cumprir seu papel como promotor do desenvolvimento local sustentável por diversos motivos já analisados, mas, tendo como fator chave a desconfiança no poder público, escoamento de toda produção para outros mercados, muitos são produtores de leite no município, normalmente, esse produto não é utilizado na alimentação escolar, a falta de conhecimento e esclarecimento da AF e camponesa de Lavras-MG sobre o que é o Programa e seu funcionamento.

O desenvolvimento local sustentável via cadeias curtas de comercialização precisa ser incentivado e melhorado para, gradualmente, conseguir fornecer alimentos com base na produção agroecológica para a população lavrense. Tal fato conseguirá ser concretizado quando todos os atores sociais envolvidos com seu planejamento e execução estiverem alinhados com um projeto de desenvolvimento local sustentável comum para o município de Lavras-MG.

REFERÊNCIAS

- ALLAIRE, G. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. cap. 3, p. 75-92.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 110 p.
- ASSIS, T. R. P. et al. Mercados institucionais e agricultura familiar: o Programa Nacional de Alimentação Escolar em 3 municípios de Minas Gerais. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió. **Anais...** Maceió: Emater, 2016.
- BACCARIN, J. G. et al. Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 1, p. 103-122, jan./mar. 2017.
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista de la Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 114, nesp. 1, p. 143-152, 2015.
- BELIK, W.; MALUF, R. S. (Org.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2000. 234 p.
- BELIK, W. Os limites para expansão dos mercados locais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 183-208.
- BRASIL. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Disponível em: <<http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- _____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul. 2006.
- _____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2009.
- _____. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 abr. 2015. Seção 1.

BRUNORI, G.; MALANDRIN, V. Os jogos políticos da realocação entre esfera pública e esfera de mercado. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 416 p.

CECANE/SC. Utilização de produtos provenientes da agricultura familiar e de gêneros orgânicos na alimentação de escolares e sua interface com o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE) em municípios brasileiros. **Boletim informativo**, Santa Catarina, n. 5, set. 2014. 4 p.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

CORRÊA, E. S.; SILVA, L. X.; AGNE, C. L. Programa Nacional de Alimentação Escolar: um canal de comercialização da agricultura familiar em São Lourenço do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: Sober, 2013.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, abr./jun. 2016.

DELGADO, M. El sistema agroalimentario globalizado: impérios alimentarios y degradación social y ecológica. **Revista de Economía Crítica**, España, n. 10, p. 32-61, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Ed. UECE, 2002. 127 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas: IE, 2000. p. 1-22.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Agricultura familiar**. Brasília, DF: FNDE, 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 175 p.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 19, n. 1, p. 1-7, Jan. 2003.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 97-129, maio/ago. 2010.

_____. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

GUZMÁN, E. S. et al. **Canales Cortos de Comercialización Alimentaria en Andalucía**. Sevilla: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, 2012. 164 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 777 p.

_____. Censo Demográfico de 2010: **IBGE Cidades**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313820>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **População**. Lavras: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar de Lavras-MG**. Brasília, DF: INEP, 2019.

LAGE, B. G. P. **Gestão Pública na aquisição de produtos da agricultura familiar em Lavras-MG**. 2016. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998. 348 p.

LAMINE, C. Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. **Terrains et Travaux**, Paris, n. 20, p. 139-156, 2012.

_____. **Les Amaps: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?** Gap: Ed. Yves Michel, 2008. 140 p.

LEMOS, S. M. de; LIMA, I. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. **Oikos**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 69-92, 2014.

MACHADO, P. M. O. **Características do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo transversal exploratório do universo de municípios brasileiros**. 2013. 149 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MACHADO, R. L. A. Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, Brasília, DF, maio 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MALUF, R. S. J. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 184 p.

MILONE, P.; VENTURA, F. A mão visível na construção de novos mercados para as economias rurais. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 416 p.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção” no Brasil. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília, DF: CGEE, 2013. cap. 1, p. 13-27.

NIEDERLE, P. A. Afinal que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. parte 2, p. 166-194.

_____. Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-96, set./dez. 2014.

PEREZ-CASSARINO, J. Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 181-230.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 256 p.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**, London, v. 20, n. 4, p. 371-388, Sept. 2002.

REIS, E. A. Gestão de custos para avaliação de desempenho: utilizando o preço de transferência no contexto de "agribusiness". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS, 4., 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Custos 1997. p. 1-15.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environmental and Planning A**, London, v. 35, n. 3, p. 393-411, Mar. 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 250 p.

_____. Mercados e Agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 93-142.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. parte 2, p. 82-107.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. cap. 32, p. 989-1014.

SILVA, W. H. et al. A construção social da venda de produtos da agricultura familiar de Unaí- MG para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015.

SOLER, M. **El contexto socioeconômico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. 38 p.

SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Políticas Públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 311-329.

SOUZA, J. P. M. et al. Experiências em um circuito curto de comercialização: o caso dos membros da comunidade sustenta a agricultura (CSA). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 56., 2018, Campinas. **Anais...** Campinas: SOBER, 2018.

TRICHES, R. M.; GERHARDT, T. G.; SCHNEIDER, S. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2014.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010.

_____. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 66-106, jan. 2012.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 376 p.

_____. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 21-52.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 13-56.

VASQUEZ, A. et al. A novel dietary improvement strategy: examining the potential impact of community supported agriculture membership. **Public Health Nutrition**, Wallingford, v. 19, n. 14, p. 2618-2628, Oct. 2016.

VILLA REAL, L. C. **A problemática da produção e consumo de alimentos e o lugar da alimentação escolar**. 2011. 121 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VILELA, S. L. O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma “questão tecnológica”. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. parte 4, p. 244-262.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, out. 2003.

_____. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. parte 2, p. 64-81.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Embrapa, 1996. p. 1-18.

WEGNER, R. C.; BELIK, W. Distribuição de hortifrúti no Brasil: papel das Centrais de Abastecimento e dos supermercados. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 9, n. 69, p. 195-220, Jul./Dic. 2012.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 216 p.

_____. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 416 p.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

YAMAMOTO, A. **Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural.** 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SOBRE: atividades econômicas e canais de comercialização acessados pelos agricultores familiares de Lavras-MG

OBJETIVOS:

- Levantar quais são os principais mercados acessados pelos agricultores familiares de Lavras-MG;
- Investigar por que os agricultores familiares de Lavras-MG não acessam o PNAE;
- Devolver os resultados da pesquisa para os agricultores familiares, interessados, principalmente em relação ao trabalho com PNAE em Lavras-MG.

Nome: _____

Celular e/ou telefone: _____

E-mail: _____

Comunidade: _____

EIXO 1: AGRICULTURA FAMILIAR EM LAVRAS

1-SEXO: Masculino () Feminino ()

2-FAIXA ETÁRIA: 18 a 29 anos() 30 a 59 anos() Mais que 60 ()

3- Profissão(ões): _____

4- Número de adultos na casa e, respectivas, idades:

5- Possui filhos? () sim () não Quantos? _____

Quantos Moram com a Família: _____

Idade dos que moram com a família: _____

O que fazem?

6- Outros parentes moram com a família? () sim () não

Especificar: _____

O que fazem: _____

7- Contratam mão de obra?

A) SIM B) NÃO

7.1- Se sim:

A) Diarista B) sazonal C) assalariado

8- Quantas pessoas?

a) 1 d) 2 c) 3 d) MAIS de 3

8- Em qual época do ano?

9- Para fazer o
quê? _____

10- Qual o tamanho da propriedade (hectares)?

11- Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

12- Alguém na família trabalha fora da propriedade? Com o que?

13- Quanto da renda da família vem de serviços ou atividades fora da propriedade? (Incluindo pensão/aposentadoria, safrista, prestação de serviços, turismo rural, motorista, agente de saúde remunerada, professor, etc.)

- A) Menos de 50% B) 50 a 70% C) Mais de 70%

14- Alguém na família recebe aposentadoria, pensão ou algum benefício (ex: bolsa família)?

- A) sim B) não.

Quantas pessoas? _____.

Qual benefício? _____

15- Quanto da renda vem do que produzem na propriedade?

- A) Menos de 50% B) de 50 a 70% () C) Mais de 70%

16- Na sua opinião, nos últimos anos você tem notado a renda aumentar ou diminuir? Por que?

17- Faz parte de alguma associação e/ou cooperativa? Qual?

18- Possui Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)? Sim () Não ()

19- Se sim,

- a) Física b) jurídica

20- Qual a distância da sua propriedade até o centro da cidade?

- A) Até 5km B) De 5km a 10km C) 10km a 15km D) Mais de 15km

21- Na sua opinião, as estradas estão em boas condições para chegar no perímetro urbano?

22- Possuem transporte próprio para transportar os produtos?

A) Sim B) Não

23- Possui alguma escola pública em atividade na sua comunidade? Se sim, qual?

EIXO 2: PRODUÇÃO

24- A produção para venda é feita da mesma forma que a produção que é feita para consumo próprio? (Ex: planta com agrotóxico para vender e sem agrotóxico para a família).

25- Como consegue as sementes dos produtos que plantam para alimentação da família e venda de mercadoria?

26- Possui ou conhece alguém que possua sementes crioulas (cultivadas e guardadas ao longo do tempo por gerações de pessoas)?

A) SIM B) NÃO

Quem? _____

26.1 - Conhece algum lugar que vende?

A) sim B) Não

37 - Consegue escoar toda sua produção para esses mercados?

A) Sim B) Não

37.1 - Por que?

38 - Como avaliam a necessidade de entrar em novos mercados?

39 - Quais são as maiores dificuldades para vender seus produtos?

40 - Você já ouviu falar sobre venda direta?

A) Sim B) Não

41 - O que entendem por venda direta?

42 - Você trabalha com venda direta?

A) Sim B) Não

43 - Se você não trabalha com venda direta, por que não trabalha com venda direta?

44 - Quais são as vantagens de um ou do outro?

Venda direta:

Venda indireta:

49 - Conseguiria aumentar sua produção de hortifrutigranjeiros?

- a) Sim b) Não

49.1 - Por quê?

EIXO 4: PNAE

50 - Você conhece, ou ouviu falar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? (Caso o agricultor familiar não entenda, explicar a respeito do Programa, ou seja, basicamente, é um Programa para fornecer os alimentos para as escolas da rede pública de ensino básico)

- () sim () não

51- Se tivesse uma programação certa, tipo um cronograma de entrega com a quantidade certa e dias de entrega, você entregaria seus produtos? (caso o agricultor conheça o PNAE)

- Sim () Não ()

52.1 - Caso de resposta negativa, por quê?

53 - Você entende como é o funcionamento do PNAE? (caso conheçam)

- Sim () Não ()

54 - Sabe para quem vai o alimento? (caso conheça)

- Sim () Não ()

55 - Sabe o que é uma chamada pública?

Sim () Não ()

56 - Você fica sabendo quando acontece uma chamada pública no município?

Sim () Não ()

56.1 - Se sim, como fica sabendo?

57 - Você acessa ou já acessou esse mercado? Se não, por que?

57.1 - Se sim, o que achou (aspectos positivos e negativos)?

58 - Você acha que os outros mercados que você já acessa são mais vantajosos que o PNAE?

(caso o agricultor tenha acessado ou acesse)

Sim () Não ()

58.1 - Por quê? (caso o agricultor tenha acessado ou acesse)

59 - Para você, por que os agricultores familiares de Lavras não acessam o Programa?
(analisar em relação ao conhece ou acessa)

60 - Você acha que os gestores públicos conseguem operacionalizar bem o PNAE? (caso
acessem ou já acessaram o programa)

Sim () Não ()

60.1 - Por que? (caso tenha acessado ou acesse)

62 - Existe algum lugar na prefeitura para sanar possíveis dúvidas e pegar informações a respeito do PNAE no município de Lavras, sobre a venda para as escolas? (caso o agricultor conheça e/ou tenha acessado o PNAE)

Sim () Não () Não sei ()

63 - Na sua opinião seria útil um espaço de diálogo entre gestores públicos e agricultores familiares de aspectos ligados ao PNAE?

64 - Possui o interesse em vender para o PNAE?

Sim () Não ()

65 - Se sim, quais produtos?

66 - Se houvesse incentivo financeiro do governo para produzir de forma orgânica para alimentação escolar, você produziria?

Sim () Não ()

66.1 - Se não, por que?

67 - Possui interesse de participar de capacitações e/ou oficinas promovidas pela UFLA junto com outros agricultores familiares, sobre o PNAE e outras políticas de compra de alimentos como o PAA?"

Sim () Não ()

EIXO 5: POLÍTICAS PÚBLICAS

68- Você tem conhecimento das políticas públicas que existem na sua região? (múltipla escolha)

- Pronaf
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Políticas territoriais (Pronat)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Seguro agrícola
- Crédito fundiário (PNCF e banco da terra)
- Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)
- EMATER
- Outro

69 - Você já foi contemplado por alguma(s) política(s) pública(s)?

o Sim o Não

70 - Se 'Sim', qual(is)? (citadas ou não na questão 55)

71 - Você acessou crédito nos últimos 5 anos?

A) Sim B) Não

71.1 - Se sim, qual? Para quê?

EIXO 6: AUTOCONSUMO

72 - Tabela autoconsumo

PRODUTOS	QUAIS PRODUTOS PRODUZIDOS E CONSUMIDOS PELA FAMÍLIA (X)
Arroz – Kg	
Feijão – Kg	
Farinha Mandioca – Kg	
Milho Verde	
Farinha milho - Kg	
Fubá-Kg	
Bolachas – kg	
Pipoca – kg	
Abacate-Kg	
Abacaxi-Unid.	
Amora – Kg	
Amendoim - Kg	
Banana – Kg	
Coco – Unid.	
Cana – Kg	
Goiaba – Kg	
Laranja –Kg	
Mexerica – Kg	
Limão – Kg	
Maça – Kg	
Mamão – Kg	
Melancia – Kg	
Manga – Kg	
Maracujá - Kg	
Pêssego - Kg	
Uva - Kg	
Abóbora – kg	
Alface-Unid.	
Alho-Kg	
Batata doce-Kg	
Batatinha-Kg	
Berinjela - Kg	

Beterraba-Kg	
Cebola-Kg	
Cenoura-Kg	
Chuchu - Kg	
Couve –Maço	
Couve-Flor-Unid	
Inhame – Kg	
Jiló - Kg	
Mandioca - Kg	
Maxixe	
Milho Verde - Kg	
Moranga-Kg	
Mostarda-Maço	
Pepino – Kg	
Pimenta – Kg	
Pimentão - Kg	
Quiabo - Kg	
Repolho-Kg	
Rúcula-Maço	
Temperos-Maço (Cebolinha,Cheiro Verde)	
Taioba-Maço	
Tomate-Kg	
Carne de Frango-Kg	
Carne de Boi-Kg	
Carne de Peixe-Kg	
Carne de Porco-Kg	
Outras Carnes	
Ovos-Dúzia	
Leite-Litros	
Queijo-Kg	
Manteiga-Kg	
Doce de Leite – Kg	
Requeijão – Kg	
Açúcar – Kg	
Açucar Mascavo - Kg	
Banha-Kg	
Mel-Kg	
Melado-Kg	
Óleo Vegetal-l	
Café - Kg	
Molho de tomate	
Doces (abóbora, goiaba)	
Conservas-Vidros	
Ervas Mediciniais	
TOTAL	

73 - Quanto a família gastaria por mês se tivesse que comprar esses alimentos (R\$)?

74- Produz:

A) mais de 50% B) menos de 50%

74.1- Aproximadamente quantos por cento?

ESTE QUESTIONÁRIO POSSUI RELEVANCIA PARA VOCÊ?

A) SIM B) NÃO

Se sim, EM QUE? Se não, POR QUÊ? (EM POUCAS PALAVRAS)

ALGUMA PERGUNTA NÃO FICOU CLARA?

A) SIM B) NÃO

SE NÃO, QUAL?

O QUE PODE MELHORAR?

O QUESTIONÁRIO FICOU CANSATIVO?
